

Plano de Gestão do Parque Marinho de João Vieira e Poilão

Daniel Suleimane Embalo ?????
Ministro de Agricultura e Desenvolvimento Rural

Alfredo Simão Silva
Director do Instituto de Biodiversidade e Áreas Protegidas de Guiné Bissau

Castro Barbosa
Director do Parque Nacional Marinho João Viera Poilão

????????????? (Hamilton podes colocar o nome da pessoa)
Representante de Conselho de Gestão do Parque

© 1ª Edição: Junho de 2008
Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas de Guiné Bissau
Rua São Tomé, Casa nº 6 A, C.P. 70, Bissau
República da Guiné-Bissau
Tel. (00245) 2071 06 / 07
ibap@gtelecom.gw
<http://www.ibap-gbissau.org>

O cuidado de esta edição foi a cargo do IBAP
Impressão feita na Guiné-Bissau

ABREVIATURA E SIGLAS

AMP	Área Marinha Protegida
CDB (CBD)	Convenção de Diversidade Biológica (Convention of Biological Diversity)
CIPA	Centro de Investigação Pesqueira Aplicada
CITES	Convenção Internacional sobre o Comercio de Espécies Ameaçadas de Fauna e Flora Selvagem
DDA	Agência da Cooperação Suíça
DENARP	Documento de Estratégia Nacional para a Redução da Pobreza
ENC	Estratégia Nacional de Conservação
FIBA	Fundação Internacional par o Banco d'Arguin
GEF	Fundo Mundial para o Ambiente, Global Environment Facility
GPC	Gabinete de Planificação Costeira
IBAP	Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas
IDL	Iniciativas de desenvolvimento Local
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
MAB	O Homem e a Biosfera (Man And Biosphere)
MDRA	Ministério do Desenvolvimento Rural e Agricultura
ONG's	Organizações Não Governamentais
PALOP` s	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
POL` s	Parceiros Operacionais Locais
PNMJVP	Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
UNEP	United Nations Environment Programme
POA	Programa Operativo Anual
PRCM	Programa Regional de Costeiro e Marinho
RB	Reserva da Biosfera
RENAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RNAP	Rede nacional de Áreas Protegidas
SCET	Services, Conseil, Expertise et Territoire
SIG	Sistema de Informação Geográfica
Swissaid	Fondation suisse de coopération au développement

Plano de Gestão do Parque Marinho de João Vieira e Poilão

UE	União Europeia
UICN	União Internacional pela Conservação da Natureza
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
WWF	World Wide Fund for Nature
ZEE	Zona Económica Exclusiva

ÍNDICE

1.	<u>INTRODUÇÃO.....</u>	1
1.1.	ANTECEDENTES	1
1.2.	REDE NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS.....	2
1.3.	INSTITUTO DA BIODIVERSIDADE E ÁREAS PROTEGIDAS.....	4
1.4.	CONTEXTO INTERNACIONAL	5
1.5.	O PARQUE MARINHO DE JOÃO VIEIRA E POILÃO.....	6
1.5.1.	LOCALIZAÇÃO E LIMITES.....	6
1.5.2.	APRESENTAÇÃO SUMÁRIA	6
1.5.3.	OS OBJECTIVOS.....	8
1.5.4.	ESTRUTURA DE GESTÃO E PRINCIPAIS ACTIVIDADES	10
1.5.5.	INFRA-ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS	11
2.	<u>O PLANO DE GESTÃO DO PARQUE.....</u>	12
2.1.	FUNÇÃO E QUADRO JURÍDICO-INSTITUCIONAL.....	NNN12
2.2.	OBJECTIVOS DO PLANO DE GESTÃO	13
2.3.	REQUERIMENTO E PRESSUPOSTOS PARA O SUCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	15
3.	<u>CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE.....</u>	17
3.1.	CARACTERÍSTICAS FÍSICAS E GEOGRÁFICAS	17
3.1.1.	GEOLOGIA, FISIOGRAFIA E TOPOGRAFIA	17
3.1.2.	EDAFOLOGIA	22
3.1.3.	HIDROLOGIA	22
3.1.4.	CLIMA	23
3.2.	CARACTERÍSTICA BIÓTICAS	24
3.2.1.	FLORA E FORMAÇÃO VEGETAL	24
3.2.2.	A FAUNA.....	25
3.2.2.1.	Peixes, Moluscos e Crustáceos.....	25
3.2.2.2.	Répteis.....	26
3.2.2.3.	Os Mamíferos	28
3.2.2.4.	A Avifauna	29
3.3.	GRAU E NATUREZA DAS AMEAÇAS NATURAIS.....	30
3.4.	CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÓMICAS	30
3.4.1.	CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO UTILIZADORA	30
3.4.2.	REGIME DE PROPRIEDADE E DIREITO DE ACESSO AOS RECURSOS	32
3.4.3.	OCUPAÇÃO DO ESPAÇO E USOS DOS RECURSOS NATURAIS DAS ILHAS DO PARQUE.....	34
3.4.3.1.	Introdução	34
3.4.3.2.	Use Tradicionais dos Recursos Naturais das Ilhas do Parque pela População Bijagó	34

Plano de Gestão do Parque Marinho de João Vieira e Poilão

3.4.3.4.	Uso das Aguas do Parque para a Pesca Comercial.....	37
3.4.3.5.	Usos Turísticos	38
3.4.3.6.	Potencial zona de Produção Petrolífera.....	38
3.4.4.	PERCEPÇÃO E PERSPECTIVAS DA POPULAÇÃO DAS TABANCAS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DO PARQUE.....	38
3.4.5.	INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA	39
3.4.6.	PROGRAMA DE MONITORIA E SEGUIMENTO.....	40
4.	<u>DIAGNÓSTICO.....</u>	41
4.1.	GRAU E NATUREZA DAS AMEAÇAS ANTRÓPICAS	41
4.1.1.	PRESSÃO PARA UM ACESSO LIVRE AOS RECURSOS DO PARQUE.....	41
4.1.2.	O AUMENTO DA DEMANDA TURÍSTICA.....	41
4.1.3.	PRATICAS DE CONCESSÃO DE TERRAS PARA FINS PRIVADOS NO INTERIOR DO PARQUE	42
4.1.4.	PRESSÃO DOS PESCADORES NÃO ORIGINÁRIOS DAS TABANCAS PROPRIETÁRIAS.....	43
4.1.5.	AUMENTO DA PRESENÇA ANTRÓPICA NO INTERIOR DO PARQUE E POTENCIAIS CONSEQUÊNCIAS	44
4.1.5.1.	Aumento da Pressão Sobre os Solos e as Florestas.....	45
4.1.5.2.	Aumento Progressivo da Pressão de Pesca	45
4.1.5.3.	Depredação das Tartarugas Marinhas.....	46
4.1.5.4.	Captura Clandestina de Papagaios Cinzentos.....	46
4.1.5.5.	Pressão sobre Zonas Críticas e Sensíveis do Parque – o Caso da Colónia de Nidificação na Ilha de Cavalos.....	46
4.1.6.	IMPACTOS DAS PROSPECÇÕES E EVENTUAIS EXPLORAÇÕES PETROLÍFERAS E RISCOS DE DERRAMES DE HIDROCARBONETOS.....	47
4.1.7.	ACESSO E PASSAGENS DE NAVIOS E O CONTEXTO SUB-REGIONAL.....	47
4.2.	CONFLITOS EM TORNO DA EXPLORAÇÃO E USO DOS RECURSOS DO PARQUE	48
4.2.1.	CONFLITO COM OPERADORES TURÍSTICOS E TURISTAS	48
4.2.2.	CONFLITO COM OS PESCADORES NÃO ORIGINÁRIOS DAS TABANCAS PROPRIETÁRIAS.....	48
4.2.3.	CONFLITO GERAIS DA POPULAÇÃO DE CANHABAQUE.....	49
4.2.3.1.	Conflito entre Tabancas Proprietárias e não Proprietárias das Ilhas do Parque.....	49
4.2.3.2.	Conflito no Seio das Tabancas Proprietárias das Ilhas do Parque.....	49
4.2.3.3.	Conflito de Ordem Fundiária.....	50
4.2.4.	CONFLITOS COM AS POPULAÇÃO NO INTERIOR DO PARQUE	51
4.2.4.1.	Generalização de Praticas Contrárias aos Objectivos do Parque.....	51
4.2.4.2.	Conflito com os “Caçadores” de Papagaio	51
4.2.4.3.	Conflitos Ligados a Depredação das Tartarugas Marinhas.....	52
4.2.4.3.	Conflitos Ligados a Caça e a Captura de Porcos Selvagens	52
4.2.4.5.	Conflitos Ligados a Pesca	52
4.2.5.	CONFLITO COM AS PROSPECÇÕES E EVENTUAIS EXPLORAÇÕES PETROLÍFERAS.....	52
4.2.6.	CONFLITOS POTÊNCIAS RELACIONADAS COM O AUMENTO DAS PROCURAS FUTURAS.....	53
4.3.	CONFLITOS INSTITUCIONAIS	54
4.4.	POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES NA GESTÃO DO PARQUE	55
5.	<u>A ZONAGEM: AS ZONAS, SEUS LIMITES E AS DIRECTRIZES ESPECÍFICAS DE CONSERVAÇÃO</u>	57

Plano de Gestão do Parque Marinho de João Vieira e Poilão

5.1.	CRITÉRIO DE ZONAGEM	57
5.2.	AS ZONAS: AS CATEGORIAS DE GESTÃO	57
5.2.1.	ZONA CENTRAL.....	57
5.2.2.	ZONA TAMPÃO	58
5.2.2.1.	Alargamento Periódico e Temporário da Zona Tampão	59
5.2.2.1.	<i>POSSIBILIDADE TEMPORÁRIAS DE PESCA</i>	<i>60</i>
5.2.3.	ZONA DE RECUPERAÇÃO.....	60
6.	<u>PLANO DE GESTÃO - OBJECTIVOS E POLÍTICA DE GESTÃO.....</u>	62
6.1.	PROGRAMAS OPERATIVOS ESPECÍFICOS	62
6.1.1.	SUBCOMPONENTE PROTECÇÃO E GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS.....	62
6.1.1.1.	Protecção e Gestão das Zonas e Ilhas Sagradas (Florestas Sagradas).....	62
6.1.1.2.	Protecção e Gestão das Tartarugas Marinhas	62
6.1.1.3.	Protecção e Gestão da População do Papagaio-cinzento	63
6.1.1.4.	Protecção e Gestão da Avifauna Migradora	64
6.1.1.5.	Protecção e Gestão da Fauna Marinha e da Ictiofauna.....	65
6.1.1.6.	Protecção e Gestão das Demais Espécies Ameaçadas	65
6.1.1.7.	Protecção das Manchas de Floresta Húmidas.....	65
6.1.1.8.	Desenvolvimento de Acções de Restauração Ecológica.....	66
6.1.2.	SUBCOMPONENTE MONITORIA E SEGUIMENTO DOS RECURSOS NATURAIS.....	66
6.1.2.1.	Gestão, Monitoria e Seguimento dos Usos Agrícolas do Solo no Interior do Parque	67
6.1.2.2.	<i>MONITORIA E GESTÃO DAS ACTIVIDADES DE PESCA NO INTERIOR DO PARQUE.....</i>	<i>67</i>
6.1.2.3.	Melhoria das Ofertas e da Gestão do Turismo	70
6.1.2.4.	Recolha e Tratamento do Lixo nas Praias.....	71
6.1.3.	SUBCOMPONENTE DE INVESTIGAÇÃO E COOPERAÇÃO CIENTÍFICA.....	71
6.1.3.1.	Acções de Investigação	71
6.1.3.2.	<i>COOPERAÇÃO CIENTÍFICA.....</i>	<i>74</i>
6.1.4.	COMPONENTE DE INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO E SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL	74
6.1.4.1.	Informação, Relações Públicas e Extensão	74
6.1.4.2.	Educação e Sensibilização Ambiental	74
6.1.4.3.	Interpretação Ambiental.....	75
6.1.5.	SUBCOMPONENTE ECOTURISMO E RECREAÇÃO	76
6.1.6.	SUBCOMPONENTE ADMINISTRAÇÃO, PROTECÇÃO E VIGILÂNCIA.....	77
6.1.6.1.	Adequação da Estrutura de Gestão do Parque	77
6.1.7.	DESENVOLVIMENTO DE INICIATIVAS LOCAIS NA ILHA DE CANHABAQUE – UM PROGRAMA INTEGRADO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE CANHABAQUE	83
6.1.7.1.	Um Pacote Mínimo de Acções para as Quatro Zonas de Coordenação	83
6.1.7.2.	Reforço das Iniciativas Sectoriais.....	84
6.1.8.	SUBCOMPONENTE CAPACITAÇÃO	85
6.1.8.1.	Capacitação do Director do Parque.....	85
6.1.8.2.	Capacitação da Equipe Técnico-científica.....	86
6.1.8.3.	Capacitação dos Guarda-parques.....	86
6.1.8.4.	Capacitação do Coordenador e dos Animadores das Iniciativas Locais de Canhabaque.....	86

Plano de Gestão do Parque Marinho de João Vieira e Poilão

6.1.8.5.	Capacitação das Instituições Parceiras	87
6.1.9.	COMPONENTE DE CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTO	87
6.1.9.1.	Necessidades no Interior do Parque.....	87
6.1.9.2.	Necessidades na Ilha de Canhabaque	90
7.	<u>PROGRAMA OPERATIVO ANUAL</u>	92
7.1.	INTRODUÇÃO	92
7.2.	PLANO OPERATIVO PARA O ANO 2009	92
7.3.	ESTIMATIVA DOS CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO DO PNMJVP.	92
7.3.1.	PESSOAL E FUNCIONAMENTO DO PNMJVP	92
7.3.2.	FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO PESSOAL DO PNMJVP.....	94
7.3.3.	MATERIAIS E EQUIPAMENTO.....	95
7.3.4.	CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	96
7.3.5.	ESTUDOS E ACÇÕES DE GESTÃO, MONITORIA E SEGUIMENTO NO INTERIOR DO PNMJVP	97
7.4.	ORÇAMENTO PARA A EXECUÇÃO DAS INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO NA ILHA DE CANHABAQUE	98
7.4.1.	PESSOAL E FUNCIONAMENTO	99
7.4.2.	FORMAÇÃO.....	99
7.4.3.	MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, CONSTRUÇÕES E INFRA-ESTRUTURAS	100
7.4.5.	IMPLEMENTAÇÃO, MONITORIA E SEGUIMENTO DE IDL NA ILHA DE CANHABAQUE	101

Lista de Mapas

N°	Título	Pag.
Mapa 1	A Rede Nacional das Áreas Protegidas (RENAL) do Guiné Bissau	3
Mapa 2	Localização do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão	7
Mapa 3	Evolução e Velocidade das Correntes Marinhas no Interior do Arquipélago Bolama-Bijagós (Pennober G., em Cuq et al, 2001, pag. 35)	17
Mapa 3	Apresentação da variação do Índice de insularidade de Miller para as Ilhas do Arquipélago Bolama-Bijagós (Cuq et al., 2001, pag. 64)	21
Mapa 4	Distribuição Anual da Pluviometria no Território da Guiné-Bissau	24
Mapa 5	Distribuição Anual da Temperatura no Território da Guiné-Bissau	24
Mapa 6	Ocupação do Solo das Ilhas do Parque (a incluir)	24
Mapa 7	Rota de Migração da Tartarugas-verdes Seguidas por Satélite (Godley et al., 2003, pag. 10)	27
Mapa 8	Zonas de Cerimónias do grupo das Ilhas do Parque (a incluir)	33
Mapa 9	Densidade Populacional das Ilhas e Propriedade Tradicional dos Ilhéus de Ocupação Temporária no Interior do Arquipélago Bolama-Bijagós	33
Mapa 10	Zonas de Colecta de Molusco (a incluir)	35
Mapa 11	Localização da ilha de João Vieira	35
Mapa 12	Localização da ilha de Meio	36
Mapa 13	Localização da ilha de Cavalos	36
Mapa 14	Localização da ilha de Poilão	36
Mapa 15	Zonas de Pesca no Interior do Arquipélago Bolama-Bijagós	37
Mapa 16	Zonagem do PNJVP	61
Mapa 17	Zona de Monitoria e Seguimento da Avifauna (Zonas de Recuperação do PNMJVP)	64
Mapa 18	Zonas de Potenciais de Acesso a Pesca à Confirmar por Estudos	69
Mapa 19	Localização da Sede e Novos Postos de Guarda no PNJVP	79
Mapa 20	Localização dos Animadores das Iniciativas Locais de Desenvolvimento na Ilha de Canhabaque	80
Mapa 21	Localização das Casas de Ambiente e Cultura de Canhabaque	84

Lista de Figuras

N°	Título	Pag.
Figura 1	Estática, dinâmica e cinemática das zonas inter-marés e baixios pouco profundos na área do PNMJVP (Pennober em Cuq et al., 2001, pag. 49)	19
Figura 2	Ilustração da mobilidade hidro-sedimentar nos bancos litorais e pré-litorais através da comparação de imagens Spot e Landsat e composição colorida diacrónica de imagens Spot (Pennober em Cuq et al., 2001, pag. 45)	20
Figura 4	Proposta de estrutura de Gestão do PNMJVP e das Estrutura de Coordenação das Iniciativas de Desenvolvimento Local na Ilha de Canhabaque	82

Lista de Quadros

Nº	Título	Pag.
Quadro 1	Evolução da Temperatura, Pluviometria e Evaporação na Região Bolama-Bijagós	23

Lista de Tabelas

Nº	Título	Pag.
Tabela 1	Orçamento Previsto para a Implementação do Plano de Gestão do PNMJVP (2009-20013)	92
Tabela 2	Orçamento do Pessoal do PNMJV (em €)	92
Tabela 3	Orçamento de Funcionamento do PNMJVP (em €)	94
Tabela 4	Orçamento para Formação e Capacitação do Pessoal e Colaboradores do PNJVP (em €)	95
Tabela 5	Orçamento para Materiais e Equipamento do PNMJVP (em €)	95
Tabela 6	Orçamento para Construções e Infra-estruturas do PNMJVP (em €)	97
Tabela 7	Orçamento para Estudos,, Acções de Gestão, Monitoria e Seguimento no Interior do PNMJVP (em €)	97
Tabela 8	Proposta de Orçamento para a Execução das IDL na Ilha de Canhabaque (em €)	98
Tabela 9	Orçamento para o Pessoal e Funcionamento das Iniciativas de desenvolvimento Local de Canhabaque (em €)	99
Tabela 10	Custo de Formação para a Estrutura de Gestão das IDL e Parceiros na Ilha de Canhabaque (em €)	100
Tabela 11	Orçamento para Materiais, Equipamentos, Construções e infra-estruturas no Quadro das IDL na Ilha de Canhabaque (em €)	100
Tabela 12	Orçamento para a Implementação, Monitoria e Seguimento de IDL na Ilha de Canhabaque (em €)	101

1. INTRODUÇÃO

1.1. Antecedentes

Através dos diferentes Planos de Desenvolvimento já elaborados na Guiné-Bissau, inclusive o DENARP#, no qual estabeleceu dentro dos seus objectivos a promoção do crescimento económico. Não obstante esforços que estão a ser feitos a favor da política ambiental, concretamente na conservação e utilização racional dos recursos naturais, esse crescimento económico terá o seu impacto na perda da biodiversidade e recursos naturais, visto que o nosso país é fortemente dependente dos recursos naturais e dos serviços prestados pelos ecossistemas. Por exemplo, a pesca artesanal garante a principal fonte de proteínas da maioria da população ao passo que a venda de licenças de pesca industrial representa uma das principais fontes de divisas do Estado. Sem recursos naturais renováveis, as numerosas carências deste país em vias de desenvolvimento transformar-se-iam numa situação verdadeiramente desesperada.

O desenvolvimento de um país não pode dar-se às custas da qualidade de vida de sua população ou esgotamento dos seus recursos naturais. Muitos modelos de desenvolvimento aplicados em países considerados do Terceiro Mundo apresentam às vezes resultados rápidos em áreas específicas. Tais acções "progressistas" porém acabam por alterar bruscamente as diversas formas de organização das bases produtivas, provocam uma rápida e predatória exploração dos recursos naturais e comprometem os potenciais mais básicos dos países, inclusive o de produção de alimentos, tornando-os economicamente e culturalmente mais pobres e dependentes.

Após a independência em 1974, iniciou-se todo um processo de transformação socio-económica a nível da Guiné. A filosofia a ser seguida baseava-se na transformação da vida das populações, buscando a satisfação das suas necessidades básicas. Por outro lado, dizia-se combater o poder tradicional que era prejudicial ao desenvolvimento. Para tal instaurou-se toda uma estrutura administrativa afim de se aniquilar o sistema tradicional. Este oficialmente foi substituído pelos comités de tabanca, de sector e de secção (Maria Taveira, 1994).

Dada essa importância acima citada, realizou-se no quadro de SCET, um dos primeiros levantamentos sobre a cobertura florestal e a ocupação do solo ao nível nacional. Em 1986, o INEP organizou um seminário sobre a situação ambiental ao nível dos cinco Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOPs).

Em 1989 foi iniciado o processo de discussão sobre a Estratégia Nacional de Conservação, apoiado pela UICN e a União Europeia, no qual o seminário realizado no mesmo ano assinala como oportuna a planificação da gestão dos recursos naturais da zona costeira, a conservação dos mangais e a criação de áreas protegidas como prioridades.

Desta maneira, o Gabinete de Planificação Costeira (GPC) em estreita colaboração com a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), detentor das ideias pioneiras da consolidação da Estratégia Nacional de Conservação (ENC), através da realização dos estudos, consultas à população, avaliações espaciais da dinâmica do uso dos recursos e acordos político-económico-administrativo, implementou propostas que permitam o desenvolvimento sustentando a zona costeira, otimizando a produção, conservando a diversidade biológica e cultural, assim minimizando os conflitos entre as diversas actividades económicas, cujas principais características estão relacionadas com a agricultura, a pesca e a exploração florestal.

Ainda no decorrer deste mesmo ano, inicia-se o Projecto da Planificação Costeira no quadro da Direcção Geral das Florestas e Caça/MDRA, com o apoio da UICN e da Agência da Cooperação Suíça (DDA), cuja

proposta preliminar apresentada em 1990 foi objecto de uma discussão que decorreu cerca de um ano a fim de tornar uma proposição real de criação de quatro parques nacionais cujo funcionamento levará em consideração os sistemas tradicionais de gestão dos recursos naturais.

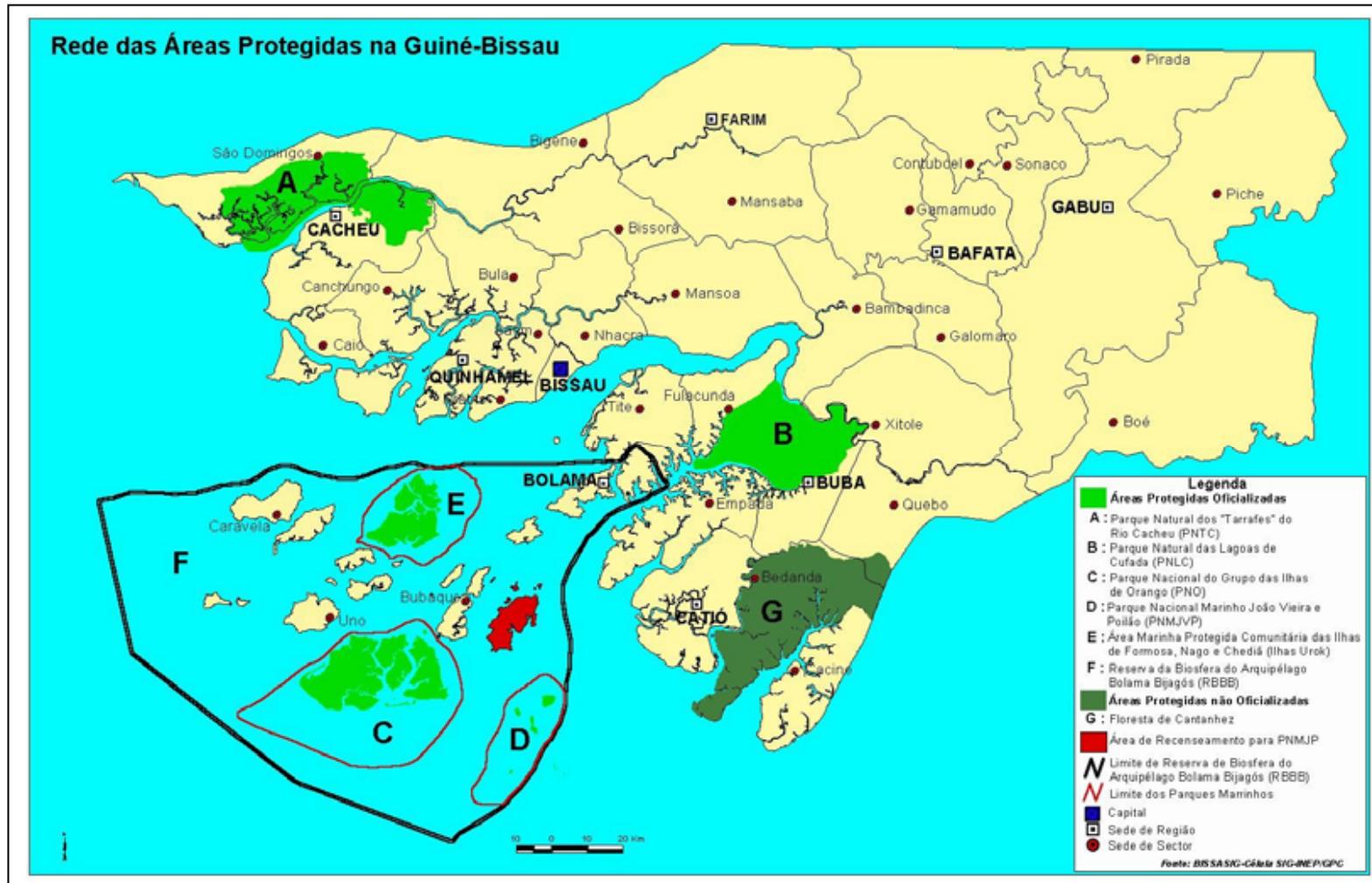
1.2. Rede Nacional de Áreas Protegidas

Actualmente a Guiné-Bissau conta com uma Rede Nacional das Áreas Protegidas (RENAP) que cobre uma superfície total de cerca de 470.000 ha, sob a responsabilidade do recém-criado Instituto da Biodiversidade e das Áreas Protegidas (IBAP). La RENAP consiste de 7 áreas protegidas incluindo:

- A Reserva da Biosfera Bolama-Bijagós que traslape com
- As Áreas Protegidas Comunitárias das Ilhas de Urock,
- Parque Nacional de Orango e
- Parque Nacional João Vieira e Poilão;
- Parque Natural dos Tarrafes do Rio Cacheu;
- Parque Natural das Lagoas de Cufada; e
- Parque Nacional de Cantanhéz.

Dois terços da superfície protegida correspondem a espaços marinhos ou estuarinos. Aliás, as áreas protegidas marinhas e as zonas de pesca regulamentada estão no centro das preocupações do IBAP e de outras instituições da sub-região, agrupadas no âmbito do Programa Regional de Conservação Marinha (PRCM). Estas áreas desempenham um papel central na reprodução e regeneração dos stocks de peixes, camarões e moluscos, garantindo a sustentabilidade da exploração destes recursos estratégicos.

A conservação através da RENAP é um processo de participação que deve contar com objectivos e metas claras. Este Plano de Gestão será entregue aos cidadãos nacionais, pescadores, prestadores de serviços, organismos privados e autoridades, para que de maneira conjunta e coordenada se cumpram com os objectivos de conservação deste parque tão importante para a diversidade biológica.



Mapa 2: A Rede Nacional das Áreas Protegidas (RENAP) do Guiné Bissau

1.3. Instituto da Biodiversidade e Áreas Protegidas

O IBAP foi criado para promover a salvaguarda dos ecossistemas e da biodiversidade assim como, para criação e gestão das áreas protegidas e favorecer a utilização racional e equitativa dos recursos naturais. Trata-se de uma instituição pública dotada de uma autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O IBAP concentra as suas actividades no reforço de uma gestão eficaz, participativa e integradora dos ecossistemas, numa perspectiva de conservação da biodiversidade e no apoio ao desenvolvimento durável.

Na sua planificação estratégica o IBAP formulou a sua visão como se segue:

“A biodiversidade da Guiné-Bissau é conservada de forma sustentável em benefício do desenvolvimento das gerações presentes e futuras”. Esta visão permitiu precisar a missão do IBAP: “Gerir de forma participativa e eficaz as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da biodiversidade, valorizando os conhecimentos científicos e saberes tradicionais, favorecendo sinergias e parcerias ao nível local, regional e internacional”

Baixa esta visão trabalha na consolidação da rede das áreas protegidas através de proposição de criação de novas áreas protegidas, uma concertação alargada aos diferentes autores concernentes e a implementação de estratégias comuns no domínio de interesse partilhados pelas diferentes áreas protegidas da rede nacional. A elaboração e a implementação do plano de gestão e de instrumentos jurídicos e regulamentares são privilegiados. O IBAP tem em conta as necessidades concernentes ao reforço de capacidades e de parcerias institucionais com os serviços técnicos nacionais (Florestas e Fauna, Agricultura, Pesca, Turismo, Comunidades Locais, etc.) e favorecer uma interligação regional e internacional.

IBAP facilita estudos científicos em serviço da conservação da biodiversidade é priorizado e em termos gerais promove a melhoria de conhecimentos e de seguimento das espécies ameaçadas, emblemáticas ou de importância económica e a promoção de uma pesquisa e de comunicação científica sobre os ecossistemas e da biodiversidade.

Para cumprir com sua missão o IBAP reforça à todos os níveis (institucional, recursos humanos e financeiros, etc.) de forma a relevar os desafios no domínio da conservação, da biodiversidade, da gestão das áreas protegidas. Ele contribui para a integração da gestão do ambiente, dos habitats, dos processos ecológicos e da diversidade biológica na formulação das políticas sectoriais do país. Neste contexto, o IBAP desenvolve planos de gestão para todas as áreas protegidas baixo seu mandato em conjunto com os parceiros que desejam contribuir para a gestão das áreas protegidas e a biodiversidade na Guiné-Bissau.

Entre 2007 e 2011, os objectivos estratégicos e as actividades do IBAP agrupar-se-ão em torno de 3 grandes eixos. O primeiro diz respeito a um reforço institucional, que garanta o reconhecimento jurídico e prático do papel do IBAP, enquanto peça essencial dos sistemas nacionais de gestão dos recursos renováveis. Diz também respeito ao financiamento durável do IBAP, nomeadamente através da criação de uma Fundação suportada por um fundo patrimonial, para além da procura de outros mecanismos de financiamento complementares.

O segundo eixo centra-se no melhoramento da gestão das AP e na promoção de acções de desenvolvimento sustentável. Trata-se de: promover a gestão participativa, envolvendo todas as partes interessadas; elaborar e aprovar planos de gestão para cada AP; implementar um zonamento rigoroso com zonas de preservação estrita e áreas de desenvolvimento durável; garantir uma sinalização e uma fiscalização eficaz; investir na formação dos quadros do IBAP; identificar os custos de oportunidades perdidas e os impactos da fauna selvagem nas populações; apoiar as ONG e as comunidades locais que desenvolvam iniciativas de desenvolvimento sustentável (nomeadamente o ecoturismo), discriminando positivamente os mais fracos e desfavorecidos. Finalmente, desenvolver-se-ão actividades tendentes a expandir a rede de AP, quer através

da classificação de novas áreas, quer através de estudos preliminares que identifiquem zonas de elevado interesse para futuras iniciativas.

O terceiro eixo estratégico foca, essencialmente, o conhecimento da biodiversidade e dos processos naturais e sua exploração pelo Homem. O IBAP adoptou uma estratégia de intervenções criteriosas, baseadas num sólido conhecimento científico das realidades. A monitorização ambiental, focada em espécies ou habitats sensíveis e emblemáticos, desempenhará um papel central na avaliação objectiva dos impactos e resultados das intervenções, avaliação essa que é um elemento chave da estratégia em causa. Estas mesmas espécies e habitats considerados prioritários serão, sempre que adequado, alvos de planos de acção e medidas específicas. A divulgação dos conhecimentos será feita, de modo diferenciado, ao nível dos decisores, ao nível de todas as partes interessadas na gestão das AP e ao nível da população em geral.

1.4. Contexto Internacional

Não obstante a Guiné-Bissau ser um país de tamanho pequeno, a biodiversidade é de relevância mundial. Os compromissos assumidos pelo país relativamente à preservação da biodiversidade (nomeadamente a Convenção sobre a Diversidade Biológica) deverão ser honrados, a bem da projecção da nação na comunidade internacional. Por seu lado, os parceiros do mundo desenvolvido têm a obrigação moral de apoiar, com recursos técnicos e financeiros, as iniciativas de conservação da nação guineense.

IBAP

O IBAP apoia-se na experiência das parcerias exemplares entre as instituições nacionais e internacionais e as ONG's nacionais e estrangeiras. Actualmente, o quadro de parceria compreende as instituições chaves intervenientes na esfera do ambiente, da conservação e da gestão dos recursos naturais, nomeadamente a Direcção Geral do Ambiente, o Centro de Investigação Pesqueira Aplicada – CIPA, a Direcção Geral das Florestas e Fauna e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa – INEP. Esta parceria, vem-se consolidando ao logo do tempo com a presença de parceiros internacionais, caso da UICN, parceiro histórico, com acções de conservação e de desenvolvimento durável na zona costeira, a Fundação Internacional para o Banco d'Arguin – FIBA, especializada no apoio à gestão das áreas marinhas protegidas, o Banco Mundial, através do Fundo Mundial para o Ambiente – GEF para a consolidação das acções de conservação e de gestão dos recursos naturais e a Swissaid, pelo apoio ao desenvolvimento na base.

1.5 O Parque Marinho de João Vieira e Poilão

1.5.1. Localização e Limites

O Parque Nacional de João Vieira e Poilão, encontra-se localizado no extremo sudeste da Região Bolama-Bijagós e integra o sector administrativo de Bubaque. Carta no quadro seguinte dá uma ideia sobre a sua localização. É uma das áreas centrais da Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama-Bijagós oficializada pela UNESCO em 1996.

O parque é composto por 6 Ilhas, João Vieira-Poilão são as ilhas de João Vieira, Meio, Cavalos, Poilão, Cabras e Aweto e respectivas áreas marinhas, envolvendo zonas rasas até a isóbata de 10 metros. Comparadas com as demais ilhas do Arquipélago, as ilhas do parque, podem ser consideradas em geral como ilhas pequenas.

A sua superfície total do parque é de cerca de 49500 ha, da qual cerca de 95 % são compostos pelas zonas inter-marés e zonas marinho-aquáticas rasas. Esta área marinho-aquática faz parte de uma extensa zona de baixios pouco profundas que contornam as costas destas ilhas e se estendem até as zonas exteriores ao limite do parque. Nelas salientam-se sobretudo os Baixios de Oliveira Musante e das Gaivotas. Nas zonas inter-marés destacam-se ainda extensas áreas de bancos, vasa e Mangal. As correntes e as mares estão na origem de uma grande dinâmica na linha de costa e nas mudanças do perfil das praias das diferentes das ilhas que compõem o parque. Em geral, na sua parte marinho-aquática, predominam a influência dos estuários.

No coberto vegetal da sua parte terrestre são característicos as florestas secas (densas e semi-densas), os palmares naturais e as savanas.

Sobre as ilhas que o compõem vigora ainda um sistema de propriedade tradicional que é reclamada pelas populações de algumas Tabancas (aldeias) Bijagós, localizadas no Sul da ilha de Canhabaque. Mas, em geral, como património nacional vigora a propriedade do estado, embora que sobre elas são permitidos praticas e actividades ancestrais tradicionais das populações.

1.5.2. Apresentação Sumária

Os trabalhos de investigação para a oficialização da Reserva da Biosfera, confirmam a importância ecológica da área e o incluem com uma zona um das suas zonas centrais. Este estatuto veio a ser reforçada com a sua oficialização.

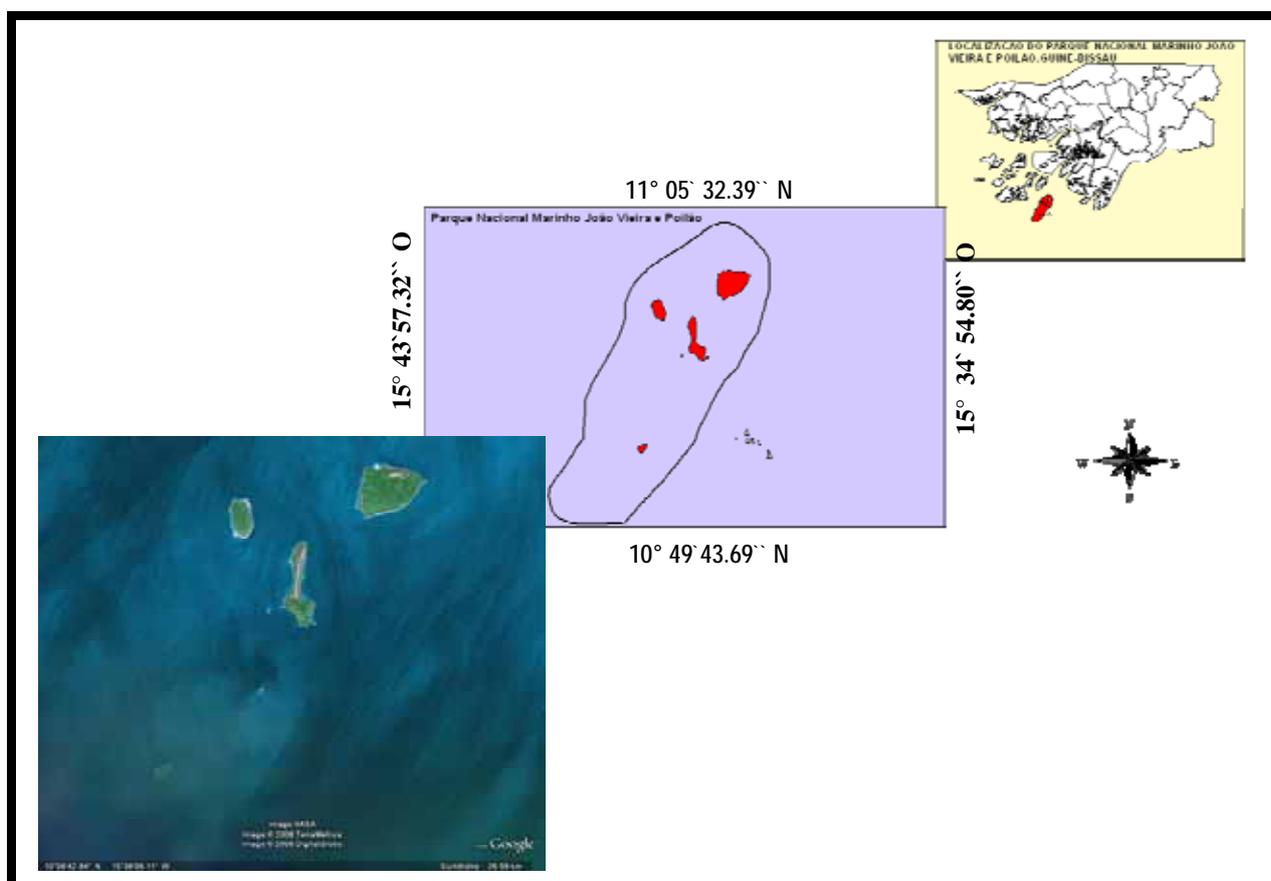
O parque de João Vieira Poilão foi criado pelo decreto de N° 6-A/2000¹ em Agosto de 2000 como Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão (PNMJVP) e começou a funcionar como tal em 2002. Este decreto o considera como zona de preservação integral, o que reflecte o nível de preocupação em termos de sua conservação não só pelo seu valor ecológico e ambiental, mas sobretudo pelo facto de que, os ecossistemas terrestres e marinhos que dele fazem parte, apesar de muitos frágeis, ainda se apresentam relativamente pouco alterados.

Este mesmo decreto especifica os fins para os quais este parque foi criado, ou seja "*constituindo uma área de preservação integrar, o parque tem como fins a conservação do património biológico, o maior e o melhor*

¹ Ver o decreto de criação do Parque Nacional Marinho de João Vieira Poilao, no Boletim Oficial N° 34, de Quarta-feira, 23 de Agosto de 2000.

conhecimento das importantes espécies que o povoam ou o demandam, a protecção dos sítios de reprodução e de crescimento dessas espécies, especialmente as tartarugas marinhas e aves aquáticas, a valorização do património paisagístico e turístico natural e dos sistemas de gestão e ordenamento territorial tradicional local². Além de definir os seus limites a lei reconhece neste parque, a existência de santuários ecológicos³ assim como florestas sagradas⁴, isto é, especifica uma tripla função para esta área protegida subsequentes a definição jurídica que a lei quadro dá, aos conceitos acima referidos:

1. o de ser um "Parque Nacional Marinho" e como tal *"..destinado a protecção da integridade ecológica dos seus ecossistemas para as gerações presentes e futuras, excluindo a exploração ou ocupação inadequada aos objectivos da área, e oferecendo oportunidade de visitas científicas, educacionais e recreativas, sendo as mesmas compatíveis com os usos e costumes das populações residentes"*;



Mapa 2: Localização do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

2. a de conter "Santuários Ecológicos" e por conseguinte as áreas limitadas como tal estarão *"... sujeitas a uma gestão voltada à protecção e manutenção de habitats essenciais a flora de*

² Artigo 5º do decreto de criação do Parque Nacional Marinho de João Vieira Poilao, no Boletim Oficial N° 34, de Quarta-feira, 23 de Agosto de 2000

³ Artigo 3º do decreto de criação do Parque Nacional Marinho de João Vieira Poilao, no Boletim Oficial N° 34, de Quarta-feira, 23 de Agosto de 2000.

⁴ Artigo 4º do decreto de criação do Parque Nacional Marinho de João Vieira Poilao, no Boletim Oficial N° 34, de Quarta-feira, 23 de Agosto de 2000

importância ou a fauna, nomeadamente migratória". Nestes não são permitidos obras, instalação ou actividade económica salvo as aberturas ao público e certas formas de pesca ou colheita em benefício das comunidades marginais devidamente autorizadas e as obras necessárias para estas actividades, assim como autorização científica devidamente autorizadas pelo administrador do parque⁵;

3. a de conter "**Florestas Sagradas**" os quais são considerados "*.. espaços naturais destinados exclusivamente a manifestações tradicionais de cunho cultural e religioso onde a gestão dos seus recursos naturais é determinado pelos usos e costumes da comunidade que a utilizam*"⁶. Estes uma vez legalizados não podem "...ser objecto de nenhuma concessão, licença, autorização ou qualquer decisão cuja realização seria susceptível de modificar o estado do lugar"⁷.

Todo o limite da área acima referida é considerada igualmente um Parque Marinho⁸, pelas características e produtividade das suas área marinho-aquáticas. Ainda a considerar é o seu valor estético, paisagístico e a biodiversidade, marcada pela presença de populações viáveis de inúmeras espécies ameaçadas e sobretudo de aves, peixes e reptéis.

Igualmente importante é a complexidade das relações de propriedade tradicional e riqueza cultural das comunidades Bijagós envolvidas. Áreas com estas características merecem medidas de conservação muito particulares e por conseguinte muito robustas e mais restritivas.

Por decisão do Estado Guineense e em demonstração de uma de liderança sub-regional e mundial nas questões ambientais, a área foi entretanto declarada em 2001, numa cerimonia publica imbuída de simbolismos, como um "**Dom à Terra**" ("Gift to the Earth"), isto é, como uma contribuição e um compromisso para a protecção da biodiversidade ao nível global. Este acto foi reconhecido pela WWF através de um certificado assinado na pessoa do seu Director-Geral.

1.5.3. Os Objectivos

Os objectivos do criação que nortearam a criação deste parque são ainda actuais e pertinente. Este prende-se com a manutenção e a conservação dos ecossistemas naturais localizados no seu interior, e, em especial, dos processos naturais que o suportam. Como os demais parques nacionais o seu objectivo é ainda o da "*..protecção da integridade ecológica dos seus ecossistemas para as gerações presentes e futuras, excluindo a exploração e a ocupação inadequada aos objectivos da área e oferecendo a oportunidade de visitas científicas, educacionais e recreativas, sendo as mesmas compatíveis com o uso e costumes das populações residentes*"⁹. Mais especificamente estes, em concordância com os planos anteriores¹⁰, podem ser resumidos nos pontos seguintes:

⁵ Ver alinha d) e e) do artigo 37º da Lei Quadro das Áreas Protegidas, Decreto-Lei nº3/97, no Boletim Oficial Nº 21, de Terça-feira, 26 de maio de 1997.

⁶ Ver alíneas a), e) e f) do artigo 3º da Lei Quadro das Áreas Protegidas, Decreto-Lei nº3/97, no Boletim Oficial Nº 21, de Terça-feira, 26 de maio de 1997.

⁷ Ver alíneas 3 do artigo 38º da Lei Quadro das Áreas Protegidas, Decreto-Lei nº3/97, no Boletim Oficial Nº 21, de Terça-feira, 26 de maio de 1997.

⁸ Tipo de Áreas protegida que não é considerado de forma mais especifica na lei quadro das Áreas Protegidas de 1997.

⁹ Alínea a) do Artigo 3 da Lei quadro das Áreas protegidas.

¹⁰ Ver Catry e Bouju, 2000;

1. Conservar a biodiversidade e os ecossistemas funcionais e em equilíbrio; proteger as suas amostras de biodiversidade, assegurando o seu processo evolutivo e contribuir como factor de equilíbrio no conjunto que constitui o arquipélago dos Bijagós; conservar os ecossistemas assegurando a sua integridade, o seu equilíbrio e a sua funcionalidade; conservar populações viáveis e saudáveis de diferentes espécies presentes; contribuir para a conservação da biodiversidade ao nível nacional e internacional e constituir-se como um núcleo de preservação a partir da qual, através da radiação, se torna possível re-colonizar outras áreas sobretudo com espécies ameaçadas e/ou em risco de extinção;
2. conservar o património genético, através da protecção da fauna e flora e da biodiversidade em geral, mantendo o processo evolutivos em taxas de extinção naturais e promovendo a preservação e manejo de espécies em risco de extinção, com finalidade científica e ecológicas;
3. reforçar o seu papel na rede nacional, sub-regional e internacional de áreas protegidas albergando e protegendo diversas espécies migratórias, em especial peixes, aves, mamíferos marinhos e tartarugas marinhas e contribuído para a sua conservação ao nível internacional;
4. conservar paisagens de relevante beleza cénica naturais ou alteradas, mantidas a nível sustentável, visando a recreação e turismo;
5. conservar valores culturais, históricos, arqueológicos e antropológicos - património cultural da nação -, para a investigação e visitação; Protecção da zona e da propriedade tradicional (protecção dos recursos, protecção das áreas sagradas e protecção do espaço produtivo)
6. proporcionar recreação ao ar livre de forma saudável, para residentes e visitantes, e desenvolvendo o turismo em bases sustentáveis ou ecológicas; proporcionar condições para a monitoria ambiental; valorização da zona (eco-turismo, pesca controlada e trabalho para os jovens de Canhabaque);
7. proporcionar meios de educação, investigação, estudos e divulgação sobre os recursos naturais e ecossistemas pouco modificados, muito essenciais para a monitoria do ambiente em geral e do estado dos oceanos em particular;
8. Criar condições propícias a um desenvolvimento durável da região Bolama-Bijagós; assegurar o crescimento económico regional, criando novas oportunidades e alternativas às economias locais através da valorização da paisagem, dos ecossistemas e dos recursos através de uma exploração racional, adequada e harmoniosa.

Considerando as ameaças, os riscos e os conflitos existentes a persecução destes objectivos demanda a implementação de um conjunto de directrizes que foram implementados e que devem continuar a ser implementados no interior do parque e que se resumem nos seguintes:

1. inventariação e avaliação as possibilidades de gestão dos principais conflitos e protecção dos interesses dos locais;
2. Inventariação e avaliação do impacto da pesca artesanal realizada no limite exterior e interior do parque, sobre os recursos marinhos e em especial sobre as capturas acidentais de tartarugas marinhas;
3. Inventariação e avaliação do impacto da agricultura sobre a vegetação e os solos;

4. Monitoria e seguimento para a desestimular a instalação de acampamentos (inclusive acampamentos turísticos) em áreas mais sensíveis do parque, como por exemplo na ilha do Meio e Cavalos;
5. Proibição da pesca comercial e industrial de qualquer natureza na área marinha do parque;
6. Proibição da caça comercial e esportiva no interior das ilhas do parque;
7. Limitação do uso de equipamentos de pesca e acesso de embarcações durante o período reprodutivo das tartarugas marinhas na área do parque;
8. Monitoria e seguimentos das espécies e dos principais recursos naturais do parque;
9. Monitoria e seguimento do acesso de pessoas às ilhas, inclusive das populações das tabancas das ilhas proprietárias;
10. Incentivo as pesquisas multidisciplinares para aumentar o conhecimento científico sobre o parque, seus ecossistemas, suas espécies e seus recursos;
11. Avaliação do turismo e em especial do programa de ecoturismo como estratégia de captação de recursos do parque; Monitoria, seguimento e reavaliação dos impactos das unidades turísticas localizadas na Ilha de João Vieira e das actividades turísticas em geral.

1.5.4. Estrutura de Gestão e Principais Actividades

Tal como definido na lei, a estrutura de gestão do parque é composta pelo conselho de gestão, que é o órgão deliberativo e consultivo do parque, o director do Parque e a equipe de guardas composto por quatro efectivos, um dos quais também marinheiro. Dois animadores ainda fazem parte desta estruturara, mais, que desenvolvem as suas actividades, essencialmente na Ilha de Canhabaque e sobretudo coordenando e animando algumas acções de desenvolvimento comunitário.

A Composição do Conselho de Gestão é definida pelo Artigo 15º do Decreto da Criação do Parque. Deste órgão fazem parte o director do parque (que o preside), representantes das tabancas proprietárias, representantes do poder local, representantes dos ministérios do Turismo, Pesca e Ambiente, representante de instituições de pesquisa, da Capitania dos Portos, das ONG's e dos operadores turísticos. As sua decisões são vinculativas e segundo a nova lei disporá das competências seguintes:

- a) Deliberar sobre a proposta de orçamento, o regulamento de utilização do fundo especial bem como o seu plano de gestão;
- b) Deliberar sobre todas as questões em que as disposições do presente diploma ou os regulamentos adoptados para a sua aplicação confirmam-lhe competências;
- c) Dar parecer sobre todos os casos em que for legalmente solicitado e sobre todas as outras questões que lhe sejam submetidas pelo Director ou, por iniciativa própria, apresentar a este sugestões ou recomendações relativos ao bom funcionamento da sua área protegida;
- d) Assegurar seguimento às actividades da sua Direcção.

Actividades principais actualmente desenvolvidas no quadro do parque se resumem essencialmente aos seguinte:

1. Monitoria e seguimento da avifauna;
2. Inventario monitoria e seguimento das tartarugas, sobretudo na ilha de Poilão;
3. Acções de fiscalização da pesca no espaço marinho- aquático do parque;
4. Apoio as iniciativas de desenvolvimento local, sobretudo concentradas nas tabancas do sul de Canhabaque, salientando-se a construção de fontes, de escolas e das casas multifuncionais constituídas sobretudo por uma loja, uma farmácia e a rádio comunitária e a casa de passagem.

Cada uma destas iniciativas é dirigida, em geral, por um comité de gestão. Constatação geral é de que a maioria destas Iniciativas comunitárias confrontam-se com problemas graves de financiamento, funcionamento e de gestão.

1.5.5. Infra-estrutura e Equipamentos

Como infra-estruturas o parque dispõem de uma sede contendo um mini-museu, um gabinete para o conservador, um armazém, uma casa de passagem e uma casa de guardas. Sobretudo este ultimo encontra-se num estado avançado de deterioração.

O sistema de bombagem de agua e um sistema de electricidade com base em painéis solares, ambas em estado inoperacionais. O sistema eléctrico faz funcionar unicamente a radio e não tem capacidade para aguentar os demais equipamentos eléctricos existentes no parque (computador, lâmpadas, impressora, etc.) e é, em termos de potência de produção, insuficiente para satisfazer a demanda da infra-estruturas e dos equipamentos. O parque dispõem igualmente de duas embarcações: uma canoa (sem motor) e um vedeta rápida com instrumentos de navegação inoperacionais e ambas precisando de trabalhos de manutenção, como os demais equipamentos e infra-estruturas do parque.

2. O PLANO DE GESTÃO DO PARQUE

2.1. Função e Quadro Jurídico-institucional

O plano de gestão é definido na Lei Quadro¹¹ como um dos instrumentos principais de gestão e administração das áreas protegidas. Ele resulta em geral de um processo de planificação, cobrindo integralmente a área protegida, envolvendo todos os interessados e integrando a área no seu devido contexto local, regional e nacional e mesmo sub-regional. Não é um fim em si, mas tende a criar uma base coerente para a implementação das acções de gestão durante o seu período de vigência. Em geral descreve a área, os seus problemas e desafios em relação aos recursos e aos usos e define os objectivos de gestão e os meios estratégicos para os atingir. Na prática guia e controla a gestão das áreas protegidas, através de estratégias, programas, acções e facilidades necessários a uma eficiente operacionalização da filosofia do parque.

Por lei, o prazo de revisão de uma Plano de Gestão de uma Área Protegida não deve exceder os dez (10) anos¹². Esta necessidade foi igualmente sublinhada pelo Plano estratégico do IBAP, assim como pela avaliação do sistema nacional de áreas protegidas. Ambas recomendam ao IBAP de dotar as áreas protegidas de Planos de Gestão actualizados. Mudanças consideráveis registadas no interior do limite do parque, justificam a presente acção de re-actualização do Plano de Gestão para o PNMJVP. Estas mudanças são de ordem ambientais, como ainda sócio-económicas. Estes últimos afectando substancialmente os usos dos recursos naturais presentes no interior do parque. Neste particular é de considerar as pressões exteriores, sobretudo das populações das tabancas proprietárias que reclamam cada vez mais o direito de usufruir dos recursos do parque, assim como as mudanças sócio-ambientais entretanto verificadas no exterior do parque, na região Bolama Bijagós, ao nível nacional e sub-regional.

Dado as condições particulares do parque, o plano deve igualmente reflectir a sua interligação e articulação com a Reserva da Biosfera. Esta necessidade encontra-se reflectido nas disposições do artigo Artigo 28º sobre os poderes de superintendência da proposta de decreto de oficialização da Reserva da Biosfera (RB) que se pode resumir essencialmente nos pontos seguintes: na orientação pelas estruturas da RB, dos parques no seu interior; na ratificação dos planos de gestão, orçamentos e planos de utilização do fundo especial, pelas estruturas da RB, após sua aprovação pelos Conselhos de Gestão de cada uma das Áreas Protegidas no seu interior e na adaptação e harmonização dos planos das áreas protegidas em relação aos objectivos gerais da RB.

O processo de actualização está a ser gerido pelo Instituto Nacional da Biodiversidade e das Áreas Protegidas, IBAP¹³, que por lei tutelam as Áreas Protegidas. O IBAP é por conseguinte, a instituição responsável pela elaboração do Plano, mas que neste particular através de um acordo específico, passou esta responsabilidade ao Gabinete de Planificação Costeira, que efectuou este trabalho de reactualização.

¹¹ Artigo 16º da Lei quadro das Áreas Protegidas, Decreto-Lei n° 3/97, BO N° 21 de Maio de 97; Artigo 35º do Anteprojecto de Lei Quadro das Áreas protegidas de Julho de 2007.

¹² Ver artigo 16º da Lei Quadro das Áreas Protegidas, Decreto-Lei n°3/97, no Boletim Oficial N° 21, de Terça-feira, 26 de maio de 1997.

¹³ Ver Artigo 3º do decreto de criação do IBAP de 14 de Dezembro de 2004. Esta instituição sucedeu o Conselho de Coordenação das Áreas Protegidas, definida pelo artigo 11º da Lei Quadro das Áreas Protegidas (Decreto-Lei n°3/97, no Boletim Oficial N° 21, de Terça-feira, 26 de maio de 1997), mas que nunca chegou a ter corpo.

2.2. Objectivos do Plano de Gestão¹⁴

O objectivo principal deste Plano de Gestão é melhorar a efectividade da administração e governação do PNMJVP de forma a contribuir para a manutenção da qualidade e da integridade dos ecossistemas presentes no interior do parque e de manter os valores dos recursos ambientais e naturais do parque. Em geral deve assegurar a integração harmoniosa entre a conservação dos valores naturais, os usos económicos óptimos e os usos tradicionais dos recursos, isto é, assegurar que os usos permitidos sejam compatíveis com os objectivos do parque. Mas particularmente o Plano de Gestão tem como objectivo:

1. fornecer uma base documental e descritiva consensual do parque, isto é, documento que caracteriza e descreve o parque nas suas diferentes vertentes com base numa visão comum, tanto para o público em geral como para os gestores;
2. mobilizar e atrair o interesse e o suporte do público através do seu processo participativo de elaboração e implementação como ainda através da sua publicação e promoção no seio de um largo público de interessados;
3. assegurar a coerência necessária entre as medidas de gestão em especial dos seus diferentes programas e o conhecimento que se tem da área, em particular, sobre o funcionamento dos seus ecossistemas, dos seus recursos naturais e dos usos;
4. orientar e guiar os gestores para que possam atingir a visão e os objectivos para os quais o parque foi criado, através de acções de curto, médio e longo prazo, assim como estabelecendo prioridades, resolvendo conflitos e removendo ambiguidades e estabelecendo e esclarecendo os mecanismos e os processos decisoriais e definindo as medidas de gestão;
5. ajudar a melhorar alocação, o uso o controle e a mobilização dos recursos humanos (staff do parque), financeiros e materiais necessários a sua implementação;
6. garantir a continuidade dos processos e mecanismos de gestão e a apoiar a identificação, a definição e a avaliação da efectividade da gestão;
7. definir a responsabilidade dos gestores assim como das agências responsáveis pela gestão e constituir-se num instrumento para avaliação a performance do gestores e respectivos staff assim como para monitorar o desempenho destes e a efectividade das medidas de gestão em relação a persecução dos objectivos para os quais o parque foi criado;
8. melhorar a comunicação através da identificação do público chave, clarificar as mensagens a comunicar; facilitar os meios de comunicação;

Segundo a Lei quadro das Áreas protegidas o Plano de Gestão (Artigo 16º,1.) deve ainda determinar através de um mapa e respectivas notas explicativas:

- a) A localização das diversas características do ecossistema;
- b) A localização, ou futura implantação de lugarejos, casas, ruas, pistas, diques e outras infra-estruturas;

¹⁴ Ver Thomas e Middleton, 2003; Salm, Clark e Siirila, 2000 .

- c) A localização dos sistemas de culturas e de outras actividades económicas;
- d) As zonas do parque e seus distintos sectores.

Através do Plano de Zonagem se regulamenta as actividades e se procura harmonizar os melhores usos dos recursos e a conservação, promovendo um desenvolvimento integrado da comunidade e do ambiente. A zonagem, permite estruturar as medidas de gestão, facilitando os trabalhos de gestão dos espaços e dos recursos no interior do parque. O Plano de Gestão integra ainda outros programas salientando-se neste particular:

- **O Programa de Gestão e Protecção dos Recursos Naturais** que inclui componente gestão dos processos ecológicos e dos ecossistemas chaves e áreas sensíveis como as áreas críticas para a manutenção de população viáveis das espécies presentes. Igualmente importante é a restauração de zonas e/ou ecossistemas e habitats degradados.
- **O Programa de Investigação, Monitoria e Cooperação Científica** destinado a melhorar o conhecimento sobre o funcionamento dos ecossistemas e a manter um sistema de alerta sobre a evolução geral dos ecossistemas e recursos sobretudo num quadro da implementação do princípio de precaução;
- **Programa de uso Público**, contendo componentes de interpretação, sensibilização e educação ambiental, de relações públicas, de extensão e de recreação, sobretudo destinadas à mudança de comportamento e atitudes em favor do conservação; a aumentar o conhecimento e o valor que lhes é dado aos recursos e a biodiversidade; a melhorar a moral e a Ética da sociedade em relação ao ambiente e a melhorar o envolvimento e a participação em especial da comunidade nos processos de gestão;
- **Programa de administração** destinados a melhorar os instrumentos, os mecanismos e as práticas de administração e governação das áreas protegidas, assim como a identificar e inventariar os meios humanos, materiais e financeiros necessários ao bom funcionamento do parque;
- **Um programa de operações** com componentes de protecção e Vigilância, de capacitação e de construção e manutenção. A componente de vigilância destina-se a vigiar e fiscalizar as irregularidade e as infracções no interior do perímetro do parque, isto é, de forma a observância do cumprimento dos regulamentos do parque e impedir ou punir contravenções que ponham em causa os valores naturais e o equilíbrio dos ecossistemas;
- **Programa de desenvolvimento sustentado** e aproveitamento económico dos recursos e que se destinam essencialmente ao desenvolvimento e implementação de projectos produtivos integrados e adaptados e com benefícios substanciais para a população local e contribuído para melhoria da qualidade e das condições de vida;

Para além de fixar o período de actualização, o plano, deve igualmente, estabelecer os mecanismos destinados a medir a efectividade da implementação dos programas e acções que propõe, no âmbito da persecução dos objectivos do parque.

Alguns dos objectivos do Plano Anterior são ainda pertinente. Em resultado da sua implementação foram atingidos inúmeros resultados positivos que tiveram impactos significativos na consolidação do parque. Mas entretanto, surgem novas ameaças, conflitos e riscos, que caso não sejam devidamente avaliados e tratados

poderão por em causa todas as conquistas do parque. Por isso se põem o problema da melhoria e da adequação deste instrumento de gestão que constitui o "Plano de Gestão" para melhor gerir esses aspectos que afectam a boa gestão e podem comprometer a consolidação e a existência do parque.

2.3. Requerimento e Pressupostos Para o Sucesso da Implementação do Plano

O primeiro pressuposto para o sucesso deste Plano de Gestão é de que o parque possua as meios humanas, materiais e financeiras para a sua execução. Os recursos humanos actuais, para além de inadequados em termos de perfil, eles são insuficientes em qualidade e quantidade. A forma como são usados e distribuídos contribuem ainda mais para aumentar a sua ineficiência, sobretudo em matéria de gestão no interior do perímetro do parque. Um estrutura forte, adequada, eficaz e operacional são necessários e neste particular propõe-se uma nova estrutura e novos recrutamentos para fortalecer

Há uma necessidade de melhoria substancial dos meios matérias e de equipamentos, em especial as infra-estruturas, os equipamentos de transporte e de comunicação. A descentralização da estrutura pressupõe igualmente uma descentralização de meios, da administração, etc. e neste particular é pertinente que o parque disponha de meios financeiros de forma autónoma e que a sua gestão seja efectuada de forma clara e transparente com a participação do respectivo conselho de gestão. É indispensável que a logística, a administração, isto é o funcionamento geral, sejam organizados de tal forma que possibilite uma nível de autonomia adequado a situação de isolamento do parque.

O parque deve ser dissociado da implantação as acções de desenvolvimento em Canhabaque. Para a implementação destas deve ser criado uma estrutura específica coordenada pela Reserva da Biosfera, isto para que o desenvolvimento de Canhabaque possa ser implementada a partir de uma visão mais integrada e não centrada em algumas acções nas tabancas proprietárias. Além do mais, importa definir com esta através de um acordo específicos, quais seriam as responsabilidades gerais da reserva no funcionamento do parque.

O parque deve continuar a ter mobilizada ao seu lado a população da Reserva da Biosfera em geral e a população de Canhabaque em particular, defendendo os objectivos que nortearam a sua criação. Uma ruptura nesta "coligação" enfraquecerá o parque. Mas esta não será possível de manter sem o desenvolvimento de Canhabaque, objectivo aquém das capacidades do parque. Pelo que o IBAP, e em especial a estrutura da Reserva da Biosfera e os seus Parceiros Operacionais Locais deverão fazer um esforço considerável para a implementação de um programa de desenvolvimento integrado de Canhabaque, com o apoio do Governo e da Administração Local.

A valorização da cultura Bijagó deve ser uma constante na actividades do parque. Pois que o potencial para a sua banalização é muito forte, sobretudo considerando as pressões exteriores e os interesses em causa. Neste particular a conservação das zonas sagradas no interior do parque não deve ser descurada e deve estar na base do relacionamento com as tabancas proprietárias. O parque deverá estar a altura de assumir os custos de transição (negociação, cerimónias, actividades culturais, etc.) necessários a manutenção deste relacionamento. Igualmente, deverá consolidar a integração da estrutura tradicional de poder, assim como de outras estruturas representativas dos diferentes seguimentos sociais (jovens, mulheres, diáspora bijagó, etc.) e de grupos socio-profissionais, nas estruturas de gestão do parque, não só para ocultação (consulta e aconselhamento) mas também para efeitos de legitimação dos processos decisoriais inerentes a gestão do parque e a caução (da parte destes) e a legitimação dos processos de implementação das medidas de gestão.

Dado a grande fragilidade dos ecossistemas presentes e as características marcadamente insulares do parque, uma abordagem participativa, sistémica, precaucionista, adaptativa e multi-disciplinar no processo de

implementação do programa do parque deverá ser privilegiada, sobretudo em relação as pressões do exterior tendentes a introduzir formas de uso incompatíveis com o objectivos do parque e cuja finalidade se resume na obtenção de benefícios rápidos e imediatos em detrimentos das gerações futuras.

3. CARACTERIZAÇÃO DO PARQUE

3.1. Características Físicas e Geográficas

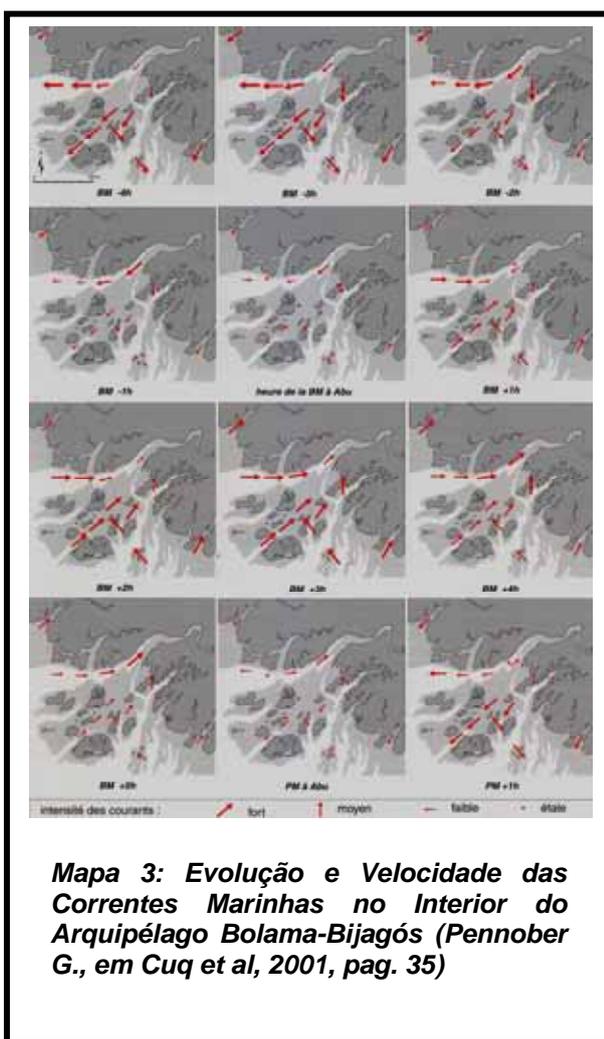
Pelas suas características ecológicas, físicas e geográficas, este parque foi em geral definido como um “Parque Nacional Marinho”.

3.1.1. Geologia, Fisiografia e Topografia

a) - Geologia e geomorfologia da costa

A Guiné Bissau em especial o Arquipélago Bolama-Bijagó encontra-se localizado no bacia sedimentar “Senegalo-mauritaniano” e constitui a sua parte meridional. Segundo Silva Teixeira (1956) esta bacia é constituída por varia faixas geológicas, paralelas e localizadas entre o maciço paleozóico do Futa Djalon e o golfo cretácico e terciário do Senegal. Entre estas salienta-se a do Mioceno que cobre todo o litoral a Oeste de Bigene, Nhacra, Bolama, Madina de Baixo e Ilha de Como. É esta a faixa que se prolonga e constitui o núcleo das ilhas, o qual é hoje mascarado pelos depósitos marinhos e fluviais de épocas mais recentes. A parte sudoeste deste bacia, foi muito influência na altura das transgressões marinhas que originou vales longos e profundos recortando toda a planícies.

Figura 1, dá uma ideia da Evolução e velocidade das correntes marinhas no interior do Arquipélago Bolama-Bijagós.



A área marinho-aquática do parque encontra-se numa zona de influência predominantemente estuarina (dos estuários dos rios Geba, Corubal), mas marcada por fenómeno excepcionais como a amplitude das mares diurnas das marés que é importante e pode atingir valores de 7 a 8 metros e as correntes marítimas. Salienta-se que o Arquipélago é zona de encontro das derivas litorânicas de Norte (proveniente das costas senegalesas) e de Sul (provenientes das costa da Republica da Guiné) que originam uma aporte considerável de sedimentos estuarinos e costeiros. Estes factores foram de extrema importância na configuração actual do litoral.

Figura 2 dá uma ideia sobre a estática, dinâmica e cinemática das zonas inter-marés e baixios pouco profundos no interior do parque.

Devido a quase inexistência de rios e rias e a grande extensão das zonas baixas que limitam a exposição da costa as correntes e as marés, a costa destas ilhas, é em geral continua formando baías muito longas. O trecho de praias é igualmente importante em todas estas ilhas, embora se verifique alterações periódicas do seu perfil assim como da linha de costa reflectindo os efeitos de processos hidro-sedimentares marinho-estuarinos, que em periódicos determinados, os afectam através de fenómenos erosivos e/ou de acumulação. A acumulação

tem lugar sobretudo nas zonas inter-marés enquanto que a erosão, é sobretudo localizada ao longo das linhas de costa.

As zonas inter-marés, constituída pelo entorno das ilhas e as partes mais rasas dos bancos – que são de origem sedimentar -, e que são muito abertas (ou localizada nas zonas marginais dos estuários), sem “bolons”, “rios” (entre ilhas) e muito longe da zona central e do ápice do estuário tem uma fácies dominante arenosa. Nas áreas marinha mais rasas, denota-se zonas sedimentares, ligadas a acreção dos deltas, o que não só sublinha a dinâmica dos canais internos como ainda o volume do aporte de sedimentos arenosos na área. Saliem-se manchas e/ou trechos vaso-arenosos, mais pouco expressivos, pois que, em geral, estes são mais característicos da parte central do delta, nas áreas próximas do ápice e zonas mais abrigadas como nos “bolons”, isto é fora dos limites do parque.

Como a plataforma continental marinha, toda a parte marinho-aquática do parque é rasa e profundamente recortada por canais e na qual os bancos (litorais e pré-litorais) demonstram uma certa mobilidade. Ela é marcada pela existência de vários baixos, salientando-se os de Oliveira Muzante a Norte de João Vieira e o das Gaivotas a Sul da Ilha de Meio. Esta zonas rasas são limitados a Oeste pelo Canal de Orango e a Oeste pelo de Poilão. O Canal do Meio, constitui a zona mais profunda no Interior do Parque e alonga-se de no sentido N-NE na proximidades das costas Norte e Nordeste da ilha de Meio.

Figura 3 ilustra a mobilidade hidro-sedimentar dos bancos litorais, pré-litorais e nas zonas de baixios na zona do parque. Modificações constantes e periódicas na dinâmica hidro-sedimentar são característicos e modificam consideravelmente o perfil dos bancos e de praias. No caso das praias originam, bancadas mais ou menos altas e longas, modificando o seu perfil como acontece periodicamente nas praias do Norte de Poilão e a Leste da Ilha de Meio por exemplo demonstram acumulações consideráveis que alteram por completo a linha de costa e o perfil das praias. O entorno da maior parte das ilhas do parque como do Baixo das gaivotas, são exemplo evidentes desta dinâmica.

Fácies rochosas (como pontas, pequenas elevações ou saliências rochosas) são pontualmente a assinalar sobretudo no entorno do Ilhéu de Poilão e Meio, a Oeste de Cavalos e João Vieira e em alguns pontos das zonas rasas e dos Baixios e que resultam das ultimas transgressões. Aparecem normalmente associados a conjuntos mistos no ponto de vista sedimentar, pois que jogam o papel de verdadeiras “armadilhas” na fixação de sedimentos¹⁵ ou atestam o recuo e/ou a estabilidade da linha de costa. No caso da parte do sul de Poilão, é entre estas saliências rochosas que tem lugar não só acumulação de sedimentos arenosos como ainda o crescimento de Mangal composto essencialmente por *Rhizophora*.

A erosão é deveras marcante em determinadas áreas, como em geral, as praias a oeste de Cavalos e Meio. Também pontualmente a erosão hídrica provocada pelo escoamento da água das chuvas foi constatada, como por exemplo ao longo de toda a falésia do sul da Ilha de Meio.

As ilhas podem ter a mesma superfície, mas em função da sua configuração e recorte podem apresentar diferentes comprimento de linhas de costa. Este ultimo em combinação com a distancia de sua localização em relação ao continente ou em relação a outras ilhas é muito importante para a determinação da influencia marítima e para o desenvolvimento das características físicas, biológicas e sócio-económicas muito particulares e que determinam as especificidades insulares de cada ilha. Mapa 3 dá uma ideia da sobre a insularidade do grupo de ilhas que compõem o arquipélago. A insularidade é expressa através de índices resultantes da relação entre o comprimento da linha de costa e a superfície da ilha respectiva. Em geral quanto mais elevado é este índice maior é a insularidade.

¹⁵ Este facto são também evidentes por exemplo nos processo de formação das flechas litorais.

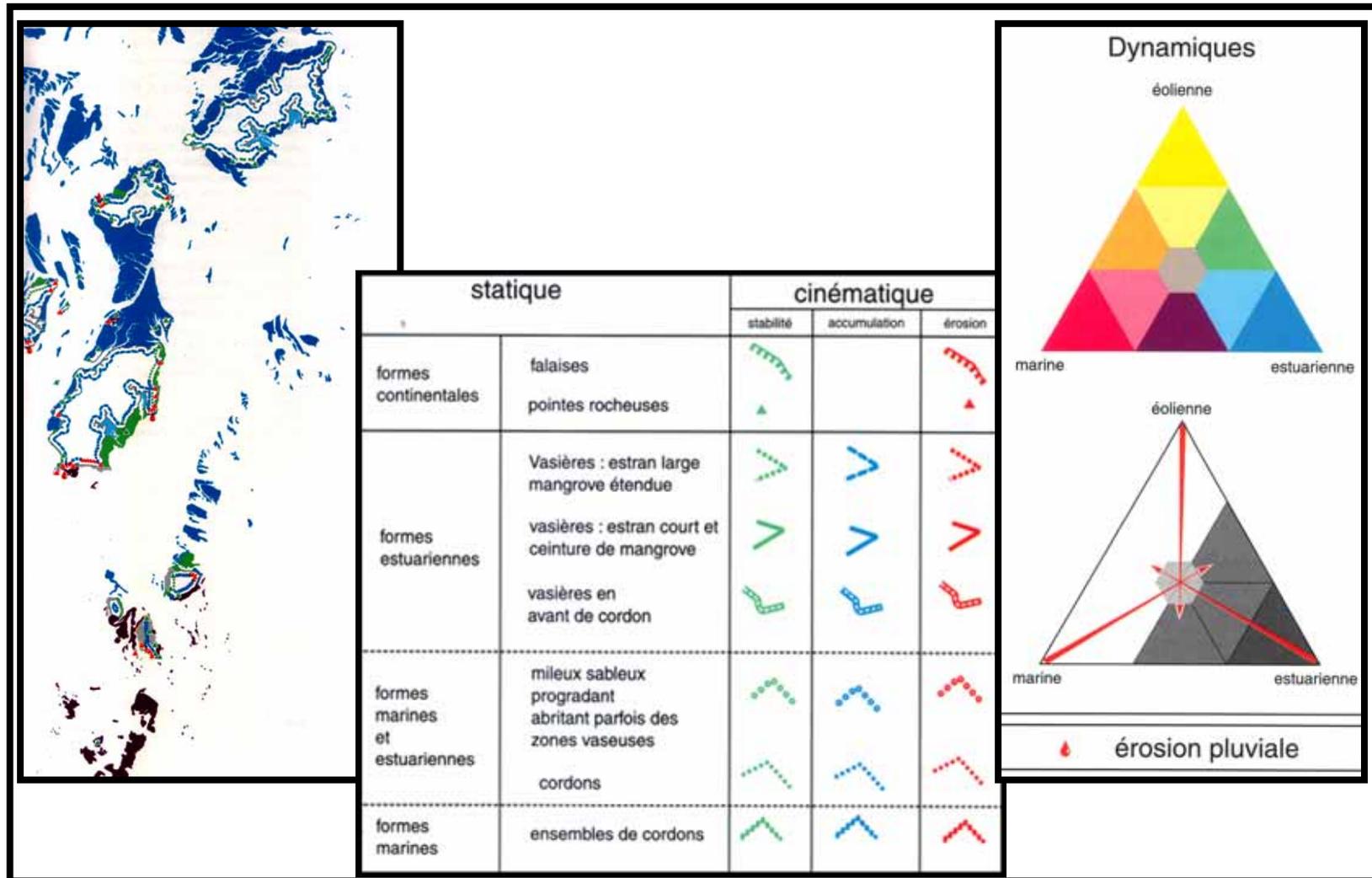


Figura 1: Estática, dinâmica e cinemática das zonas inter-marés e baixios pouco profundos na área do PNMJVP (Pennober em Cuq et al., 2001, pag. 49)

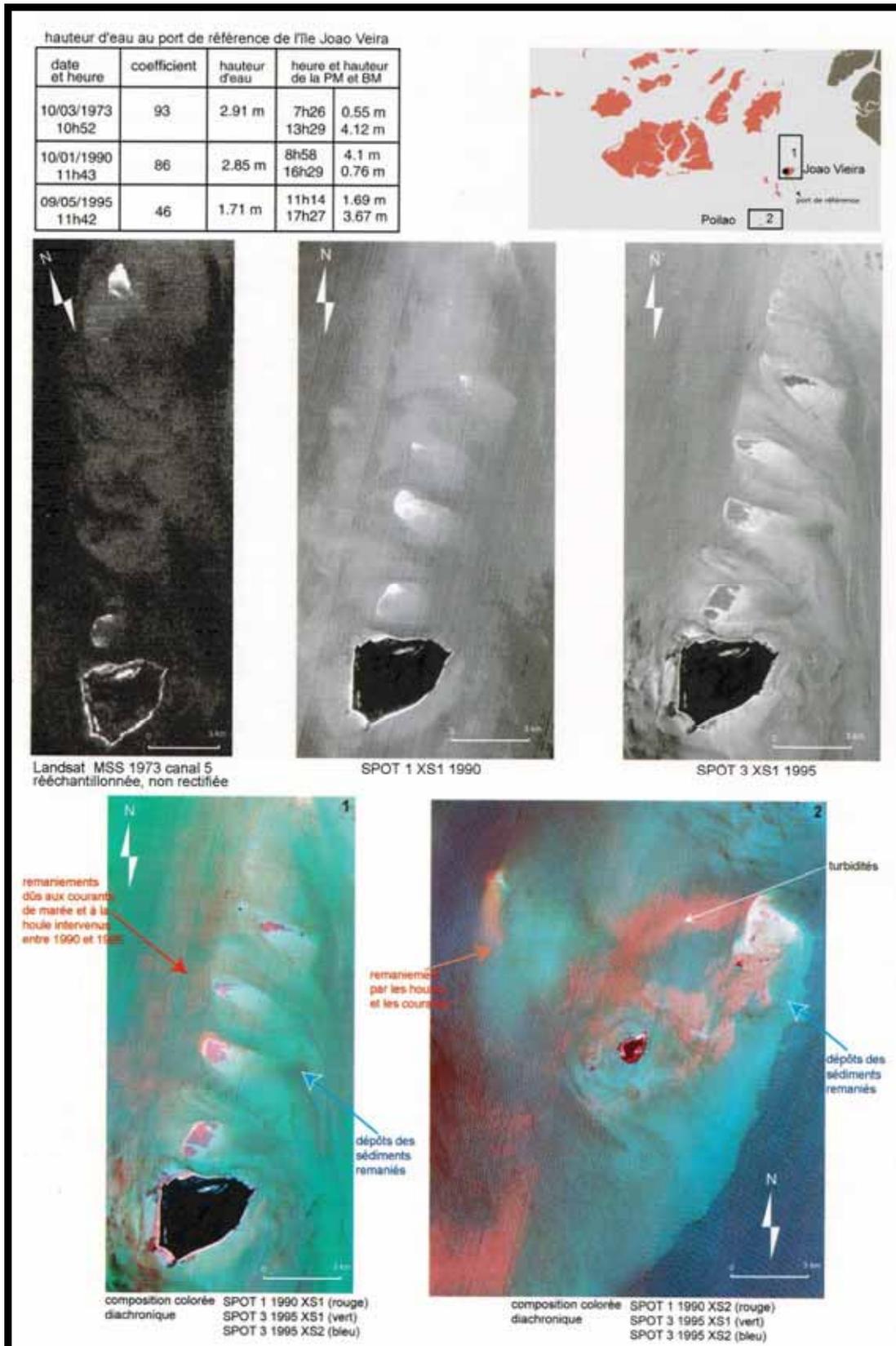
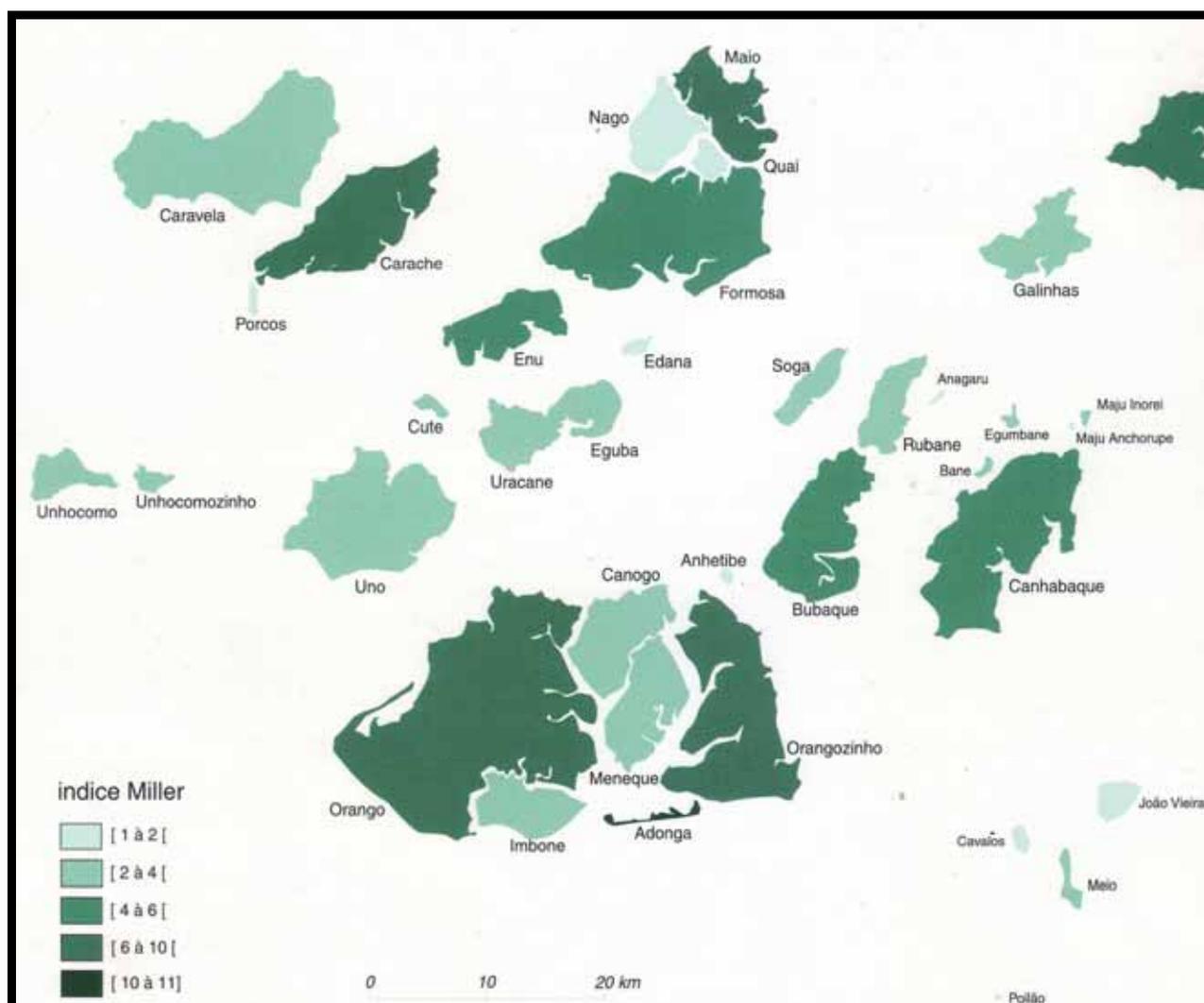


Figura 2: Ilustração da mobilidade hidro-sedimentar nos bancos litorais e pré-litorais através da comparação de imagens Spot e Landsat e composição colorida diacrónica de imagens Spot (Pennober em Cuq et al., 2001, pag. 45)



Mapa 3: Apresentação da variação do Índice de insularidade de Miller¹⁶ para as Ilhas do Arquipélago Bolama-Bijagós (Cuq et al., 2001, pag. 64)

A insularidade em geral influencia o nível de povoamento, a dependência de outras ilhas e do continente. É uma componente importante para a compreensão dos desafios ecológicos, socio-demográficos, económicos e políticos dos territórios insulares. Importante no ponto de vista geográfico é igualmente o nível de insularidade. Este factor é importante para compreender a presença ou a ausência e a distribuição das espécies ao nível do arquipélago e a importância do tratamento do arquipélago como um todo funcional, em termos de planificação e medidas de gestão.

b) - Fisiografia e Topografia

As ilhas do parque são em geral ilhas rasas e pequenas. A topografia é levemente ondulada, sobretudo nas áreas em que cordões arenosos se alteram com depressões inter-dunares.

¹⁶ O índice de Miller é exprimido a relação entre a superfície real de uma determinada ilha e o a superfícies de um círculo de perímetro equivalente.

Este conjunto de ilhas apresentam em geral pouca elevação, isto é em média entre 5 a 7 metros, salvo raras exceções, como é o caso da parte sul da Ilha de Meio, onde a falésia chega a atingir ente 18 a 25 metros, as zonas central-sul desta mesma ilha, com pontos de com cerca de 18 m (10° 58' 04.15" N e 15° 39' 57.60" O) e alguns pontos (11° 02' 27.79" N e 15° 37' 47.48" O) no centro de João-Vieira que chegam a ter 25 metros de altitude. Estas áreas de relevo são caracterizadas em geral, pela presença de rocha ferralíticas, mascaradas por camadas de formação arenosas-limosas vermelhas a ocre. Estas são muito sensíveis a erosão pluvial ligada aos escoamentos superficiais da água das chuvas. Pelo que em geral as ilhas do parque podem ser consideradas em geral como ilhas rasas.

3.1.2. Edafologia

Os solos ferralíticos e fersialíticos são dominantes, sobretudo nas partes centrais das ilhas maiores, enquanto que os solos arenosos dominam na linha de costa e nas ilhas mais pequenas como Poilão. Nos primeiros os horizontes superficiais são em geral arenosos, enquanto que horizonte subjacentes, contrariamente, apresentam maiores proporção de argila. Em geral estes solos caracterizados pela baixa reserva de minerais, baixa capacidade de troca catiónica e são subdivididos de acordo com a sua cor em vermelhos, vermelhos-amarelos, pardos (com ou sem manchas e/ou concreções ferruginosas) e amarelos. Apresentam frequentemente um coberto vegetal constituído por florestas seca densa, aberta, savana arbórea ou florestas secundárias.

Os solos arenosos (regossolos psamíticos) em geral muito profundos e sem horizontes expressos e com fraca capacidade de troca, são característicos do litoral e em geral formam dunas, com diferentes níveis de consolidação e em alguns casos encontram-se localizados sobre depósitos vasosos.

3.1.3. Hidrologia

Rios são praticamente inexistente. No caso específico da ilha de Cavalos um pequeno braço de mar prolonga-se no sentido NE-SÓ, em direcção ao centro da ilha. Esta encontra-se ladeado de Mangal.

Não se conhece a situação em termos do lençol freático, mas imagina-se que, a sua sobre-exploração em condições de insularidade poderão provocar a intrusão salina.

Em geral predominam as áreas de baixios dentro dos limites do parque, nas quais só excepcionalmente as isóbatas de 20 metros são ultrapassadas. Estas são muito influenciada pela sua localização entre zonas de influência estuarina e marinhas. As mares semi-diurnas são características, a qual se juntam as correntes dos estuários e das derivas litorânicas. São estas, as correntes características que influencia a áreas marinho-aquáticas do parque e se encarregam da dinâmica hidro-sedimentar (ver figura 1 na pagina 19).

Ao largo o encontro das águas frias do Norte e quente tropicais do Sul originam fenómenos de ressurgência que o influenciam em termos de aporte considerável de nutrientes e biomassa.

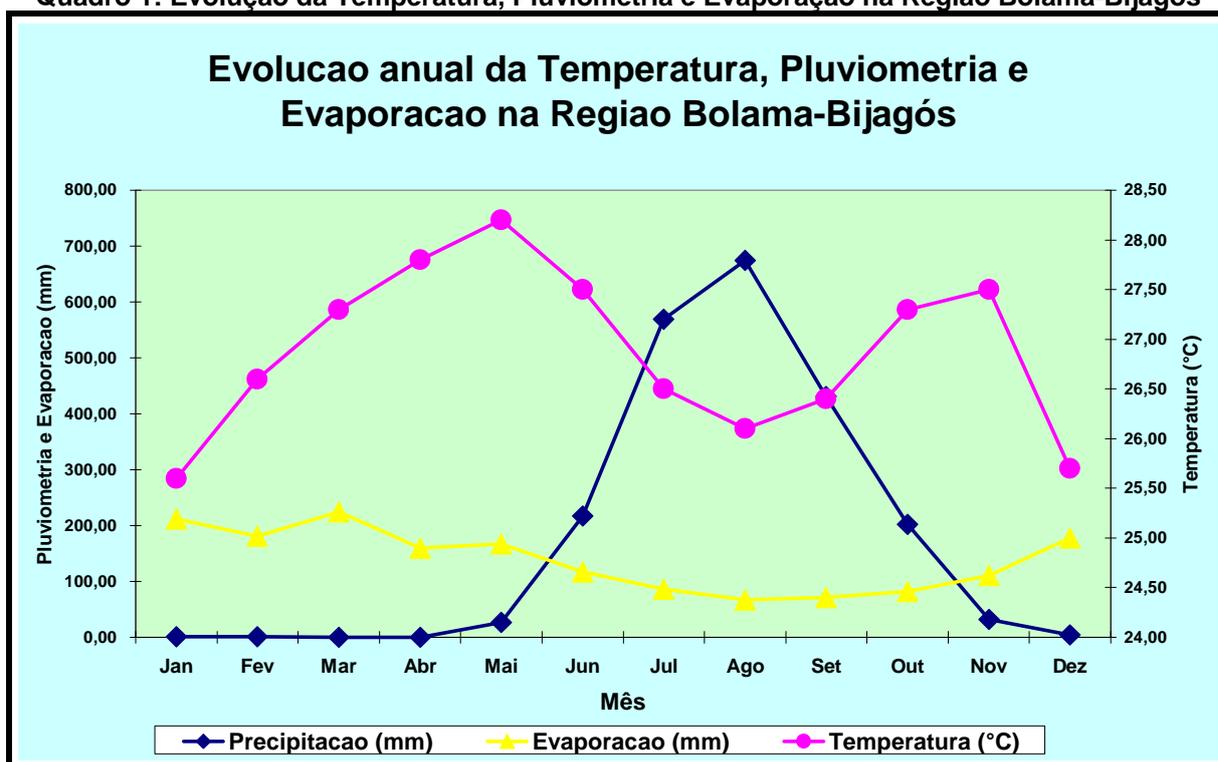
Não se conhecem os dados físico-químicos da água em especial a salinidade, a turgidez e as suas variações ao longo do ano. Mas dado a influencia de inúmeros estuários é de considerar que as águas são mais salinas nas secas e mais doces nas chuvas e no período logo após as chuvas. É igualmente nas chuvas, em que o aporte de sedimentos de origem continental é maior, e por conseguinte, deve coincidir com períodos de maior turgidez.

3.1.4. Clima

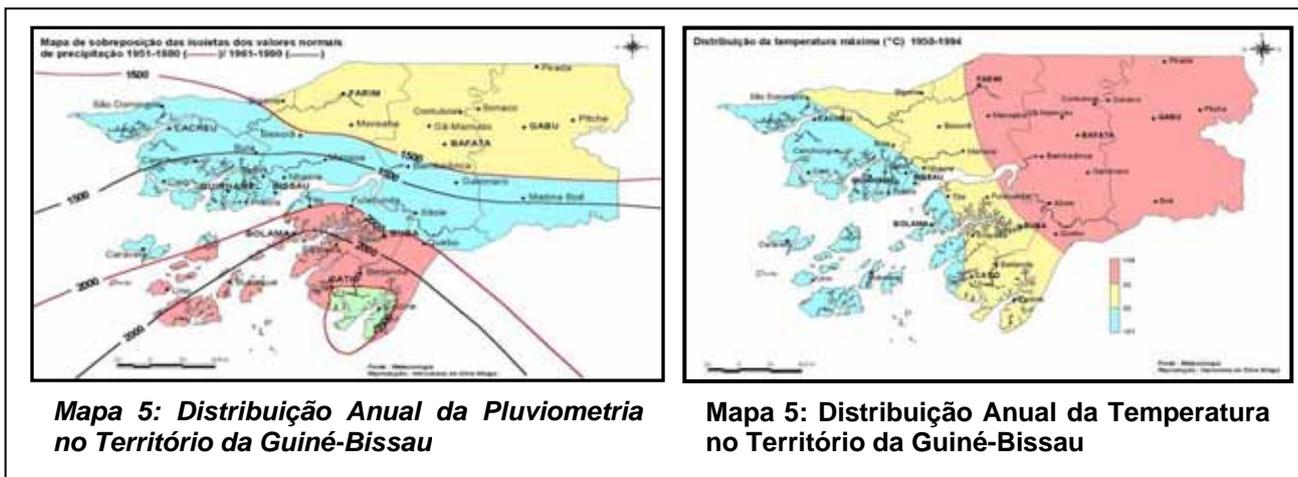
Tabela 1 em anexo apresenta um resumo geral sobre os factores do clima na Região Bolama-Bijagós. Dados sobre o clima reportam-se em geral a estação de Bolama, que funciona desde 1924. O Clima é sub-guineense húmido com duas estações: seca e chuvosa. A estação das chuvas comporta sete meses (Maio a Novembro) e em geral a média pluviométrica anual situa-se acima dos 2000 mm, verificando-se tendencialmente uma baixa anual progressiva. Mapa 4 (na pagina 24) mostra a distribuição média anual espacial da pluviometria no território nacional. Nelas denota-se que os níveis pluviométricos registados no interior do parque se situam entre os mais elevados do território da Guiné-Bissau. A media anual da humidade relativa é de 76 % e a média, registando-se os valores mínimos entre Dezembro a Maio que são os meses mais secos. A evaporação anual média é de cerca de 1656,00 mm, registando-se que estes suplantam os valores da precipitação igualmente entre os meses de Novembro a Maio (ver quadro 1), repercutindo-se na disponibilidade de agua ao nível dos solos.

A temperatura media anual é de 27° C, registando-se duas máximas, no mês de Maio e Novembro respectivamente no inicio e fim das chuvas e duas mínimas, em Dezembro e Agosto. A média das máximas e das mínimas são respectivamente de 30 e de 23 °C (ver quadro 1). Mapa 5 (na pagina seguinte) mostra a distribuição máxima anual da temperatura no território da Guiné-Bissau.

Quadro 1: Evolução da Temperatura, Pluviometria e Evaporação na Região Bolama-Bijagós



A insolação média anual é de 3011 horas, registando-se os maiores valores entre outubro a Maio, período em que o céu é normalmente claro e sem nuvens. A média anual da velocidade do vento é de 2,39 m/s, com predomínio dos ventos do sudoeste, sobretudo entre Fevereiro a Setembro (período das chuvas) e do nordeste durante o resto do ano, isto é na época seca. Estes últimos são frequentemente acompanhados de poeira muito fina transportados a partir do deserto do Saará.



3.2. Característica Bióticas

A fauna e a flora são bem diversificadas no interior do parque, destacando-se nelas algumas espécies pela sua concentração, pelo seu estatuto muito particular e/ou pelo valor que conferem a algumas áreas específicas do parque. Algumas destas espécies são aqui comuns, apesar de a nível mundial serem considerados ameaços, em vias de extinção ou protegidas por convenções internacionais como por exemplo o CITES.

3.2.1. Flora e Formação Vegetal

Em Anexo II é apresentado a lista das espécies florísticas encontradas no perímetro do parque. Entre estas salienta-se sobretudo: *Faidherbia albida*, *Acacia nilotica*, *Ceiba pentandra*, *Parkia bilobosa*, *Adansonia digitata* e a *Elaeis guineensis*.

O Mangal, os palmares naturais e as savanas são as formações vegetais mais representativas deste grupo de ilhas. Pelas áreas ocupadas os palmares representam 74% de todas as formações vegetais, seguidas das savanas arbustivas (16,6%), culturas alimentares (8,3%) e florestas degradadas (0,8%). Algumas pequenas manchas de floresta sub-húmida são a assinalar, os quais podem ser considerados como restos das florestas originais, e, que encontram o seu prolongamento nas florestas sub-húmidas da zona costeira, e cujo maciço mais representativo e em bom estado de conservação se localiza em Cantanhez no Sul da Guiné-Bissau. Estas manchas são o resultado de um longo processo de degradada e fragmentação, sobretudo causadas pelas desmatações e queimadas inerentes ao ciclo do umpam-pam e a frequência como é realizada.

Mapa 6: Mapa de Ocupação do solo

A formação dominante, o palmar natural, chega a cobrir por exemplo entre 60 a 100 % da superfície das ilhas mais pequenas como a Poilão, Cabras e Aweto. O Mangrove chega a cobrir, sobretudo na ilha de Cavalos e de Poilão entre 20 a 40 % das respectivas superfícies.

É de assinar uma certa especificidade em termos de vegetação para cada uma das ilha do parque:

1. O coberto vegetal na ilha de João Vieira, é dominado pelos palmares naturais densos e semi-densos, e pela savana seca, existindo nelas, no entanto, manchas de florestas sub-húmidas, muito

fragmentadas pela cultura do umpam-pam. Nesta são frequentes a observação de bandos de papagaio cinzento.

2. Na ilha de Meio dominam como cobertura vegetal os palmares densos e semi-densos e a savana arbustiva. Em algumas áreas da ilha são dados a observar manchas de uma vegetação de floresta sub-húmida muito importantes como habita de papagaios cinzentos;
3. Na ilha de Cavalo, a cobertura vegetal é dominada pelo palmares naturais densos e pelo Mangal. Estes últimos cobrem as margens de um pequeno braço de mar, que se estende do seu interior até as praias do Nordeste da Ilha e transformam as áreas no seu entorno, numa importante zona húmida.
4. Na ilha de Poilão a vegetação é dominada pelo palmar denso e pelo Mangal. Este ultimo, a excepção da praias do Norte da ilha, pode ser encontrada em toda a extensão da sua costa. No interior do palmar ou nos seus limites e próximos das praias são frequente poilões (*Ceiba pentandra*) e pés de cabaceira (*Adansonia digitata*). A presença no passado de indivíduos de grande porte de "polon" (*Ceiba pentandra*), usados na navegação á vista (sem instrumentos) poderá estar na origem do seu nome.
5. A ilha de Aweto é coberta por uma palmar denso, na qual se encontram algumas arvores de grande porte. As raízes de algumas espécies presentes nestas formações são utilizadas na confecção de "saia bidjugu".
6. a ilha das Cabras é coberto por um palmar pouco denso, na qual se salientam algumas manchas com um estrato superior composto por arvores de grande porte

Em resumo são representativos neste grupo de ilhas alguns restos de florestas húmidas (por exemplo, em João Vieira e Meio), como ainda os palmares densos e semi-densos na ilha de João Vieira, Meio, Cavalos, Cabras e Poilão. Embora relativamente em menor superfície, salienta-se a presença do Mangal, que, na ilha de Cavalos, penetra no interior da ilha, acompanhando o percurso de um pequeno braço de mar.

Estudos sobre a flora aquática são quase inexistentes. Denota-se um total desconhecimento sobre as eventuais plantas aquáticas e marinhas. Mas é frequente encontrar nas praias das ilhas do parque, diferentes tipos de algas. A presença das tartarugas marinhas, em especial da tartaruga verde, que é herbívora, leva a considerar a existência na proximidade de campos submersos, na qual se alimentam. Pelo que, um esforço considerável deve ser efectuada para o conhecimento dos campos submersos e das espécies presentes.

A beleza cénica e paisagística é muito particular e única, sobretudo pela sua composição em sistemas em que se destacam as zonas inter-marés, praias, florestas e/ou palmares naturais.

3.2.2. A Fauna

3.2.2.1. Peixes, Moluscos e Crustáceos

A fauna aquática é bem diversificada, salientando-se que a zona é uma zona de recrutamento de algumas espécies de peixe de grande valor comercial. Em Anexo II apresenta-se a lista de espécies de peixe recenseados dentro do perímetro deste parque.

Na área são regularmente pescados as tainhas (*Mugil sp*, *Liza sp*) como ainda outras espécies salientando-se: as Sardinhas e Sardinellas (*Ilisha africana*, *Sardinella sp*), o "Bagre" (*Arius sp*), o "Tubarão-martelo" (*Sphyrna sp*), tubarões e espécies afins (*Rhizoprionodon sp*, *Carcharhinus sp*, *Galeocerdo sp*, *Prionace sp*) os Meros e as Garoupas (*Serranus sp*, *Epinephelus sp*, *Cephalopholis sp* e *Micropogonias sp*), as "Bicas e espécies afins" (*Lutjanus sp*), os Lirios ou "Sereias", (*Caranx sp*, *Lichia sp*, *Memicaranx sp*, *Chloroscombrus sp*, *Selene sp*, *Trachinotus sp*, *Decapterus sp*) *Otolithus brachygnatus* algumas espécies cartilaginosos como o Peixe-areia (*Dasyatis sp*), a Raia (*Raja sp*), e algumas espécies de Tubarões *Carcharhinus sp* e *Sphyrna sp*. Variadas espécies de moluscos e crustáceos são encontrados na sua zona intertidal, salientando-se sobretudo o "combê" (*Anadara senilis*), a ostra (*Crassostrea gaser* e *Crassostrea tulipa*), "lingron" (*Tagelus adansonii*) o "gandi" (*Pugilina morio*) e a cundjurbeja (*Cymbium glans*). Acidentalmente são pescados diferentes espécies de camarão (*Panaeus sp*, *Parapenaeopsis atlântica*), a lagosta azul (*Panulirus regius*, *Scyllarides herklotsii*) e diferentes espécies de caranguejos (*Callinectes sp*) embora estas sejam pouco utilizadas na dieta alimentar dos Bijagós.

Salienta-se que o espaço marinho aquático, é composto por zonas de baixos, fundos rochosos e arenosos assim como alguns canais muito propícios ao desenvolvimento de espécies demersais de grande valor comercial. Igualmente importante em termos da variação da composição das espécies é a variação no espaço e no tempo do teor salino das suas águas entre as chuvas e as secas e do aporte de nutrientes e fitoplâncton com as correntes marítimas e os fenómenos de ressurgência nas águas tropicais e inter-tropicais.

3.2.2.2. Répteis

a) - As Tartarugas Marinhas

Das oito (espécies) de tartarugas marinhas conhecidas no mundo, foi confirmada a desova de cinco (5) nas praias do arquipélago, a saber, a Tartaruga-verde (*Chelonia mydas*), a Tartaruga-de-Ridley (*Lepidochelys olivacea*), Tartaruga-verdadeira ou de tartaruga de escama (*Eretmochelys imbricata*), Tartaruga-careta (*Caretta caretta*) e Tartaruga-de-couro (*Dermochelys coreacea*).

As praias de todas as ilhas do parque são por excelência zonas de desova das tartarugas marinhas. Mas em termos de concentração, frequência e densidade, nenhuma destas ilhas é tão importante, como ilha de Poilão, para as Tartarugas-verdes. Para esta espécie, a ilha de Poilão é considerada uma zona crítica, pois que em suas águas são assinalada a presença regular de mais 12.000 indivíduos. Nas suas praias são verificadas anualmente mais de 7000 posturas. As subidas para postura são frequentes e intensas na época das chuvas, registando-se uma grande densidade de ninhos. A ilha de Poilão é pelo facto uma zona de importância internacional para a conservação desta espécie. A eventual existência de uma segunda zona crítica para esta espécie, isto é uma outra zona de concentração de desovas, resta a confirmar na Ilha das Cabras, através de acções de monitoria e seguimento.

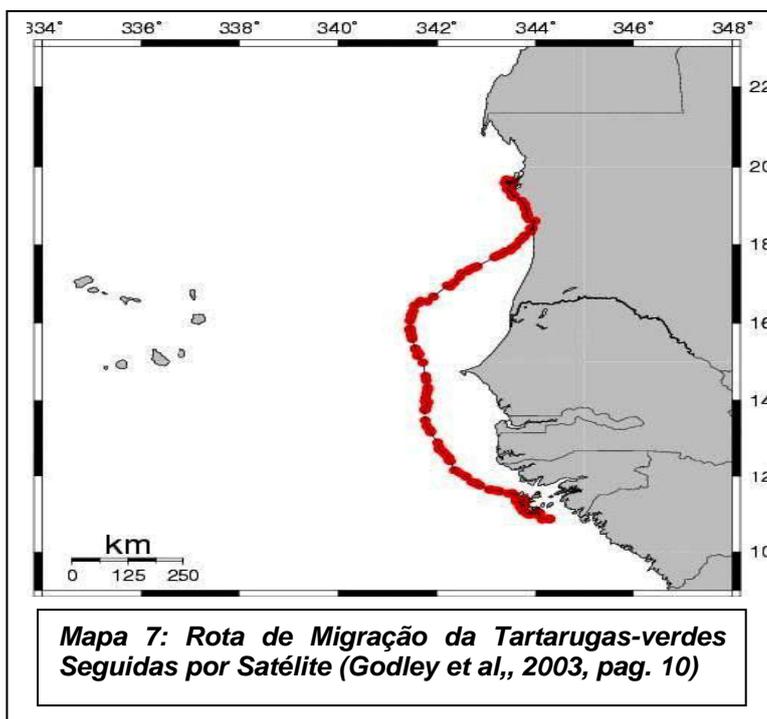
A depredação natural é extremamente elevada em Poilão, distinguindo-se sobretudo a depredação dos ovos e a captura e morte de recém-nascidos após a eclosão. A depredação dos ovos, é não só provocada pela construção de novos ninhos pelas próprias tartarugas, como também pelo consumo de ovos pelas "liguanas". A construção de novos ninhos descobrem e trazem a superfície os ovos de ninhos anteriormente construídos. A constante mudança do perfil de praia na Ilha de Poilão e Cavalos, em especial a sua erosão, tem contribuído igualmente para a descoberta de ninhos, originando a deterioração de ovos neles presentes. O nível de depredação e de destruição de ninhos é tão elevado em Poilão que levanta a pertinência de introdução de experiências de transladação de ninhos para as ilhas vizinhas, no intuito de avaliar as possibilidades de sucesso deste tipo de medidas. Devido ao efeito do fenómeno de "homming", esta medida

teria como impacto positivo, o retorno e povoamento pelas tartarugas as águas e as praias das outras ilhas do parque e a diminuição do potencial do desaparecimento desta espécie com a erosão e destruição da praia de Poilão.

Após a exclusão muito juvenis são atacados e mortos por aves, caranguejos, etc. Juvenis e adultos são igualmente capturados acidentalmente nas redes de pescadores. Nas praias nas ilhas mais frequentadas pela população, como é o caso de João Vieira, Cavalos e Meio são frequentes sobretudo a captura de tartarugas e a colecta de ovos.

A conservação da colónia de nidificação de Poilão e em especial das tartarugas marinhas é um dos principais objectivos da criação deste parque. Em geral registaram-se avanços significativos em termos de monitoria e seguimento de tartarugas marinhas desta ilha, mas que devem ser expandido a outras ilhas do parque.

Julga-se tratar em geral, de duas grandes populações de tartarugas marinhas, isto é as que migram entre o arquipélago e as zonas tropicais do sul e as que migram para o Norte, para as zonas do upwelling saheliano e eventualmente para o Arquipélago dos Açores e Madeira. Testes até aqui realizados com emissores captados por satélite, mais que ainda são em número reduzido, para que sejam considerados representativos e conclusivos, confirmam que algumas tartarugas adultas que desovam em Poilão permanecem no arquipélago Bolama-Bijagós, outras migram para as águas do Senegal e retornam para o Arquipélago, outras ainda migram para as águas do Banco de Arguin na Mauritânia onde permanecem. Em geral estes estudos confirmam as migrações para as águas costeiras do Atlântico situadas mas a Norte da Guiné-Bissau.



Tartarugas de água doce a espécie *Pelusios subniger* são igualmente presentes nas zonas húmidas do parque

b) - Os Crocodilos

Duas espécies de crocodilo são observados no perímetro do parque: o "Lagarto-preto" (Crocodilo-preto ou Crocodilo-anão: *Osteolaemus tetraspis*) e o Lagarto (Crocodilo-africano ou Crocodilo-do-nilo: *Crocoylus niloticus*). Estas espécies nunca foram objecto de estudos específicos em todo o arquipélago Bolama-Bijagós. A sua presença é no entanto assinalada em muitas ilhas do arquipélago, e no parque, na Ilha de Meio como na Ilha de João Vieira. Desconhece-se com efeito o tamanho da sua população, o seu habito, como o seu estatuto dentro dos limites do parque de João Vieira- Poilão.

c) - A Iguana (“*Linguanas*”)

As “Liguanas” (*Varanus niloticus niloticus*), espécie que existe em quase todas as ilhas do parque, salientando-se a sua grande concentração na ilha de Poilão, sobretudo devido ao isolamento e fraca pressão antrópica que sobre elas se exerce., e igualmente devido a grande disponibilidade alimentares, sobretudo constituída entre outros pelos ovos das tartarugas marinhas. Na ilha de Poilão constituem um dos grandes factores de depredação dos ninhos das Tartarugas-marinhas.

d) - Cobras, Serpentes e Jibóia

Variadas espécies de cobra e serpentes (*Boaedon fuliginosus*, *Psammophis sibilans*, *Dendroaspis viridis* e *Elapsoide semiannulat*, etc.) assim como “irá-cego” (Jiboia: *Python sebae*), são a assinalar nas ilhas do parque. Estudos mais detalhados sobre a herpetofauna revelam-se necessários não só para a sua identificação como ainda para a determinação dos seus respectivos estatutos.

3.2.2.3. Os Mamíferos

a) - Os Cetáceos

Duas espécies de delfins (comummente designado por “*Antoninho*”) são frequentemente observados nas águas do parque, o Roaz-corvineiro (*Tursiops truncatus*) e o Golfinho-corcunda-do-atlântico (*Sousa teuszii*). Embora ainda não se tenha efectuado uma avaliação sistemática destas observações, a presença destas espécies parece ser periódica e estar muito relacionada com a chegada sazonal de cardumes de algumas espécies pelágicas nas águas do parque. Não se conhece o tamanho das população destas espécies no parque e nem no Arquipélago Bolama-Bijagós.

b) - Os Sirênios

O “Pis-bus” (Peixe-boi ou Vaca-marinha: *Trichachus senegalensis*) é o único sirênio que frequenta as águas do parque e é regularmente observado nas suas águas. Não existindo estudos específicos nem informações sistematizadas sobre a sua observação torna-se difícil conhecer os seus hábitos, o tamanho da população, as suas zonas de maior frequência e a sua rota de migração. Parece ser uma espécie muito comum em todo o Arquipélago Bolama-Bijagós, dado a frequência com que é observada e/ou mesmo com que é acidentalmente capturada nas redes de pesca. É uma espécie vulnerável, agravada por uma taxa de reprodução muito baixa e ser preza fácil, por não possuir meios de defesa.

O “Pis-bus” está muito impregnada no misticismo e na cosmologia Bijagó, tanto assim que é objecto de inúmeras lendas. Os preparativos para a sua caca ou mesmo a sua captura acidental era e ainda é, em certas ilhas do Arquipélago, razão para a realização de cerimónias místicas próprias.

c) - O Hipopótamo

Embora que raramente, alguns exemplares de hipopótamos (*Hippopotamus amphibius*) são observados na Ilha de João Vieira. Estes mamífero, ungulado e herbívoro que vive habitualmente na água doce, aqui se

adaptaram à água salgada, inclusive deslocando-se e migrando de uma ilha a outra. Não se conhece o tamanho da sua população nem tão pouco os seus trajectos de migração.

3.2.2.4. A Avifauna

Tabela em Anexo II apresenta a lista geral das espécies de aves observadas o interior deste parque. Nela constata-se um total de 12 Ordens, 34 famílias, 63 géneros e 85 espécies, de entre as quais algumas terrestre ou aquáticas, migradoras ou residentes. As espécies frequentemente observadas e que se apresentam com uma população de tamanho considerável são essencialmente as seguintes: Garça marinha (*Egretta gularis*), Abutre de coconote ou das palmeiras (*Gypohierax angolensis*), Maçaricos e Meio-maçarico (*Numenius sp.*, *Actitis hypoleucos*), Gaivinas e gaivotas (*Chidonias niger*, *Sterna maxima*, *Sterna sandvicensis*), Rolas ou Pombas-do-mato (*Streptopelia Sp.*), Engole-malagueta (*Picnonotus barbatus*), “Cacho-caldeirão” (*Ploceus cuculatus*, *Ploceus Nigricollis*). A presença de espécimes de Gaivina (*Sterna maxima*) no interior do parque é estimada em cerca de 19000 indivíduos por ano. Esta espécie é das que mais nidifica nas duas colónias de nidificação identificadas no interior do parque.

a) - O Papagaio-cinzento

As zonas florestais das Ilhas do parque são muito importantes para as espécies tropicais. Nestes salienta-se em particular a presença do Papagaio cinzento (*Psittacus erithacus*). É de salientar a presença de uma população considerável de Papagaio cinzento no interior do parque, espécie para a qual são a destacar importantes zonas de nidificação, de repouso e de alimentação. Não se conhece o tamanho real da sua população, mais inventários pontualmente efectuados em 19 e em 8 sítios de contagem, resultaram respectivamente, na contagem de 269 indivíduos na ilhas de João Vieira e de 33 indivíduos na ilha e Meio. Os sítios de reprodução se concentram-se sobretudo no ilhéu de Aweto, ilha de Meio e João-Vieira. Florestas destas três ilhas são igualmente utilizadas como zonas de repouso ou de alimentação.

Dado a sua grande diversidade florística a ilha de João Vieira, poderia ser considerado a sua zona principal de alimentação sobretudo porque nelas podem ser encontradas, com relativa abundância, plantas de cujos frutos se alimenta como a Palmeira-de-óleo (*Elaeis guineensis*), o pau de veludo (*Parkia biglobosa*), as figueiras (*Ficus ingens*, *Ficus trichopoda*), as acácias (*Acacia nilotica* e *Acacia aereh*), o poilão (*Ceiba pentandra*, *Bombax costatum*) e o Manpatás (*Parinari curatellifolia* ???). A mancha de Floresta sub-húmida localizada a sul desta ilha já é considerada uma das suas zonas principais de repouso. Estima-se que as população residente nestas três ilhas misturam-se entre si.

Para os jovens de Canhabaque, em especial dos da Tabanca de Menegue, a venda do Papagaio constituiu num passado recente, uma fonte de receita muito importante e com grandes impactos sobre a situação socio-económica da tabanca. Foram observados a presença de praticas de captura de papagaio.

Esta espécie emblemática poderia servir como uma das “bandeiras” do parque.

b) - Espécies Migradoras

A presença de aves em geral e em especial de aves aquáticos (*Limosa lapponica*, *Calidris alba*, *Numenius phaeopus*, *Actitis hypoleucos*, *Sterna maxima*, *Sterna caspia*, etc.) é muito importante dentro dos limites do parque. Neste particular salienta-se as zonas de concentração e que são igualmente zonas de alimentação

constituída essencialmente pelos Baixos das Gaivotas e de Oliveira Musante e os demais bancos no interior do parque (leste e sudeste de Poilão e entorno das ilhas de Meio, Cavalos e João Vieira), as zonas críticas de nidificação assim como alguns dormitórios. Os bancos areno-vasosos são muito importantes como zonas de alimentação da avifauna aquática e em especial das limícolas e outras espécies migradoras do Norte da Europa. Os ilhéus de Aweto e Cabras são seus importantes dormitórios.

Duas zonas de nidificação foram sempre assinaladas no interior do parque: a do Baixo das Gaivotas, que são regularmente abandonados, devido a erosão e/ou a inundações sobretudo nos períodos de maior frequência de águas vivas e a colónia de nidificação no Sul da Ilha de Cavalos (sobretudo para a *Sterna Maxima*). Nestas últimas não foram observados ninhos, o que indica que, actualmente, não está a ser utilizada como zona de nidificação. Supõe-se que este facto deve-se, eventualmente, a presença muito frequente de pessoas, a caça, ou mesmo ao aumento da população de porcos selvagens. Embora não se tenha verificado a prática de caça, a presença de armas de caça no interior do parque, levantam preocupações concernentes a realização e o desenvolvimento desta actividade no seu interior. Acções de Monitoria e seguimento são necessárias para avaliar o potencial de recuperação desta zona de nidificação no Sul da Ilha de Cavalos, no quadro da supressão dos eventuais factores de ameaça.

Igualmente muito importante para a avifauna é a zona húmida, existente no interior da Ilha de Cavalos a qual é periodicamente inundada pelas mares salgadas.

A conservação da avifauna e em especial das colónias de nidificação e do papagaio cinzento enquadram-se entre os objectivos principais da criação deste parque.

3.3. Grau e Natureza das Ameaças Naturais

- a) **subida do nível das águas do mar**, na qual, as ilhas do parque, poderão perder, poderão perder áreas importantes da sua superfície, com a subida do nível do mar. Algumas áreas rasas e em especial os baixios de Oliveira Musante e das Gaivotas poderão mesmo desaparecer em consequência dos seus impactos e que poderão ter efeito considerável na população da avifauna que frequenta o parque;
- b) **A erosão marítima** consequência da dinâmica das correntes marítimas e das marés, são aqui muito intensas, por não existirem barreiras naturais. Pelo que, factores susceptíveis de provocar défice no balanço hidro-sedimentar poderá ter consequências não só sobre as zonas de baixios, como nas zonas rasas, na linha de costa e no perfil de praia;
- c) **A deterioração do clima**, em especial a redução progressiva dos volumes pluviométricos anuais e a irregularidade das chuvas, aliados as condições edáficas, poderão influenciar na capacidade de preservação da cobertura vegetal das ilhas do parques. Igualmente importante a considerar é o possível efeito das chuvas sobre o aporte de água doce e sedimentos de origem continental.

3.4. Características Sócio-económicas

3.4.1. Caracterização da População Utilizadora

A população residente do parque, ou mais concretamente da Ilha de João Vieira, é constituída por uma família francesa proprietária de um dos acampamentos turísticos, os seus respectivos empregados e os funcionários

do parque e respectivos familiares. No total não excedem 12 pessoas e ao qual nos períodos de funcionamento do outro acampamento turístico (extensão do Acampamento tubarão de Rubane) chegam a atingir cerca de 20 pessoas.

Mas uma grande maioria da população observada no interior do parque é constituída por utilizadores temporais da área e que são da etnia Bijagó e em geral, originários da Ilha de Canhabaque. Maioritariamente são populações das Tabancas proprietárias das ilhas do parque e aos quais se misturam grupos de outras tabancas de Canhabaque ou mesmo de Bubaque. Estas populações deslocam-se e permanecem temporariamente nas ilhas do parque, no quadro das suas actividades tradicionais de índole religioso e/ou produtivo em forma de campanha de exploração de alguns dos recursos do parque (cultivo do arroz “umpampam”, a exploração do palmar natural, a colecta de frutos silvestres e moluscos e a pesca). Em geral, o período entre as cerimónias são extremamente longos. Não existe um recenseamento dos efectivos mas estima-se que estas, anualmente, em geral não ultrapassam 1.000 pessoas.

Estas imigrações temporárias no parque, não podem ser separados da dinâmica sócio-económica da ilha de Canhabaque. Pois existe, para além do aspectos sócio-religiosos, uma interrelação muito grande entre a situação sócio-económica das populações de Canhabaque e a pressão que é exercida sobre os recursos naturais nas ilhas do parque. Por isso se torna difícil falar avaliar a situação do parque sem incluir a ilha de Canhabaque, que tem uma população de cerca de 3.203¹⁷ habitantes, repartidos por cerca de 21 tabancas maioritariamente localizadas no centro e no Norte da Ilha. É por exemplo a deterioração da situação sócio-económica em Canhabaque, que esteve na origem do levantamento de algumas restrições referidas mais abaixo, para que a população pudesse beneficiar de alguns recursos existentes nestas ilhas do sul. Actualmente, por exemplo, um mau ano agrícola em Canhabaque, provoca em consequência, devido a falta de alimentos, uma imigrações muito cedo (ainda nas secas) para as ilhas do parque, em especial para João Vieira, onde algumas actividades de colecta de produtos silvestres, de molusco e a pesca, podem garantir a sobrevivência das família e permitir a estes suportar o período de carência até a colheita da campanha agrícola seguinte. Salienta-se que nas Ilhas do parque, em geral obtêm boas colheitas, devido ausência de depredadores. A necessidade de ter uma certa liquidez para comprar um ou outro bem, ou realizar uma ou outra actividade cerimonial, estão igualmente na origem da imigração de grupo de pescadores ou de exploradores da palmeira.

A ilha de Canhabaque salienta-se pelo seu património histórico o qual foi até aqui muito pouco explorado. Na tradição oral, consta que tiveram lugar nesta ilha, inúmeras batalhas de resistência contra a ocupação colonial. Os locais destas batalhas são bem conhecidos, embora que, até hoje não tivesse ganhado interesse de investigadores. A sua população é igualmente conhecida pelo rigor e a tradicionalidade das suas cerimónias mágico-religiosas, as quais não só tem lugar na Ilha de Canhabaque, nos ilhéus localizados no seu entorno e nas ilhas do parque. Todas as tabancas dispõem ainda de “*Balobas*” (em Bijagó: “*Candja Orebok*”, “*Candja Camoto*” ou “*Canja Caukinka*”), verdadeiros santuários, não só por nelas se encontrarem tombas de diversos reis, mas porque igualmente nelas são guardados os seus diversos “*Irans*” e se mantém acesos, o fogo sagrado da tabanca. Da mesma forma as zonas sagradas localizadas nas ilhas do parque têm portanto um importante significado magico-religioso e um valor inestimável como património socio-cultural e religioso das populações da ilha de Canhabaque e podem ser considerados verdadeiras relíquias históricas para as tabancas suas proprietárias. Têm papel importante na reprodução social da sociedade Bijagó de Canhabaque, mas Em geral, estes podem ser considerados como parte indissociáveis do património histórico, cultural e religioso da Guiné-Bissau.

¹⁷ Ver INEP/INEC, 2007.

Outro frequentadores temporários do parque são os turistas e os pescadores. Estes últimos em geral nacionais ou pescadores da sub-região efectuando pesca comercial ilegal, penetram nas águas do parque infringindo a regulamentação, a qual permite a pesca na zona de tampão unicamente para os originários das ilhas proprietárias e exclusivamente destinadas a alimentação durante o período de permanência na ilha. Da mesma forma, chegam ao parque uns poucos turistas cujos objectivos em geral são os de praticar a pesca amadora nas águas do parque ou visitar a ilha de Poilão.

3.4.2. Regime de Propriedade e Direito de Acesso aos Recursos

As ilhas são propriedades tradicionais¹⁸ das tabancas do sul de Canhabaque, que sobre elas exercem formas tradicionais de gestão:

- Aldeia de Inhoda é proprietária da ilha de Meio ("*Noponoque*"), Ilha das Águias ("*Aweto*") e a Ilha das Cabras ("*Ameque*");
- Aldeia de Ambeno é proprietária da ilha de Poilão ("*Bias*");
- A aldeia de Bine é proprietária da ilha de Cavalos ("*Anchenem*");
- Aldeia de Menegue é proprietária da ilha de João Vieira ("*Codotch*").

Na Ilha de João Vieira, foram efectuadas duas pequenas concessões, no período anterior a criação do parque, para a instalação de dois acampamentos turísticos.

No passado como ainda hoje, de forma parcial, o direito de acesso e uso das ilhas do parque e seus respectivos entornos são regulados pelo direito tradicional, pois que elas, pertencem tradicionalmente as tabancas do sul da ilha de Canhabaque. Pelo que, quase de forma exclusiva só permitiam o acesso a zona as populações originárias das tabancas "proprietárias tradicionais". No entanto, este direito de acesso era e é, salvo raras excepções, muito condicionado, pelas zonas sagradas nelas localizadas. Em consequência pendem sobre estas ilhas, formas de gestão muito específicas, decorrentes deste seu significado mágico-religioso. Pelo que, o uso da área foi muito restrita a estas cerimónias e o acesso limitado aos indivíduos que exclusivamente por direito nelas podem participar. Aos demais, mesmo quando originários destas tabancas, pendiam interdições sócio-religiosas e místicas, muito específicas a cada ilha, zona sagrada e/ou tabanca proprietária. Pelo que em geral, o direito de acesso a estas ilhas eram muito limitados a indivíduos pertencentes a determinadas classes de idade e sexo e ou mesmo só a originários da respectiva tabanca proprietária. O acesso ainda era restringido pelas fracas disponibilidades de transporte.

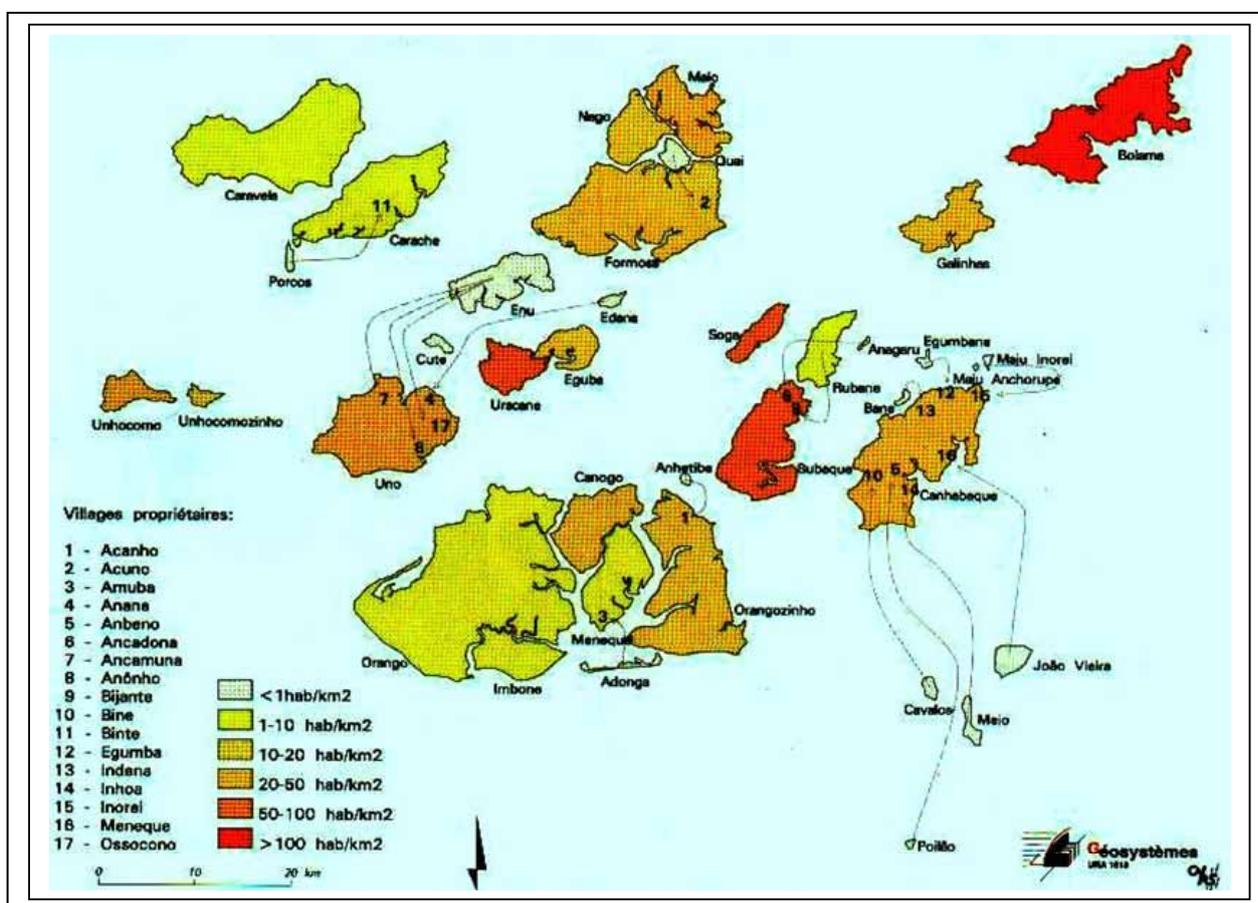
Sobretudo devido as interdições que sobre elas pendem, estas ilhas, são em geral, a excepção da Ilha de João Vieira, pouco frequentada pelas populações, pelo que, conseguiram conservar o seu valor natural ao longo do tempo.

As restrições tradicionais impostas ao conjunto destas ilhas estão na origem da preservação dos recursos naturais em especial da biodiversidade presente nos limites do parque, originando um sobreposição singular entre os ideias de conservação que nortearam a sua criação e os mecanismos de gestão tradicional desenvolvidos pelas tabancas proprietárias. Mas estes mecanismos perdem a sua força e valor, pela pressão cada vez maior vindas do exterior e na qual, a racionalidade económica com base na obtenção de lucros

¹⁸ As propriedades tradicionais são reconhecidas pela Lei da Terra.

imediatos impera, como ainda, pela deterioração da situação sócio-económica das populações em geral. Com isso os valores tradicionais são progressivamente erodidos em favor de outros sistemas de valores.

Mapa 8: Zonas de Cerimónias do grupo das Ilhas do Parque



Mapa 9: Densidade Populacional das Ilhas e Propriedade Tradicional dos Ilhéus de Ocupação Temporária no Interior do Arquipélago Bolama-Bijagos

3.4.3. Ocupação do Espaço e Usos dos Recursos Naturais das ilhas do parque

3.4.3.1. Introdução

Devido a distribuição dos acampamentos provisórios para a agricultura é de supor uma repartição de terras de cultivo entre as familiar no interior da tabanca proprietária. Pois que em geral o espaço das ilhas com usos produtivos são bem divididos entre os clã e famílias das tabancas proprietárias tradicionais da ilha em questão. Mesmo assim algumas áreas desta Ilha permanecem ainda zonas sagradas e por conseguinte interditas ao usos produtivos.

3.4.3.2. *Uso Tradicionais dos Recursos Naturais das Ilhas do Parque pela População Bijagó*

Para além das cerimónias os usos produtivos efectuados pela população Bijagós, em especial dos originários das tabancas proprietárias, consiste sobretudo na pratica do "*umpam-pam*" (cultura itinerante do arroz de sequeiro sobre queimadas), na exploração florestal assente na produção do chabeu e óleo de palma e na colecta de frutas silvestres e na pesca e colecta de mariscos (a excepção de Poilão e Cavalos) e na criação de porcos em Cavalos e João Vieira.

Com o "*umpam-pam*", os espaços em causa são submetidos a um ritmo de cultura e pousio em que, pelo menos ainda actualmente, o período de cultivo é anual e os de pousio mais longos podendo ir de 5 a 12 anos. Com o pousio recupera-se a fertilidade do solo através da regeneração da vegetação natural. Este ritmo reflecte igualmente a fraca pressão causada pelo numero de utilizadores, mas que pode aumentar, com permanências mais longas ou com o aumento do numero das famílias imigrantes.

A exploração florestas concentra-se sobretudo em torno dos palmares naturais, extracção de inhame selvagem. Na exploração do palmar extrai-se o regime para a produção do óleo e o vinho de palma. O óleo é usado em parte para o consumo, mas a parte essencial da produção destina-se ao mercado de Bubaque e Bissau. O vinho de palma é consumido localmente. O inhame selvagem é processado e consumido em parte. Uma boa parte é guardada para os períodos de carência, sobretudo quando as famílias regressam a Canhabaque. Igualmente são extraídos cascas de tronco e raízes de algumas espécies de arvore para a produção das saias.

A pesca de subsistência e a pesca comercial são igualmente praticados durante o período de permanência nas ilhas do parque. A pesca de sobrevivência é essencialmente direccionado a tainha que é facilmente apanhado nas praias com as "*ridi de ramanga*" (redes de mão ou redes de lance). Se bem que em numero reduzido, foi constatada a utilização de armadilhas e redes de primeira e de tubarão, que são colocadas nos espaços aquáticos próximos com o apoio de "*canoas de coba*". Nesta pesca são apanhados essencialmente o tubarão e outras espécies de grande porte. O tubarão é seco e estocado para o consumo e venda e as outras espécies, também de grande porte, destinam-se essencialmente a produção de "*escalada*" que é posteriormente vendida em Bubaque.

A colecta de conchas é igualmente efectuado nos bancos. Esta actividade assim como a exploração do inhame selvagem e a produção de saias são actividades das mulheres. Elas ainda participam na produção do óleo de palma.

Estas mesmas actividades são desenvolvidas em Canhabaque e com maior de intensidade. Pois que a população é muito maior e em determinados sectores como a pesca, a presença de pescadores imigrantes é considerável sobretudo no Norte da Ilha. Além do mais, há que considerar a proximidade do mercado de

Bubaque e o efeito que tem na produção de determinados produtos. Devido a grande demanda da vila de Bubaque é também estimulada a caça, sobretudo da “cabra-de-mato” e do “macaco”. Esta actividade está a tornar-se numa ocupação preferidas dos jovens, que vem nela uma fonte rápida e fácil de aceder a rendimento monetários.

Mapa 10: Zonas de Colecta de Molusco

Estes diferentes usos são assim declinadas as condições e as especificidades de cada uma das ilhas do parque, em especial, o seu tamanho, o seu potencial e disponibilidade em recursos naturais específicos. Para alguns usos como os ligados as cerimoniais místico-religiosas conta ainda a que considerar ainda a possibilidade de acesso.

a) Ilha de João Vieira

A Ilha de João Vieira (em Bijagó: “*Codotch*”) com cerca de 900 ha é a mais extensa do grupo e é propriedade tradicional da tabanca de Meneque localizada em Canhabaque e que pertence ao clã “*Onucá*”¹⁹. Esta ilha, foi antigamente utilizada essencialmente para fins cerimoniais, isto é para o “fanado” e por isso, interdito aos jovens e mulheres não iniciados. Nela não se enterram mortos. A área principal de cerimonia se localiza, nas imediações de um acampamento, que dista cerca de 800 m da Sede do Parque, existindo no entanto outros locais de cerimoniais.



Mapa 11: Localização da ilha de João Vieira

A ilha de João-Vieira foi no passado parcialmente sagrado e com muitas interdições. Dado aos problemas de depredação das culturas em Canhabaque, a interdição que sobre ela pendia, foi parcialmente levantada para que as populações de Meneque, pudessem cultivar, explorar os palmares naturais, colectar mariscos e alguns produtos do mar e efectuar a pesca. Actualmente tanto as mulheres como os jovens de Meneque, como de outras tabancas de Canhabaque, a ela têm acesso, sobretudo para a pratica de algumas actividades produtivas de subsistência de forma temporária.

A ilha é ainda de ocupação sazonal. Verifica-se entretanto uma tendência para um aumento das frequência e duração destas permanências, muito facilitada e incentivada pela presença das três infra-estruturas, isto é a sede do parque e dois acampamentos turísticos. Durante o período de funcionamento destas infra-estruturas aumentam as oportunidades de transporte para esta ilha.

Constatam-se nela vários acampamentos, na qual se albergam as populações, durante as suas permanências na ilha, e na qual dedicam-se aqui essencialmente ao cultivo do “*umpam-pam*”, a pesca, a exploração florestal, em especial a extracção do chabeu e vinho de palma e a colecta do “*nhambe*” selvagem e do “pau-de-saia”.

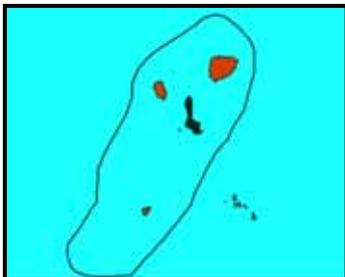
A captura do papagaio cinzento nas sua florestas foi no passado muito frequente e é hoje interdito.

O seu entorno marinho, muito rico em recursos haliêuticos, foi no passado uma das mais importantes zonas de pesca no interior do arquipélago, sobretudo, para as espécies ditas de primeira qualidade e que são de grande valor comercial.

¹⁹ Também designado em Bijagó por: “*Ogubané*”.

b) Ilha de Meio

A ilha de Meio (em Bijagó: "*Noponoque*") com cerca de 402 ha é propriedade tradicional da tabanca de Inhoda em Canhabaque, clãs dos "*Onucá*", que a utiliza essencialmente como área sagrada para as cerimónias de iniciação. Esta tabanca é ainda proprietária da Ilha das Águias (em Bijagó: "*Aweto*") localizada a sudeste de Meio, a que se liga na baixa mar e a Ilha das Cabras, (em Bijagó: "*Ameque*"), ambas com uma superfície de cerca de 3 ha.

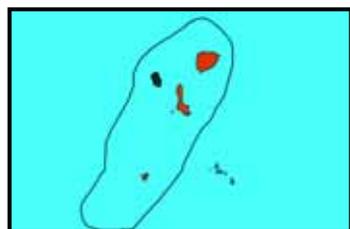


Mapa 12: Localização da ilha de Meio

As mulheres extraem nas florestas destas ilhas o "nhambe" selvagem e o "pó de saia"²⁰, este sobretudo na ilha de Aweto. Ocasionalmente utilizam praticam o cultivo do "*umpam-pam*" na Ilha de Meio, na qual é frequente encontrar acampamentos de pescadores e/ou exploradores de óleo de palma.

c) Ilha de Cavalos

Ilha de Cavalos (em bijagó: "*Anchenem*") com cerca de 210 ha é propriedade tradicional da tabanca de Bine, do clã de "*Onucá*". É igualmente um local de cerimónia de iniciação da tabanca de Bine. É interdito aos não iniciados em geral.



Mapa 13: Localização da ilha de Cavalos

É utilizada muito raramente para a prática do "*umpam-pam*". Nela se criam porcos de forma muito extensiva e peculiar. A caça ou a captura de porcos selvagens, criados de forma extensiva nesta ilha, é outra actividade frequente e característica, que leva alguns residentes do arquipélago a deslocarem-se a esta ilha. Extraí-se o vinho de palma, chabeu e é efectuado a pesca sobretudo e cujos produtos se destinam a fins cerimoniais.

Mas actualmente são frequentes acampamentos temporários de grupos de originários de Canhabaque para a exploração da palmeira ou para a actividade de pesca.

d) Ilha de Poilão

Ilha de Poilão, (em Bijagó: "*Bias*") com cerca de 50 ha, que pertence a tabanca de Ambeno, do clã dos Orácuma. Esta ilha é o local de iniciação e intronação dos "*Oranhós*" (Reis) da tabanca proprietária. Durante estas cerimónias se extrai chabeu e vinho de palma assim como se apanha tartaruga e se colecta os seus ovos e se pratica a pesca, mas exclusivamente para a alimentação e fins cerimoniais, isto é, para a subsistência dos participantes da cerimónia. Igualmente eram e são capturadas tartarugas para algumas cerimónias na "Baloba" da tabanca.



Mapa 14: Localização da ilha de Poilão

Nesta ilha só podem desembarcar adultos iniciados da tabanca de Ambeno, tabanca proprietária, uma vez que a ilha é protegida pelos espíritos, os "*irans*" (divindades protectoras). Estas cerimónias são actualmente menos frequentes e a captura de tartarugas para esse efeito é regulamentada através de um acordo entre o parque e os "*garandis*" da tabanca (anciões da aldeia). Pelo facto o acesso de outras pessoas (pessoal do parque, investigadores,

²⁰ Refere-se ao material utilizado para a produção das saias tradicionais Bijagós.

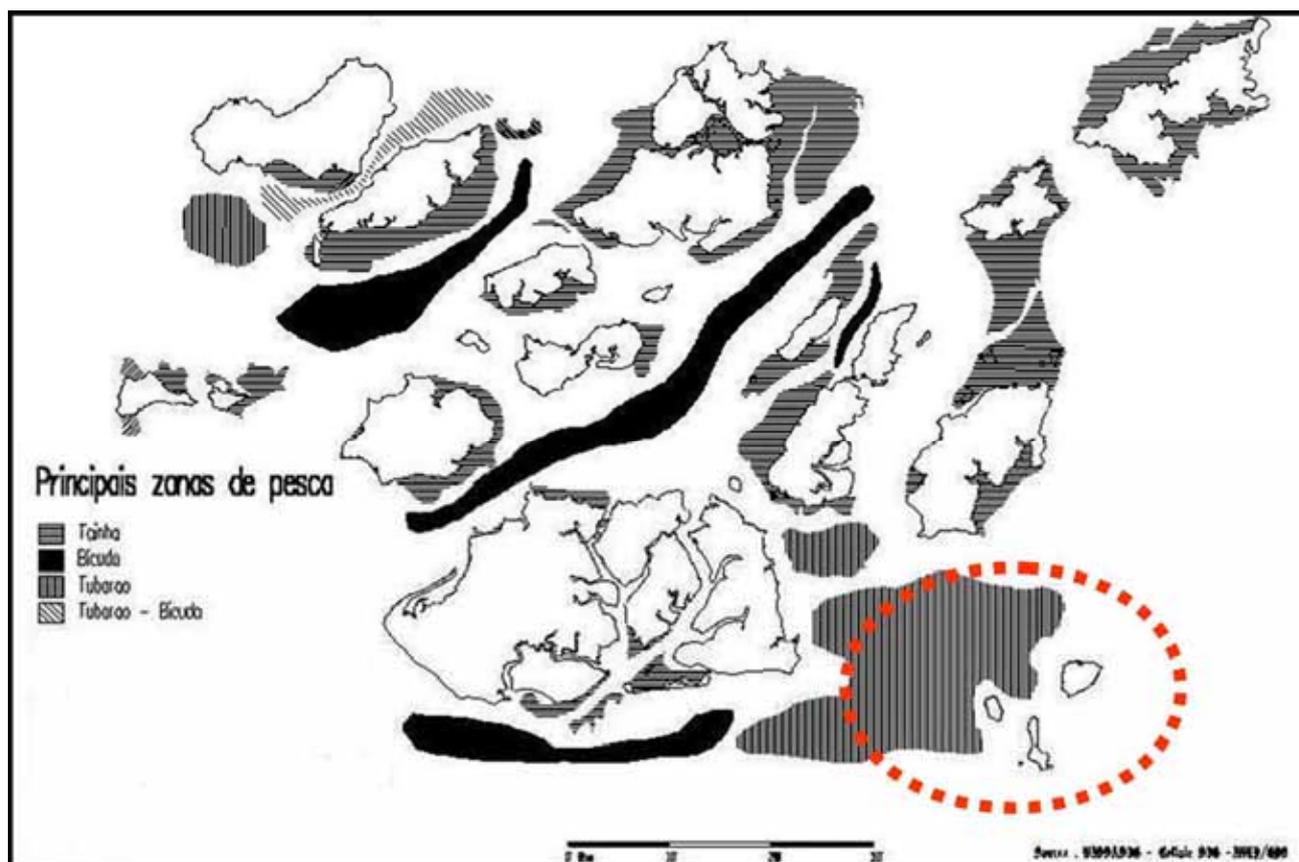
autoridades, etc.) está sujeito a condições especiais de visita e que implicam a realização de uma cerimónia em Ambeno.

Estas interdições foram no passado muito infringidas por pescadores estrangeiros que fixavam acampamentos provisórios nesta ilha. Hoje são mais os turistas que aqui frequentemente desembarcam, algumas vezes sem o conhecimento das estruturas do parque.

A ilha em si é muito pequena, por conseguinte com pouco potencial para a agricultura. Mas é essencialmente a falta de pontos de água doce que limitou a presença de pessoas num passado recente.

3.4.3.4. *Uso das Aguas do Parque para a Pesca Comercial*

A área marinha do parque foi utilizada no passado, como uma das zonas de pesca mais importante para a pesca comercial (Ver Mapas do Anexo II). Nesse âmbito, não só foram criados alguns pontos de apoio em Canhabaque, como ainda ensaiadas, varias tentativas de constituição de acampamentos de pesca temporários por pescadores nacionais e estrangeiros, sobretudo em João-Vieira, Poilão e Cavalos. A áreas é por excelência, uma zona de recrutamento de espécies de primeira qualidade e de grande valor comercial, dados as características do seu fundo marinho. Actualmente o perímetro do parque é interdito a pesca, a excepção da pesca desportiva e para o consumo dos residentes temporários no interior do parque.



Mapa 15: Zonas de Pesca no Interior do Arquipélago Bolama-Bijagós

3.4.3.5. Usos Turísticos

São igualmente a assinalar os usos turísticos, devido a existência de dois acampamentos em João-Vieira: o "Acampamento Tubarão", mais voltado para a pesca turística; o "Acampamento do Sr. Claude Boussard", mais voltado para o turismo em geral, mas que recebe pescadores de acampamentos de Bubaque, quando estes vem pescar na área do Parque. Este ultimo funciona durante todo o ano, enquanto o acampamento Tubarão funciona só nas secas e durante toda a época turística. Toda a área é largamente visitada pelo barco "África Quen", o qual oferece pequenos cruzeiros na África Ocidental.

O turismo desenvolvido em bases sustentáveis pode representar uma oportunidade de desenvolvimento impar para todo o Arquipélago. No entanto o desenvolvimento actual deste poucos benefícios directos (emprego, promoção de outras actividades afins, criação de novas fontes de rendimento, etc.) traz para a comunidade Bijagó e em especial para a população de Canhabaque. Da mesma forma, as iniciativas de promoção da pesca, apesar de alguns avanços, não contribuíram de forma determinante para o desenvolvimento da Região Bolama-Bijagós.

3.4.3.6. Potencial zona de Produção Petrolífera

Resta a confirmar o potencial produtivo em hidrocarbonetos da zona do parque, que no entanto já se encontra incluída nos diferentes blocos delimitados para efeitos de prospecção. Após a independência e no finais da década de setenta, fica Poilão conhecido pela iniciativa para a prospecção de petróleo no seu entorno, pela parte da Republica da Guiné, facto que quase provoca um conflito militar. Na defesa da ZEE da Guiné Bissau, Poilão, foi nessa altura considerado um ponto estratégico-militar e por conseguinte, nela foi instalada, temporariamente, uma pequena base militar. O conflito fronteiriço subjacente veio a ser resolvido pelo Tribuna internacional de Haia que fixa as fronteiras marítimas entre a Guiné Bissau e a Republica da Guiné.

No actual contexto económico mundial surgem novas oportunidades para a prospecção e exploração de jazidas até aqui consideradas pouco viáveis. É nesta perspectiva que, actualmente todo o Arquipélago Bolama-Bijagós, como bloco 3, encontra-se inserido nas zonas disponibilizadas as acções de prospecção na zona costeira da Guiné Bissau.

3.4.4. Percepção e Perspectivas da População das Tabancas em Relação ao Desenvolvimento do Parque

A negociação para a criação do parque foi efectuado em paralelo com a criação da Reserva da Biosfera. Este facto veio a dar uma nova dinâmica as actividades sócio-religiosas e culturais nestas ilhas como ainda as iniciativas de desenvolvimento na ilha de Canhabaque, promovidos e financiados pelo parque e pela reserva da Biosfera. O processo permitiu acumular conhecimento sobre a área, sobre a sociedade Bijagós e as suas formas de gestão do espaço e dos recursos o que permitiu criar uma nova perspectiva para a valorização do património histórico, sócio-cultural e religioso da sociedade bijagó de Canhabaque. Este processo permitiu manter e reforçar igualmente o direito de propriedade e os usos tradicionais da população de Canhabaque e em especial das tabancas proprietárias das ilhas do parque.

A população está, em geral, de acordo com a criação do parque. Esta é vista, não só como um apoio para a implementação das restrições acima referidas, como ainda um instrumento para fiscalizar a sua implementação, inclusive sancionar os infractores. Ela é muito solidária com as iniciativas dos parques, pois

que considera este, apesar de não ser um mecanismo tradicional próprio das populações, um instrumento para o reforço das suas formas de gestão do espaço e dos recursos, e de garantia das propriedades tradicionais, dos direitos de acesso e uso a eles inerentes, assim como, um meio de melhor valorizar a grade riqueza cultural da população Bijagó e em especial da Ilha de Canhabaque.

A diminuição da actividade de pesca comercial e a conseqüente recuperação (regeneração) do estado dos recursos haliêuticos - aumento em termos de quantidade e de espécies como resultado das acções de fiscalização e desmantelamento dos acampamentos de pesca - tem levado em geral a população a colocar-se do lado parque. Pois que, a população é essencialmente agrícola e praticam mais uma pesca de subsistência, que num passado recente, foi muito prejudicada pela pressão causada pela pesca comercial nas águas do Arquipélago Bolama-Bijagós.

O potencial de benefícios actuais e futuros do parque criam perspectivas da parte da população que se traduzem na utilização do parque como objecto e instrumento de política, transcendendo as questões de ordem ambiental, e são muito ampliadas e interligadas aos problemas gerais de desenvolvimento local, regional e nacional. Neste quadro a conservação no perímetro do parque é frequentemente articulada a potências acções de compensação ou acções alternativas de desenvolvimento e sempre inseridos numa perspectiva de soluções imediatas dos problemas socio-económicos básicos da população da Região Bolama Bijagós, de Canhabaque e em especial das populações das tabancas proprietárias. De forma mais concreta estas são traduzidas em termos de reivindicações sobre o direito de propriedade exclusivo sobre os benefícios do parque – embora que ainda em termo de valor sejam muito insuficientes para fazer funcionar o parque de forma autónoma ou mesmo para resolver os problemas acima referidos – e/ou mesmo sobre direitos de compensação em relação as restrições impostas pelo parque. Direito de usos dos recursos da Região são igualmente utilizados no quadro de reivindicações políticas mais amplas mais ampla para o desenvolvimento sócio-económico do arquipélago.

3.4.5. Investigação Científica

Actividades de investigação foram até aqui muito reduzidas no interior do parque e em parte resultam da fraca articulação existente com as instituições científicas nacionais e estrangeiras, assim como a falta de recursos humanos e financeiros destinados ao efeito.

No parque teve lugar de forma pontual alguns levantamento florísticos e da ictiofauna, cujos resultados não nos são acessíveis no quadro deste trabalho. Outra acção relevantes foi a dos diferentes inventários da avifauna e das tartarugas marinhas. Resultantes dos primeiros foram identificados a maioria das espécies locais e migratórias presentes no parque (ver mais acima informações sobre as aves). Com os segundos, foi efectuado uma acção de seguimento e monitoria das tartarugas marinhas, que consistiu essencialmente num recenseamento de subidas com identificação da espécie, recolha de dados biométricos, anilhagem, contagem dos ninhos e verificação do seu sucesso, contagem de filhotes e determinação dos níveis de depredação. No caso das tartarugas marinhas foram igualmente efectuadas ensaios com emissores captados por satélite, para a definição das rotas de migração. Estes demonstraram, embora que ainda não de forma exclusiva que as Tartarugas-verdes fora do período de desovam na ilha de Poilão, permanecem em parte nas águas do Arquipélago e outros emigram para o Norte, sobretudo para as águas do Senegal e do banco de Arguin na Mauritània, isto é para as zonas do upwelling saheliano.

3.4.6. Programa de Monitoria e Seguimento

O programa de monitoria e seguimento no interior do parque foi desenvolvida em torno de quatro eixos principais:

- Inventario das tartarugas marinhas na Ilha de Poilão;
- Inventario e contagem da avifauna aquática migratória;
- Inventário pontual do papagaio cinzento, sobretudo com base na localização e contagem dos ninhos e contagem dos juvenis e adultos dos diferentes bandos que frequentam as Ilhas de João Vieira e Meio;
- Controle do acesso de Turistas a Ilha de Poilão e da pesca amadora e comercial no interior do parque.

No exterior do parque são efectuados sobretudo trabalhos de animação e controle de algumas iniciativas de desenvolvimento implementadas nas tabancas proprietárias do parque, localizadas na ilha de Canhabaque.

O programa de monitoria é ainda deficitários por não cobrir espacialmente todas as ilhas e não abarcar todos os factores de ameaça, incluindo as que potencialmente poderão ser provocadas pelas actividades desenvolvidas pela população no interior do parque.

4. DIAGNÓSTICO

4.1. Grau e Natureza das Ameaças Antrópicas

As ameaças principais estão ligados sobretudo a intensificação dos usos causados pelo aumento da presença humana e as pressões de ordem sócio-económica e as pressões para a abertura da zona a actividades económicas por exemplo ligadas ao turismo, a pesca e mesmo as explorações petrolíferas.

4.1.1. Pressão para um Acesso Livre aos Recursos do Parque

Até aqui as estruturas de gestão, tem conseguido gerir as pressões e as reivindicações da população de Canhabaque e em especial das tabancas proprietárias para uma maior acesso aos recursos no interior do parque. Esta pressão está intimamente ligada a deterioração das condições sócio-económicas da população de Canhabaque o que tem estimulado a imigração e a presença desta no interior do Parque e sobretudo nas ilhas de João Vieira, Meio e Cavalos. Esta população que tem beneficiado muito pouco dos esforços nacionais de desenvolvimento, vê em certos recursos do parque a possibilidade de melhorar as suas condições de vida e, encontra no do parque um meio potencial de assegurar as condições básicas de desenvolvimento (água, saúde, saneamento, ensino, etc.) sem considerar as verdadeiras capacidades deste.

É igualmente uma pressão em certa medida fomentada pelo mercado e por determinados sectores sociais e socio-profissionais. Os jovens que vêm nas interdição ao acesso a determinados recursos do parque uma limitação das suas capacidades de produção. O grupo de pescadores de Canhabaque, não por causa de interesses directos, mas sobretudo através da pressão que sofrem dos armadores e/ou seus contratantes (videiras, concessionários de créditos, outros pescadores proprietários de canoa, etc.), que não podem ter acesso directo as zonas de pesca no interior do parque. Consta-se uma concentração de pirogas no Norte de Canhabaque, em geral não pertencentes a originais de Canhabaque, as quais, em geral, vêm pescar nos limites da zona do parque. Os pescadores locais com os meios que dispõem (canoa-de-coba, "*ridia-de-ramanga*", rede-de-taíña, etc.) muito dificilmente vêm pescar nas águas do parque. É igualmente esta pressão do mercado que origina à preferência pelos benéficos imediatos e que levam por exemplo os anciões e as tabancas a efectuarem concessões a troco de bens e valores muito irrisórios em relação aos benefícios actuais e futuros do parque.

No panorama político actual estas reclamações têm eco e servem de argumento para alimentar o debate político, sobretudo nos aspectos que concernem ao desenvolvimento das ilhas, desenvolvimento das regiões, descentralização e autonomia do arquipélago e a repartição das riquezas do país.

4.1.2. O Aumento da Demanda Turística

Dados sobre a evolução do turismo na região são praticamente inexistentes. No entanto é de considerar que a demanda dos recursos turísticos do parque tende progressivamente a crescer.

Na pesca desportiva tende a aumentar o numero de embarcações e de pescadores que visitam as zonas marinho-aquáticas do parque, uma vez ser uma das zonas de excelência para a pesca de espécies de grande porte, como ainda, de espécies mais procuradas pela pesca desportiva, como as diferentes espécies de tubarões, a barracuda, a sereia, a manta, etc. Mas esta pesca tem sido pouco controlada e, muitas vezes, não obedecem as disposições do regulamento e a zonagem estabelecida. Não só são embarcados o numero e

quantidade de pescado superior ao estabelecido pelo regulamento, como ainda é acedida e violada de forma frequente as Zonas de Não Pesca. Os pescadores aproveitam igualmente da actividade de pesca, para acederem a ilha de Poilão, sem autorização das autoridades do parque.

É igualmente de salientar a existência de um Turismo de visitação, muito descontrolado, no interior do parque, o qual esta na origem de entradas no parque e visitas e/ou mesmo acampamentos clandestinos em Poilão

Esta demanda, caso não seja bem gerida, poderá constituir não só um perigo para determinados recursos do parque, como ainda uma ameaça para as suas zonas mais sensíveis.

4.1.3. Praticas de Concessão de Terras para Fins Privados no Interior do Parque

A concessão tradicional é uma pratica corrente entre a população no processo de distribuição e redistribuição de terras no seio das famílias e clãs e entre estas. Esta pratica é reconhecida pela lei da terra uma vez que reconhece os usos e costumes ligados a propriedade e ao acesso tradicional a terra. Existe um risco potencial que esta pratica venha a aumentar com a permanência definitiva das populações no interior do parque, pois que, uma vez a propriedade constituída a propriedade torna-se difícil limitar ou impedir, sobretudo no futuro, qualquer forma de transação a ele inerentes.

Esta pratica tem vindo a ser aproveitada actualmente por operadores privados, para negociar concessões directamente com as anciões de algumas tabancas proprietárias das ilhas do parque, aproveitando-se das assimetrias existentes sobre o valor das terras e sobre a informação e a percepção da validade e amplitude da lei formal. Estas transações na falta de um apoio legal e transparente desembocam, em geral, em inúmeros e intermináveis conflitos. O parque gere ainda hoje conflitos desta natureza relacionados com as concessões de terreno para a implantação dos dois acampamentos turísticos localizados em João Vieira.

Mas o mais importante é que estas praticas de concessão ainda continuam e envolvem ilhas e/ou zonas sagradas no interior do parque. O mais agravante é que esta pratica e os benefícios imediatos resultantes são postas, em geral, como uma preferencia alternativa (escolha alternativa) da população em relação a implantação e aos benefícios que recebe do parque. São praticamente excluído nesta perspectiva, os benefícios sociais, indirectos, futuros e globais do parque. Estas concessões em geral destinam-se a implementação de actividades ligadas ao turismo e entram em flagrante contradição com as disponibilidades legais que estão na origem da criação do parque.

Segundo o Artigo 25º da lei Quadro das área protegidas não são permitidas o desenvolvimento de qualquer actividade a excepção das observações científicas devidamente autorizadas nas áreas de conservação (ou preservação) integral.

No ponto de vista legal as concessões entram ainda em contradição com a Artigo 7 do decreto de criação do parque e que se refere as disponibilidades do artigo 24º da lei quadro das áreas protegidas. O artigo 24º interdita, mesmo fora das área de preservação integral acima referidas, obras e instalação de qualquer outra actividade a excepção de visitas publicas e colheitas e actividades de pesca permitidas as populações residentes e definidas e reconhecidas pelo regulamento interno do parque, as observações científicas e as obras necessárias ao cumprimento dos objectivos do parque.

A excepção de colheita e certas formas de pesca em beneficio das comunidades marginais devidamente autorizadas é formalmente interdito (segundo o artigo 3º do decreto de criação e a alia f do nº 2 do artigo 3º da Lei Quadro das Áreas Protegidas) o desenvolvimento de qualquer outro tipo de actividade nas zonas do

seu interior consideradas santuários ecológicos. Com o reconhecimento das zonas sagradas no seu interior, as áreas em questão ficam sujeitas as disponibilidades do artigo 38º das áreas protegidas que igualmente interdita na sua alínea 3 as concessão, as licenças ou qualquer outra decisão susceptível de provocar modificação no estado natural da área.

A alínea 5 do artigo 8º da lei Quadro das Áreas Protegidas precisa de forma clara que uma vez submetida as autoridades publicas (incluindo as autoridades locais) o projecto de classificação e delimitação do parque, estas, por obrigação devem *"...suspender, sob pena de nulidade, todos os pedidos de visto, licenças, concessões ou qualquer decisão que autoriza uma modificação do estado do lugar ou situação predial no interior dos limites indicados pelo projecto"*.

Mas salienta-se igualmente a existência de zonas de penumbra e que não contribuem para a observaria da lei. Estes prendem-se sobretudo com a execução da lei quadro das áreas protegidas e em especial no que concerne ao registo cadastral das áreas formalizadas por decreto (Artigo 20º do Decreto de Criação) o qual deve ser efectivado por requerimento oficioso²¹ do Ministério de tutela. A falta da assunção oficial do registo cadastral definitivo da parte da Direcção Geral de Topografia e Cadastro, de acordo com as disponibilidades do Artigo 20º acima referidos, ampliam ainda mais esta área de penumbra. Pois que, este não reconhecimento, ainda permitem os negócios de possíveis concessão dentro dos limites do parque, com base na possibilidade eventual destas virem a ser legalizadas e apresentadas como facto consumado, e/ou ainda, permite as autoridades do estado sediados a nível local, de participarem e caucionarem esses processos de negociação sem considerarem o disposto na alínea 5 do artigo 8º da lei Quadro das áreas protegidas e sem receios de possíveis cominações pelas infracções a esta lei.

A gestão das concessões deve fazer parte de um esforço geral para a implantação de processos e mecanismos claros de concessão, que deve ter em conta a zonagem estabelecida para a reserva de Biosfera e a delimitação das suas zonas centrais e dos parques nelas estabelecidas ou a estabelecer. Nesta perspectiva torna-se necessário o reconhecimento urgente do decreto de criação da reserva da Biosfera.

4.1.4. Pressão dos Pescadores não Originários das Tabancas Proprietárias

Toda a áreas marinho-aquática do parque foi no passado uma zona de pesca, para os pescadores comerciais de Bissau, Bolama e Bubaque e pescadores da sub-região. Com a medidas de regulamentação das pescas no interior do Parque, os pescadores não originários das Tabancas Proprietárias, isto é, não residentes temporários no interior do parque, passaram a não dispor do direito de acesso a estas zonas pesca. O facto tem levantado alguns conflitos entre as tabancas proprietárias das ilhas do parque e as não proprietárias, e entre a população de Canhabaque e os pescadores das outras ilhas.

A actuação do parque diminui consideravelmente a pressão anteriormente existente sobre os recursos haliêuticas no interior do parque. Mas na pratica, devido a insuficiente capacidade de fiscalização a pesca de não residentes e estrangeiros ainda continua nas aguas do Parque. Existem riscos de intensificação desta pesca clandestina, com o relance dos centros de pesca e as actividades de promoção do sub-sector da pesca artesanal e a grande baixa na disponibilidade de recursos ao nível da sub-região. Esta pesca clandestina é muitas vezes justificadas pelo desconhecimento dos limites do parque e das suas zonas interiores.

Pescadores não residentes e sem direitos de acesso, igualmente utilizam pescadores das tabancas proprietárias de Canhabaque, os equipam, para que exercem as actividades de pesca dentro do perímetro do

²¹ Não oficial, mas sim oficioso, porque o decreto, em si, já é vinculativo para todas as instituições do estado.

parque, através de práticas e artes contrárias as de uma pesca sábia e responsável muito mais concordantes com os objectivos do parque. A utilização de redes de tubarão, provocam em geral nestas áreas, capturas acidentais de espécies protegidas, em especial das Tartarugas Marinhas.

Estes pescadores têm acentuado a pressão para a abertura das águas do parque a pesca comercial. Reivindicação que encontra muito eco nos meios políticos locais e nos gestores do sector da pesca. Nestes últimos impera ainda uma filosofia essencialmente voltado para a exploração do recurso e aumento da produção pesqueira. A função e o impacto das Áreas Marinhas Protegidas sobre a disponibilidade dos recursos haliêuticos e a produtividade da actividade de pesca são ainda pouco aceites e reconhecidos.

4.1.5. Aumento da Presença Antrópica no Interior do Parque e Potenciais Consequências

A presença humana está a tornar-se progressivamente numa presença cada vez mais definitiva no interior do parque e num facto consumado e irreversível, pelo aumento do número, frequência e tempo de permanência de pessoas no interior do parque.

O movimento da população não é, em geral, monitorado. Pois desconhece-se o número de pessoas que frequentam cada uma das ilhas, as actividades que desenvolvem assim como a sua distribuição.

Na ilha de João Vieira, por exemplo, os riscos de sedentarização são muito expressivos, porque, actualmente, alguns dos acampamentos temporários existentes, permanecem povoados durante a maior parte do ano. A presença permanente do pessoal do parque e das infra-estruturas hoteleiras é um outro factor que motiva e estimula a presença das pessoas nesta ilha e nesses acampamentos. A quantidade de população presente e o número e a multitudine de actividades que desenvolvem e a sua variabilidade no espaço e no tempo com que e as variadas técnicas e métodos que utilizam tornam estas difíceis de serem monitoradas e seguidas com as capacidades actualmente disponíveis no parque.

Na Ilha de Cavalos e Meio os acampamentos para a exploração do palmar e para a pesca são cada vez mais frequentes. Na ilha dos Cavalos, a presença de pessoas e eventualmente, o desenvolvimento da actividade de caça, poderão estar na origem do desaparecimento da colónia de nidificação localizado na sua parte sul.

A pressão sobre os recursos tende a aumentar pela deterioração da situação socio-económica na Região Bolama-Bijagos e em Canhabaque em especial, sobretudo com a baixa progressiva na produção agrícola. Nestas Ilhas constata-se, actualmente, um processo de intensificação cada vez mais expressiva do uso dos recursos naturais, que poderá estender-se, necessariamente, a alguns dos recursos protegidos pelo parque. Estes usos poderão assumir facetas múltiplas e variadas e prendem-se com o aumento e a intensidade das permanências e usos dos recursos no interior do parque. Estes poderão ser acompanhado, cada vez mais, com a introdução de métodos e técnicas de exploração contrárias ao regulamento do parque. Nesta perspectiva progressivamente muitas actividades contrárias aos objectivos do parque estão a ser introduzidas e/ou intensificadas e aos quais, as estruturas do parque deverão fazer face.

Em observância do disposto no artigo 7º que em referencia ao artigo 24º da Lei quadro considera a área como uma zona de preservação natural a presença de pessoas e o desenvolvimento das suas actividades é reconhecida exclusivamente as comunidades residentes, neste caso concreto residentes temporários, mas

fora dos sectores de conservação (preservação) integral²². Pelo que as ilhas do parque, a excepção de Poilão e seu entono, devem estar sujeitas ao regime de exploração controlada definida pelo artigo 26º da Lei Quadro das áreas protegidas e na qual ainda, em observância do 29º da mesma lei, poderão ser estabelecidos regulamentações (por iniciativa própria do Director do parque ou por recomendação do Conselho de Gestão) para as actividades económicas a desenvolver visando o conjunto da área ou mesmo partes destas ou mesmo unicamente para determinadas actividades. Em geral, estas actividades podem ser sujeitas a um regime de licenciamento com concessão de títulos de exploração individuais ou colectivos para as comunidades. A implementação de um regime de licenciamento poderá melhorar o seguimento e controle das populações de Canhabaque que temporariamente se estabelecem no interior do parque.

Nas áreas ditas de preservação integral (artigo 5º do decreto de criação e Artigo 25º da lei Quadro das Áreas protegidas) e que são vocacionados exclusivamente a conservação do património biológico, não são permitidas qualquer actividade económica. Nestas áreas são permitidos de forma exclusiva, unicamente as observações científicas devidamente autorizadas.

4.1.5.1. Aumento da Pressão Sobre os Solos e as Florestas

Uma permanência cada vez maior no interior do parque origina um aumento progressivo das superfícies anuais cultivadas com riscos de intensificação do ciclo do “umpam-pam”. Esta situação, está a causar uma aceleração considerável do ritmo do umpam-pam com as respectivas consequências, isto é, uma extensão das áreas desmatadas, maior frequência das queimadas, períodos de pousio cada vez mais curto, degradação do solo e degradação da vegetação e da diversidade florística com aumento da predominância progressiva das espécies mais resistentes ao fogo. Estes podem ter consequências sobre a fauna e em especial sobre a avifauna, sobretudo sobre as espécies que dependem das espécies frutíferas presentes nestas florestas como é o caso por exemplo do Papagaio-cinzento.

Actualmente já se constata o efeito dos umpam-pam sobre a vegetação natural e em especial através da grande fragmentação que se regista das florestas secas densas e das manchas de florestas húmidas, na ilha de João Vieira. Persiste igualmente um potencial para a introdução de culturas perenes em especial do Cajú (*Anacardium cidentale*), o que poderia levar a uma substituição progressiva da vegetação natural pela monocultura do cajú.

4.1.5.2. Aumento Progressivo da Pressão de Pesca

É positivo, a intensificação da exploração do potencial produtivo dos palmares naturais, na três ilhas acima referidas. No entanto esta actividade, assim como o facto dos envolvidos serem originários de Canhabaque, tem servido de alibi para a instalação de verdadeiros acampamentos de pesca. Pescadores de tabancas proprietárias com direito de acesso a estes recursos para sua subsistência quando em permanência no interior do parque, rapidamente convertem estes, numa pesca comercial que é efectuada de forma clandestina e muitas vezes em serviço ou em proveito de terceiros, suposição que é levantada pelo nível de organização, logística e equipamento constatados em alguns destes acampamentos. Tanto na ilha de Meio como em Cavalos foram constatados acampamentos de pesca desta natureza, que pela avaliação dos produtos de pesca, já estavam, no local, a um tempo considerável, sem terem sido constatados nas acções de

²² Segundo a Lei Quadro no seu Artigo 25º, alínea 1 é designado por Sectores de Conservação Integral e normalmente integrado nas Zonas de Preservação Natural. No artigo 5º do decreto de criação estas mesmas áreas são designadas por área de preservação integral.

fiscalização. Estes acampamentos destinam-se sobretudo a produção local de “escalada”, peixe seco e a pratica do “fining” para a produção de barbatanas de tubarão. A pesca de tubarão assim como o uso das redes de monofilamento são, segundo a Lei geral das Pescas, interditas nas águas da Guiné-Bissau.

As disponibilidades do decreto de criação como os artigos a que faz referencia na lei das áreas protegidas (Artigo 24°, 26°, 37° da Lei Quadro das Áreas protegidas) admitem possibilidades de colecta como certas formas de pesca admitidas pelo regulamento interno do parque mas exclusivamente em beneficio das comunidades residentes. Este regulamento interno deve não só considerar a Lei e o Regulamento da Pesca Artesanal mas também as medidas de conservação necessárias diferentes zonas e os recursos que este deve proteger no interior do parque. No caso específico do PNMJVP, embora tratando-se essencialmente de uma população que acede as ilhas do parque de forma temporária, as medidas regulamentares devem ser efectivamente implementadas. A pratica destas actividades, sobretudo nas áreas consideradas como zonas de preservação integral e exclusivamente vocacionadas a protecção dos recursos e do património biológicos, deve ser interdita.

4.1.5.3. Depredação das Tartarugas Marinhas

A depredação antrópica das Tartarugas Marinhas acompanha a presença descontrolada de pessoas nas diferentes ilhas do Parque, o que é verificado através da Monitoria e Seguimento das praias. Não existem dados medindo os níveis desta depredação, mas ela é evidenciado, pela presença de carapaças e ossadas, nas praias de quase todas as ilhas do parque; observação de ovos, cascas de ovo, restos de carne e ossadas em alguns dos acampamentos acima referido. É frequente observar nas praias, sobretudo de João Vieira, Meio e Cavalos, marcas que apontam para o facto de que as praias foram percorridas a procura de tartarugas e ninhos.

4.1.5.4. Captura Clandestina de Papagaios Cinzentos

Constatou-se que apesar de um trabalho de investigação ter identificado algumas áreas criticas para a população de Papagaio Cinzento, estas são pouco monitoradas pela estrutura do parque²³. Tudo indica que a captura clandestina de espécimes desta espécie continua a ser efectuada, mesmo dentro do perímetro do parque. Não existindo medidas dissuasoras, esta pratica poderá assumir proporções extremamente alarmantes, pela grande incentivo que é provocado, pela demanda e pelos preços praticados no mercado nacional.

4.1.5.5. Pressão sobre Zonas Criticas e Sensíveis do Parque – o Caso da Colónia de Nidificação na Ilha de Cavalos

A parte sul da ilha de cavalos foi até aqui considerada uma importante zona de nidificação da avifauna aquática. Na visita de terreno efectuada na área no período de nidificação não foram observadas qualquer ninho. Entretanto foram constatadas uma presença mais frequente de pessoas, inclusive utilizando armas de fogo, segundo informações recolhidas no local, para a caça de porcos selvagens²⁴. Desconhece-se igualmente

²³ Na visita de terreno efectuada a algumas desta áreas na Ilha de João Vieira, foram recolhidas inúmeros galhos preparados para a captura de espécimes desta espécie

²⁴ A inexistência de estruturas de monitoria e seguimento não no garante que estas armas não sejam utilizadas para outros fins.

qual é o tamanho da população de porcos selvagens e os impactos que poderão provocar sobre a colónia de nidificação.

Tudo indica que, existe o risco iminente do desaparecimento da Colónia de Nidificação de Cavalos, caso não forem tomadas medidas de monitoria e seguimentos eficientes. É necessários avaliar as causas potências deste facto e implementar mecanismos mais eficientes de monitoria e seguimento desta colónia. O estabelecimento nesta área de uma zona de recuperação, temporária é a considerar.

4.1.6. Impactos das Prospecções e Eventuais Explorações Petrolíferas e Riscos de Derrames de Hidrocarbonetos

Todo o arquipélago Bolama-Bijagós faz parte do Bloco 3, que parece ter sido concedida para efeitos de prospecção, salientando-se que acções de pesquisa e prospecção encontram-se em curso e existem poucas informações sobre os seus resultados. Pertinente no ponto de vista ambiental é o facto de se desconhecer a qualidade dos meios aplicados na prospecção²⁵ e as medidas de mitigação relativo aos impactos eventuais²⁶ desta actividade. A política de informação²⁷ sobre esta actividade é muito restritiva, provocando muitas assimetrias que limitam a participação da opinião pública na definição de políticas, estratégias e programas²⁸ deste sector.

4.1.7. Acesso e Passagens de Navios e o Contexto Sub-regional

É muito raro a passagem de grandes navios nas zonas marinho-aquáticas do interior do parque. Os canais localizados ao largo do Arquipélago são, no entanto, muito utilizados pelos navios mercantes, petroleiros. Estes últimos sobretudo deslocando-se carregados das zonas de produção do Golfo da Guiné para a Europa e América e com águas de balastro no regresso. Igualmente importante é o numero de navios de pesca industrial que operam nas aguas na Guiné-Bissau e dos países limítrofes alguns dos quais penetram clandestinamente nos canais do arquipélago e cuja logística (transbordo de pescado, de combustíveis e de mantimentos) é, em geral, assegurada no alto mar. Destes persistem riscos potenciais que importa salientar e cuja gestão ultrapassam de longe as capacidades do parque e que se prendem com potencial derrame de hidrocarbonetos, produtos químicos, combustíveis e aguas do balastro.

No entanto é pertinente o estabelecimento de zonas de amaragens das embarcações que frequentam o parque, isto é, essencialmente para os botes dos empreendimentos turísticos. Igualmente importante é a fixação de normas para o condicionamento, uso e tratamento de combustíveis. Lubrificantes e produtos químicos utilizados na manutenção destas embarcações.

²⁵ Isto é se são plataformas, ou navios transformados com casco simples ou duplos.

²⁶ Medidas para evitar por exemplo os impactos negativos da prospecção sísmica, o barulho e as vibrações no processo de perfuração, o tratamento dos lixos sólidos e líquidos e para diminuir as perturbações físicas e químicas do fundo marinho. Os lixos podem conter ente outros metais pesados, hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP) que podem acumular-se nos organismos vivos, prejudicando-os.

²⁷ Nesse âmbito a entrada do Governo da Guiné-Bissau na iniciativa de transparência internacional em matéria de receita e benefício do petróleo e outras explorações mineiras seria o ideal, para oferecer mais garantias à sociedade civil e à população em geral. A criação de uma estrutura e/ou mecanismos de informação e concertação, com sociedade civil e outros sectores da sociedade, isto é, por exemplo, com as autoridades tradicionais e lideres locais, poderia ser um instrumento complementar e eficaz

²⁸ Determinados sectores do Governo impediram a participação de personalidades oficiais, em sua representação, no atelié nacional “Petróleo, Boa Governação e Desenvolvimento Sustentável”, organizado pelo Grupo de Trabalho Petróleo da Guiné-Bissau, em Setembro de 2006.

4.2. Conflitos em Torno da Exploração e Uso dos Recursos do Parque

4.2.1. Conflito com Operadores Turísticos e Turistas

Alguns operadores turísticos, recusam-se a respeitar a existência do parque, a sua zonagem e mesmo o seu regulamento. Frequentemente os seus barcos entram no perímetro do parque sem permissão de entrada e igualmente a zona de não pesca é frequentemente violada assim como as visitas e acampamentos na Ilha de Poilão são efectuados sem o consentimento das autoridades do parque.

Actualmente há que considerar a poluição efectuada pelas unidades de produção de energia, reparação dos barcos, carga e descarga de combustíveis e lubrificantes, impacto da exploração de água, a questão do tratamento do lixo e águas usadas, etc. em geral actividades ligadas as duas unidades actualmente existentes dentro do perímetro do parque e para os quais não existem regulamentação mais específica. Normas e ou procedimento de licenciamento específico deverão ser estabelecidos no regulamento do parque, assim como sistemas de monitoria e seguimento.

A frequência de turistas no interior do parque tende a aumentar, inclusive, porque cada vez mais, as ofertas existentes embora que ainda precárias, tornam-se cada vez mais interessantes para os mercados a procura de novos produtos turísticos. Alias o aumento de operadores turísticos, acampamentos de pesca e hotéis em no Arquipélago dos Bijagós, a frequência e o numero de solicitações de concessões fundiárias para estrangeiros, são provas eloquentes deste facto.

O aumento futuro das visitas no interior do parque, poderão originar uma carga de poluição potencial muito maior, a qual deve começar a ser gerida.

4.2.2. Conflito com os Pescadores não Originários das Tabancas Proprietárias

Interditos de pescarem nas águas do parque os pescadores em geral consideram o facto um discriminação em relação a população de Canhabaque, que acede ao parque, e durante a sua permanência dentro do parque tem o direito de aceder aos recursos haliêuticas da zona. Esta pressão para a abertura de espaços de pesca no interior do parque tendem a aumentar, inclusive com a melhoria da capacidade de promoção e de oferta de serviços pela parte dos centros de pesca. Financiamentos consideráveis são previstos para a melhoria da capacidade destes centros. O mais importante é que os excluídos consideram que a sua situação é contrária aos hábitos Bijagós e é não é reciproca em relação aos direitos que gozam os régulos e os residentes de Canhabaque em outras ilhas a exemplo de agricultores de Canhabaque que vem cultivar em Rubane, Ilha da Galinhas e mesmo em Bubaque, nas terras pertencentes aos Bijagós de outras ilhas. É na base deste conflito que alguns advogam e argumentam pela interdição do acesso pela população de Canhabaque aos serviços públicos localizados em Bubaque.

Esta pressão será igualmente maior caso não sejam criadas as condições materiais, técnicas e humanas, para que os pescadores profissionais comerciais do Arquipélago, possam exercer as suas actividades nas zonas que lhes são exclusivamente reservadas, isto da linha de base as doze (12) milhas. Igualmente pertinente neste particular é a evolução das políticas do sector das pescas, as quais são muito instáveis, dependendo, muitas das vezes da pessoa responsável pelo sector. Além do mais há que considerar que a procura dos produtos da pesca no mercado nacional e sub-regional tendem a aumentar, o que necessariamente, irá fazer aumentar a pressão sobre o recursos haliêuticas em geral, aumentando o esforço de pesca nas zonas tradicionais de pesca, como é o caso do arquipélago Bolama-Bijagós e aumento a procura das suas zonas de pesca mais produtivas.

Caso ser permitido o acesso a determinadas zonas a pescadores nacionais, estas devem ser claramente delimitadas por marcos naturais e ou dela terem acesso pescadores devidamente instruídos no conhecimento e limite das zonas de pesca e não pesca.

4.2.3. Conflito Gerais da População de Canhabaque

4.2.3.1. *Conflito entre Tabancas Proprietárias e não Proprietárias das Ilhas do Parque*

Este conflito é verifica-se entre as tabancas proprietárias e não proprietárias da ilha de Canhabaque. Para as demais tabancas, a ilha deveria beneficiar de um processo de desenvolvimento integrado e mais abrangente, em que as iniciativas de desenvolvimento, não deveriam ser unicamente concentradas nas “tabancas proprietárias”, mas sim distribuídas de forma harmonizadas em todas as tabancas das ilhas. Alias as demais tabanca consideram o parque como pertença de todas as tabancas de Canhabaque.

Estes conflitos tendem a aumentar, caso os outros sectores de desenvolvimento não sejam envolvidos como parte de uma processo articulado, coordenado e integrado, mas cada um realizando acções concertadas nas sua áreas de vocação. A não participação dos outros sectores engendrará uma pressão maior sobre as estruturas do parque e a FIAL. Caso as aspirações de desenvolvimento não forem atendidas de forma óptimal, persiste o risco de que o parque seja esvaziado dos seus objectivos e que a participação e a co-gestão ao nível do parque, venham a ser substancialmente afectadas e que a população se vire contra o parque e as suas iniciativas.

Uma outra vertente deste conflito é mais geral e que se prende com a falta geral de iniciativas mais abrangentes para o de desenvolvimento de Canhabaque. A falta destas iniciativas está na base de uma degradação progressiva dos recursos naturais em Canhabaque e que no futuro poderá provocar maiores vagas de emigração para as ilhas do Sul, no interior do parque.

4.2.3.2. *Conflito no Seio das Tabancas Proprietárias das Ilhas do Parque*

a) - Distribuição das iniciativas de desenvolvimento

O primeiro nível deste conflito é o que tem lugar entre as “tabancas proprietárias tradicionais” das ilhas do parque. Estes conflitos estão relacionados com a partilha dos supostos benefícios do parque. Algumas tabancas julgam outras como as que mais beneficiam, inclusive reivindicando, que a partilha seja efectuada em função da importância das suas ilhas ao nível do parque e/ou mesmo em função do local em que estes “benefícios” foram realizados. Igualmente importante neste particular é a distribuição e a localização das iniciativas de desenvolvimento local, que segundo a população não é bem partilhada entre as tabancas proprietárias, beneficiando umas mais que outras.

Este conflito é ainda exacerbado pelo mau desempenho dos guardas parques pelo favorecimento de um ou outro indivíduo por ser parentes ou originários das tabancas respectiva sobretudo quando apanhados em situação de infracção a o exercerem praticas contrarias aos objectivos e aos regulamentos do Parque.

b) - Distribuição dos rendimentos do parque

O segundo nível deste conflito é o que se situa ao nível da distribuição dos rendimentos do parque. Trata-se sobretudo de conflitos latentes e relacionados da distribuição dos rendimentos provenientes da cobrança de entradas no parque, entradas para a pesca desportiva, visita de Poilão e multas e espólios resultantes das penalizações pelas diferentes infracções cometidas dentro do perímetro do parque. A lei quadro e o regulamento do parque fixam as modalidades de partilha destes, nas quais 20 % são concedidos indirectamente as populações, isto é através de iniciativas de desenvolvimento local e os 80 % restantes repartidos em partes iguais entre o IBAP (entidade de tutela do parque) e o funcionamento do parque. Os montantes em questão não são elevados. Em geral são canalizados para uma conta destinada ao efeito e as modalidades de sua repartição entre as tabancas, em geral, não são claras para os beneficiários e não satisfaz a maioria das “tabancas proprietárias” e de Canhabaque. Alguns reclamam mesmo o direito de beneficiarem dos produtos confiscados e apreendidos nas infracções.

A realização de cerimónias em algumas tabancas foram apoiadas, com fundos retirados destas contas. Este facto suscitou uma certa contestação de outras tabancas, por não terem beneficiado de apoios a partir do mesmo fundo. Estas reclamam o seu uso em acções de desenvolvimento e/ou mesmo, para a manutenção de alguns equipamentos de carácter comunitário: por exemplo a compra de rádios VHF para substituir as estragadas, compra de baterias, compra de zinco ou cimento para as casas de radio, etc.

Um outro factor de discórdia reside no facto de algumas dessas entradas (a exemplo da pesca desportiva) serem directamente cobradas pelos operadores turísticos.

Estes rendimentos entanto criam perspectivas no seio da população, as quais só poderão ser contidas na base de uma gestão transparente e participativa destes fundos. Novos critérios de repartição destes fundos, com maiores benefícios para a população, poderiam ser re-analisados pelo Conselho de gestão do parque.

4.2.3.3. Conflito de Ordem Fundiária

Estes perdem-se sobretudo as concessões efectuadas aos acampamentos turísticos, isto é entre os proprietários destes acampamentos, os operadores turísticos e as tabancas proprietárias tradicionais da áreas concedidas. Apesar de ter havido uma suposta negociação neste processo de concessão, e acordos assumidos pelas partes estes não estão a ser ou não foram cumpridos pela parte do operador turístico. O seu não cumprimento tem levado a população a efectuar pressões de varias ordem sobre estes, sobretudo efectuando novas solicitações e novos compromissos, que nem sempre estes conseguem honrar.

A frequência deste tipo de conflito tende a aumentar, não só devido ao aumento da procura de terras e/ou mesmo de ilhéus na zona e igualmente, pela falta de perspectivas de desenvolvimento do arquipélago. Este ultimo aspecto leva a populações a trocarem muitas vezes as suas “propriedades tradicionais” por bens diversos, denotando-se uma grande assimetria da grandeza de valores envolvidos nessas trocas assim como na informação e compreensão das partes sobre os acordos estabelecidos entre as partes em causa.

Actualmente, apesar dos conflitos por resolver, existem pretensões de operadores privados, em adquirir concessões na ilha do Meio²⁹, isto é, no interior do parque e para fins turísticos. Processo que constitui uma

²⁹ Em curso estão negociações entre operadores turísticos e os “garandis” da tabanca de Bini, para a instalação de um acampamento turístico em cavalos.

violação flagrante da legislação e entra são contrárias aos objectivos da criação do parque. Especialmente neste parque, dado a particularidade de não possuir propriamente um zona de transição, as preocupações concernentes ao possível desenvolvimento de actividades económicas devem ser muito maiores, em relação aos parques que dispõem destas áreas. Neste quadro torna-se imprescindível evitar possível fixação permanente de população no seu interior, pois que insere o risco de alterar as suas características ambientais e ecológicas, tornando a área mais susceptível a processos de desclassificação.

Põe-se o problema do estabelecimento de uma regulamentação própria e de procedimentos e mecanismos específicos para a concessão e ou interdição de concessão nos perímetros interiores ao parque, de acordo com o decreto de sua criação e demais disponibilidades existentes nas outras leis subsidiárias, como a lei da terra, a lei quadro das áreas protegidas, a lei das florestas, etc.

4.2.4. Conflitos com as População no Interior do Parque

4.2.4.1. *Generalização de Práticas Contrárias aos Objectivos do Parque*

Este conflito advém sobretudo de exercícios e práticas contrárias aos objectivos do parque e que constituem infracções no dispositivos regulamentares do parque. O número e a frequência assim como a gravidade destes conflitos tendem a crescer, com o aumento da presença de população dentro do perímetro do parque, caso não sejam criadas as condições para uma monitoria e seguimento desta população e das suas práticas no interior do parque.

De entre estes conflitos salienta-se a captura de papagaio, a captura e a colecta dos ovos das tartarugas marinhas, o uso de armas de fogo, assim como o uso de artes de pesca, não permitidas dentro dos limites do parque. É frequente por exemplo a captura de espécies de peixe cartilaginosos e a prática do "fining", pelos pescadores de Canhabaque residentes periódicos dentro do perímetro do parque. Algumas práticas da população como o umpam-pam, em determinadas áreas do parque, entram em conflito com a preservação do habitat dos papagaios cinzentos. Alias, para alguns, o facto de se pertencer a uma das tabancas "proprietárias tradicionais", deve-se gozar de direitos de acesso ilimitados sobre os recursos existentes no perímetro do Parque.

4.2.4.2. *Conflito com os "Caçadores" de Papagaio*

Estes caçadores são na maioria Jovens provenientes de Canhabaque, em especial da Tabanca de Meneque, que viam nesta actividade uma forma de acesso a rendimentos monetários consideráveis. Estes, segundo populares, fizeram "florir" a tabanca de Meneque no passado, a ajudaram a colmatar inúmeras dificuldades de ordem material. Actualmente com a criação do parque e a interdição da captura de papagaios, não conseguem rendimentos alternativos para suplantar as perdas causadas por esta interdição. No entanto considerando as dificuldades sócio-económicas na lha de Canhabaque, os preços praticados no mercado e o facto de que muitas vezes aos infractores não são aplicados as penas prevista na lei, muitos ainda se sentem atraídos a realizar esta actividade, embora que de forma clandestina. A eventual integração dos caçadores em actividades de monitoria poderá ser uma saída alternativa, não só possibilitando rendimentos alternativos como ainda, valorizando o acervo de conhecimento acumulados na prática de captura do papagaio, mas ao serviço da conservação desta espécie no interior do parque.

4.2.4.3. *Conflitos Ligados a Depredação das Tartarugas Marinhas*

Se bem que interdita é frequente a captura de fêmeas e a colecta de ovos nas praias. Estas actividades escapam a capacidade de controle das estruturas do parque. Pois a excepção de Poilão não existe uma actividade sistemática de seguimento e monitoria e nem mesmo de contagem ao nível das praias das outras ilhas do parque e nem mesmo em João Vieira, sede do parque. Em geral põem-se o problema de como diminuir esta depredação.

4.2.4.3 *Conflitos Ligados a Caça e a Captura de Porcos Selvagens*

Um tipo de criação extensiva de porcos são realizados na ilha de Cavalos e em João Vieira, que consiste em largar porcos marcados, que são capturados em caso de necessidade e/ou para fins cerimoniais. As tabancas proprietárias das ilhas reclamam, em geral a posse destes porcos, que são algumas vezes caçados e/ou capturados por outros visitantes não pertencentes as tabancas proprietárias o que gera conflitos entre estes. Uma outra preocupação concernentes a estes porcos prende-se com a grandeza da sua população e os seus possíveis impactos no desaparecimento da colónia de nidificação anteriormente existente na ilha de Meio. Pois estes também atacam os ninhos não só consumindo ovos como as crias. A caça de porcos tem justificado a penetração de armas de caça no interior do parque e cujos usos são pouco controlados.

4.2.4.5. *Conflitos Ligados a Pesca*

A introdução de artes de pesca e praticas, contrarias as de uma pesca responsável estão a ser progressivamente a ser introduzidos durante as permanências temporárias das populações no interior do parque. Estas em geral vão contra as disposições regulamentares do parque.

4.2.5. *Conflito com as Prospeccões e Eventuais Explorações Petrolíferas*

As acções de concessão são efectuados sem o envolvimento das estruturas de tutela das Áreas Protegidas. Desconhece se nestes processos de concessão foram consideradas os limites desta áreas protegida, uma vez que se localiza dentro de um dos blocos.

É pertinente que o Governo tenha vontade política³⁰ suficiente para implementar as disponibilidades das convenções internacionais relacionados com a matéria, sobretudo: a “Convenção Internacional sobre a Prevenção da Poluição pelos Navios”, (MARPOL); a convenção sobre a “preparação, luta e cooperação em matéria de poluição por hidrocarbonetos” (OPRC), a “Convenção para Salvaguarda de Vidas no Mar” (SOLAS) e a Convenção Internacional sobre as Normas de Formação, de Certificação e de Inspeção de Navegadores (STCW). O Governo pode tomar outras disponibilidades suplementares, sobretudo considerando a proximidades de alguns sítios sensíveis, do ponto de vista ecológico, como é o caso do Santuário das tartarugas Marinhas de Poilão, a Reserva de Biosfera Bolama-Bijagós e as enormes áreas de Mangal ao longo da costa. Estas disponibilidades revelam-se de extrema importância, para colmatar a falta de legislação e regulamentação internacional em matéria de exploração *off shore* de petróleo. Uma Cooperação sub-regional

³⁰ Uma “avaliação de ambiental estratégica” considerando sobretudo a exploração do petróleo, revela-se de grande pertinência para a Guiné-Bissau, sobretudo para avaliar as lacunas existentes na compreensão do meio natural e para a integração do sector petrolífero no plano nacional de desenvolvimento e a avaliação dos seus efeitos directos e acumulados sobre o ambiente e a economia.

nesta matéria se revela pertinente, uma vez que assiste-se a proliferação de concessões para prospecção do petróleo ao longo das costas dos países da sub-região.

4.2.6. Conflitos Potências Relacionadas com o Aumento das Procuras Futuras

Algumas tendências actuais mostram que no futuro a demanda em relação aos espaços e recursos do parque irão aumentar, sobretudo no que diz respeito aos seguintes aspectos:

1. a frequência das populações nas ilhas do parque em especial na ilha de João-Vieira, Cavalos e Meio tende a aumentar, e caso não sejam tomadas medidas de Monitoria e Seguimento, poderá verificar-se uma sedentarização das populações nestas ilhas do parque. Alias a deterioração da situação sócio-económica das populações de Canhabaque, a diminuição geral da produção alimentar aliado aos aumento dos níveis de depredação causados pelas Djokindur, aumento da disponibilidade de transportes e a melhoria de alguns serviços na sede do parque, são entre outros factores, os que poderão estimular esta tendência. Em geral a pressão sobre os recursos naturais em especial sobre as espécies mais protegidas ao nível do parque poderão aumentar.
2. A degradação da situação socio-económica em Canhabaque poderá estimular igualmente a disponibilidade das populações, em especial das autoridades tradicionais para facultar concessões, a troco de benéficos imediatos, mesmo que seja a custa de uma banalização cada vez maior do património e dos valores culturais e sócio-religiosos.
3. a frequência de turistas, em especial de pescadores desportivos e turistas ávidos de descobrir novos produtos tendem a aumentar. Nesse particular, a procura de Poilão, para a observação das tartarugas marinhas irá aumentar substancialmente, suplantando de longe a capacidade de carga actualmente estabelecida. Com o aumento da procura aparecerão novos operadores turísticos a estruturar as ofertas. Com estes aumentara o numero e a frequência da procura de concessões, inclusive no interior do parque, como é o caso actual da Ilha de Meio.
4. A pressão e espaço de pesca no interior e nos limites do parque irão aumentar, não só pela pretensão em ocupar e explorar este espaço de pesca pelos pescadores de Canhabaque, como ainda devido ao aumento do esforço de pesca e o fraco equipamentos dos pescadores profissionais nacionais, facto que impossibilita a ocupação por estes, dos espaços reservados a pesca artesanal, isto entre a linha de Base e as doze (12) milhas náuticas.
5. Em relação aos pescadores nacionais pouco profissionalizados o espaço de pesca reduziu consideravelmente com a criação dos parques. Este facto teve impactos negativos sobre este grupo socio-profissional que se reduziu consideravelmente, sobretudo porque não dispõem de meios técnicos (pirogas, motores, equipamentos de segurança, radio, instrumentos de navegação, etc.)³¹ que os permite efectuar a pesca fora da linha de base. Com isso o rendimento dos centros de pesca (Uracane, Bubaque e Bolama³²), afectos a Direcção Geral do Fomento da Pesca Artesanal, compradora dos produtos de pesca, diminui consideravelmente, assim como das "bideras" (videiras). Os conflitos tornaram-se maiores com estes intervenientes da fileira pesca. A baixa provocada no

³¹ A filosofia presente do sector é o de substituir progressivamente os pescadores estrangeiros por nacionais e produzir para fornecer o mercado sub-regional, embora falte o suporte material e financeiro (sistemas de crédito especializados para o sector) para a sua implementação.

³² Prevê-se a construção de mais um centro na Ilha de Caravela.

fornecimento do mercado³³ tornou-se num argumento político principal contra os parques em geral. Prevê-se no entanto a modernização dos centros de pesca da região, acção para a qual a DGFP já dispõem de financiamento. Mas não são claros os contornos e as modalidades desta modernização. Facto que é de prever não só maior pressão para a abertura dos parques a pesca como ainda acções de promoção dos pescadores que implicará num aumento do esforço de pesca na Região Bolama-Bijagós.

4. Em geral relativamente as populações de Canhabaque as demandas em matéria de iniciativas de desenvolvimento em relação ao parque irão aumentar, sobretudo considerando o actual desengajamento do estado e o défice crónico das finanças públicas e a fraca disponibilidade de recursos financeiros disponíveis para outros intervenientes em especial as ONGS nacionais e locais. Apesar da vocação para a conservação, as responsabilidades em relação aos cumprimentos e /ou incumprimentos destas solicitações recairão em primeiro lugar sobre as estruturas do parque.

Os aspectos a gerir tornar-se-ão muito mais complexos no futuro, caso não forem progressivamente tomadas medidas adequadas monitoria, seguimento e gestão susceptíveis de acompanhar a evolução desta demanda de forma a construir e perspectivar na prática o seu futuro.

4.3. Conflitos Institucionais

Entre as várias estruturas de estado, ainda persistem, alguns conflitos institucionais, surgidos com a lei quadro das áreas protegidas e a criação do parque. Existe entre as leis vigentes uma sobreposição de competências, os quais devem ser resolvidos através de uma harmonização horizontal e vertical e com apoios de juristas e especialistas em legislação ambiental. Entre as várias instituições intervenientes na zona, uma definição de limites e de competências revelam-se necessárias, em geral para tornar mais eficiente a articulação e a coordenação entre estas e na perspectiva da consolidação das áreas protegidas. Estes são essencialmente

- a) Conflitos sobre a competência da fiscalização nos espaços marinho-aquáticos das áreas protegidas e entre as estruturas dos parques e a Fiscalização das Pescas, FISCAP.
- b) Conflitos entre a administração local e a estrutura dos parques, concernentes a coordenação das iniciativas de desenvolvimento e as concessões fundiárias; neste último aspecto persiste igualmente uma zona de penumbra com a Direcção Geral do Cadastro, do Ministério das Obras Públicas Construção e Urbanismo pela relutância em assumir os limites e a zonagem do parque e respectivos regulamentos nos processos de concessão e ou de licenciamento de operadores privados.
- c) Conflitos entre a estrutura dos parques e a Direcção Geral de Florestas e Caca, relativos a gestão da fauna, áreas florestais e recursos florestais nas zonas interiores aos parques. Esta direcção dispunha até um período recente de um departamento para a gestão das áreas protegidas.
- d) Conflitos entre a estrutura do parque e a Direcção Geral de Fomento da Pesca Artesanal em especial concernentes a filosofia e directrizes de desenvolvimento.

³³ Bubaque possuía cerca de 464 embarcações e produzia cerca de 5900 T por ano. Em geral cada embarcação produzia em média 260 kg por saída e realizavam anualmente cerca de 22 saídas. Actualmente esta situação tende a inverter-se, pela fuga de pescadores para Rubane muito mais próximas das zonas de pesca de Caravela.

A FISCAP não tem reconhecido os seus limites em termos de intervenção nas áreas protegidas. Os procedimentos de apreensão, assim como as multas divergem, e não é claro que estrutura deve gerir não ó as multas como os espólios da fiscalização, pelo que há necessidade de uniformização de regulamento e definição clara de limites de competência em relação aos parques.

Enquanto que as leis e regulamentos de pesca asseguram protecção de espécies ameaçadas e reconhecem as áreas protegidas, na prática a actuação do sector tem sido de promover a produção sem reconhecer os limites desta. Este é o caso por exemplo a aquisição e venda de redes de monofilamento, embora este tipo de arte esteja proibida em toda a sub-região. A necessidade de harmonizar a intervenção entre estes dois sectores isto é o ambiente e as áreas protegidas.

No quadro d consolidação do parque estes conflitos devem ser solucionados, para que o ambiente institucional seja propicio e favorável a persecução dos objectivos gerais de sua criação.

4.4. Potencialidades e Limitações na Gestão do Parque

A vantagem do PNMJVP advém do facto de, contrariamente aos outros parques, não ter uma propriamente um população permanente no seu interior. Até aqui este facto diminui consideravelmente a pressão relativa a capacidade de gestão da estrutura do parque. Mas este facto tende a mudar e com uma agravante, devido ao facto deste parque não dispor propriamente de um zona de transição.

No entanto como as outras áreas protegidas os meios humanos, materiais e financeiros postos a disposição do parque são muito reduzidos em relação as necessidades de uma gestão mais efectiva do parque. Esta situação é agravada pela sua localização e insularidade, que potencializam a demanda no ponto de vista logístico e provocam enorme custos. Aos custos logísticos para sustentar a estrutura se acresce o custo para a fazer funcionar de forma a cobrir as ilhas do parque, em geral muito afastadas uma da outra. A dispersão de esforços e os custos são ainda maiores quando se considera as necessidades de intervenção nas tabancas proprietárias e em geral em Canhabaque. Estas dificuldades são ainda acrescidas pela deficiente organização da logística e a fraca articulação com as estruturas da Reserva da Biosfera sediadas em Bubaque.

Em resumo há uma descentralização em termos de programação e implementação de actividades que não é acompanhada com uma adequada descentralização de recursos. O parque não tem financiamento próprio e nem dispõem destes de forma autónoma. Em geral a disponibilização destes nem sempre são ritmados com as necessidades objectivas de funcionamento dos parques e nem sempre permitem fazer uma cobertura efectiva das necessidades, o que cria muita abertura a situações de improvisação.

A articulação com a estrutura da Reserva da Biosfera carece de melhorias substancias inclusive para consubstanciar o facto de ser uma das suas zonas centrais. Alem do mais a utilização da Casa do Ambiente como uma estrutura mas alargada de concentração regional e da RB, e a criação do observatórios da reserva da Biosfera, facilitariam o desenvolvimento das acções no exterior do parque, sobretudo as de caracter publico, as de logística e as de concertação com outras unidades de conservação no interior da reserva da Biosfera. A não existência desta articulação tem contribuído para aumentar os custos de funcionamento do parque, em especial os custos logísticos.

As estruturas do parque deverão concentrar os seus trabalhos nos aspectos ligados a conservação, isto é mesmo em Canhabaque a sua actividade deve limitar-se, em especial, as acções de conservação da "cabra-de-mato", do "santcho", du Papagaio e de algumas manchas de floresta húmidas.

A acções de desenvolvida implementadas ou a implementar em Canhabaque poderiam ser assumidas directamente pela Reserva da Biosfera, naturalmente que em articulação com as estruturas do parque, não só tornaria estas mais efectivas, como possibilitariam um envolvimento mais integrado, considerando a ilha como um todo. Nestas condições, a estrutura do parque se concentraria, estrategicamente, nas acções a desenvolver no interior do parque e nas acções de conservação.

O parque não tem propriamente uma equipe técnica e científica. Toda a actividade técnica e científica é acumulada pelo Director do parque o qual tem ainda a seu cargo a organização dos aspectos administrativos e logísticos do parque, o que torna a sua prestação muito deficitária, face as necessidades de gestão cada vez mais complexas do parque. Apesar do grande conhecimento que tem sobre o parque, produto de longos anos de trabalho na reserva da Biosfera e no parque, o envolvimento de uma equipe técnica e científica mais multidisciplinar torna-se pertinente e necessária. Por exemplo quase não existe um seguimento da actividades da população no interior do parque.

O numero de guardas é insuficiente e a sua concentração na sede do parque e as dificuldades de ordem logística, tornam a sua actuação pouco efectiva. Em geral devido aos inventários de tartaruga marinha é assegurada sobretudo nas chuvas uma permanência mais regular na zona central do parque. Esta equipe deveria ser reforçada e treinada para assumir as acções de seguimento e fiscalização mais efectiva no interior do parque, inclusive na sua parte terrestre. Esta fraca actividade de seguimento e monitoria da parte terrestre foi indirectamente confirmado pelas constatações efectuadas no terreno.

Uma carta autonomia financeira e logística poderiam contribuir para o aumento da efectividade no que concerne a execução dos seus programas de actividade. Estes pressupõe igualmente uma melhoria considerável do equipamento, meios de transporte e melhoria geral das infra-estruturas do parque. Dado ao seu isolamento um sistema eficiente de comunicação deve ser montado inclusive para as acções de urgência. Neste particular é de salientar a melhoria das condições e capacidade de estocagem de combustíveis e lubrificantes.

5. A ZONAGEM: AS ZONAS, SEUS LIMITES E AS DIRECTRIZES ESPECÍFICAS DE CONSERVAÇÃO

5.1. Critério de Zonagem

Com as Zonagem se estabelecem as zonas que pelas suas características, similitudes e unicidade demandam as mesmas medidas de conservação e por conseguinte as mesmas disponibilidades regulamentares.

A limitação destas zonas foi efectuada na base, entre outros, dos critérios seguintes:

- índices diversos reflectindo a importância relativa das diferentes espécies e da biodiversidade presentes nas diferentes zonas do parque;
- zonas críticas para a sobrevivência das espécies presentes no interior do parque em especial das tartarugas marinhas e espécies de avifauna;
- grau de sensibilidade e fragilidade de algumas zonas;
- zonas e ilhéu sagrados, ilhéus desabitados etc., isto é, foram incluídos os elementos de uma Zonagem tradicional anteriormente existentes e praticados pela população Bijagó;
- zonas de usos tradicionais temporários da população local;

O conhecimento que se tem actualmente sobre a área, permite propor outras zonas sobretudo considerando alguns aspectos específicos de conservação cuja actualização se tornam necessárias.

5.2. As Zonas: as Categorias de Gestão

Mapa seguinte (ver pag. 61) mostra a Zonagem do parque. Esta é, em geral, actual. Ela é um decalque da efectuada para esta área no quadro da reserva da Biosfera, isto é, como uma das suas zonas centrais. Por não incluir população residente, este parque tem particularidade de ser constituída por duas zonas: a zona central e a zona tampão.

5.2.1. Zona Central

A Zona central inclui entre outro o entorno marinho- aquático de Poilão estendendo-se em quase toda a zona rasa, até a parte Sul das Ilhas de Meio e Cavalos e incluindo os Baixios das Gaivotas, muito importante na alimentação da avifauna³⁴. Esta zona central é também considerada zona de protecção integral e na qual se inclui ainda um santuários e uma zona sagrada respectivamente o santuário das tartarugas marinhas da Ilha de Poilão e zona sagrada de iniciação e intronação dos reis de Ambeno. Pelo facto é permitido o acesso a ilha as pessoas participando nestas cerimónias normalmente não excedendo 10 pessoas. Nos regulamentos consta os níveis de restrições, isto é em geral o acesso a ilha que só é possível para turistas e não deve exceder a 5 pessoas por semana e investigadores. Poilão é igualmente uma zona sagrada interdita a todos os

³⁴ No passado recente existiu nestes bancos uma colónia de nidificação que desapareceu com a erosão do banco onde se localizava.

não iniciados na tabanca da Ambeno sua proprietária tradicional. Toda a zona central é uma zona de não pesca.

Estas interdições devem permanecer e a monitoria e o seguimento devem ser mais permanente, pois que se constata que a zona é regularmente visitada por turistas e pescadores sem autorização e conhecimento do parque.

Não existindo estudos mais aprofundados concernentes sobretudo as zonas de acasalamento e de alimentação torna-se difícil efectuar propostas de alteração sobre esta área. No entanto caso os trabalhos de monitoria confirmarem a importância da colónia de nidificação da avifauna a Sul da ilha de Cavalos, a importância das Ilhas das Cabras e Aweto como zona de desova das Tartarugas-marinhas, assim como das zonas assinaladas para a monitoria de papagaios, recomenda-se a inclusão destas nas zonas centrais do parque. Igualmente importante nestas perspectiva é toda a zona Húmida localizada a Nordeste da Ilha de Cavalos, em tono da qual existe um maciço considerável de Mangal e em bom estado de conservação, assim como as manchas de florestas húmidas bem conservadas. Pelo facto, é imprescindível efectuar uma avaliação sobre a importância da Ilha de Cavalos e Aweto em termos de desova de tartarugas marinhas, par a sua inclusão na zona central. Caso as subidas sejam consideráveis, isto é superiores as restantes ilhas do arquipélago (a excepção de Poilão).

É igualmente importante a manutenção da zona Sul da Ilha de Cavalos como uma Zona de Recuperação, para avaliar a sua importância como zona de nidificação das aves, isto é, para confirmar ou infirmar a sua inclusão na zona central.

Esta Zona Central é igualmente uma zona de “não pesca” (incluindo a pesca desportiva) com possibilidades de visitas (sobretudo em relação a Ilha de Poilão) muito restritas de acordo com a regulamentação. Este estatuto deve ser mantido e fiscalização, assim como a monitoria e o seguimento das disponibilidades fixadas no regulamento devem ser estritamente implementadas e observadas.

5.2.2. Zona Tampão

É a zona destinada a proteger as zonas centrais e a amenizar o efeito das actividades potencialmente impactantes desenvolvidas no exterior do parque. Esta contorna e envolve a zona central estende-se dos limites das zonas centrais até aos limites exteriores do parque. Nela são incluídas as partes terrestres das demais ilhas e os baixios situados respectivamente a sua volta, incluindo a parte Sul dos Bancos de Oliveira Musante, localizados à Norte da Ilha de João Vieira. Esta zona para além do seu valor paisagístico, inclui as Zonas de Cerimonias presentes nestas ilhas cujo estatuto é especial, manchas de vegetação sub-húmidas, algumas áreas importantes como dormitório de aves, zonas de reprodução e alimentação dos papagaios, assim como a áreas de banco muito importante na alimentação da avifauna, reprodução de moluscos e crustáceos. Salientam-se ainda na sua parte aquática para além de alguns baixios zonas de fundo rochoso muito importantes como nichos ecológicos para a reprodução de espécies haliêuticas de grande valor comercial.

A pesca é controlada e exclusivamente destinada a subsistência das pessoas acampadas temporariamente nestas ilhas e a pesca desportiva devidamente autorizada, pelo que acampamentos de pesca e utilização de artes e métodos de pesca contrários aos objectivos de conservação desta zona são interditas. Nela são permitidas a pesca desportiva exclusivamente nas condições fixadas pelos regulamentos. A actividade de caca é completamente interdita. Mas a observância destas disposições regulamentares são frequentemente

infringidas, pelo que se reclama, medidas mais eficientes de monitoria e seguimento, assim como de fiscalização da estrutura do parque.

Salienta-se que os usos actuais da população a excepção dos usos cerimoniais se concentra nesta zona. Mas por ser uma zona tampão não deve ser permitida a instalação de qualquer acampamento turístico, como a expansão das existentes. Usos tradicionais da população são permitidos, mas urge efectuar uma monitoria e um seguimento mais apertado destas actividades, inclusive estabelecendo mecanismos de licenciamento com participação das comunidades envolvidas de acordo com as disponibilidades da Lei Quadro das Áreas Protegidas³⁵. Da mesma forma deve ser controlada as entradas no parque, mesmo para pessoas originárias das ilhas proprietárias, com as quais trabalhos de educação e sensibilização ambiental deverão ser efectuados de forma explicar e esclarecer os regulamentos do parque, isto é, sobretudo, as interdições, as infracções e as respectivas penalidade. Neste particular uma atenção especial deve ser dada a questão da expansão do “umpa-pam”, a captura clandestinas de papagaios e tartarugas marinhas a colecta de ovos de tartarugas marinhas e a pesca com artes proibidas. Igualmente importante, no quadro da conservação do espaço marinho-aquático desta zona, é o recenseamento e a formação dos marinheiros e acompanhantes das actividades de pesca amadora nos mesmos moldes do que o proposto para o Parque Nacional de Orango.

Normas específicas devem ser estabelecidas para limitar o potencial impactante das infra-estruturas turísticas, sobretudo concernentes a quotas de visitas, produção e consumo de água, instalação e manutenção de equipamentos de produção de energia, zonas de estacionamento e a manutenção de embarcações, tratamento das águas usadas e do lixo. Uma atenção especial deve ser concedido ao condicionamento e tratamento de combustíveis, lubrificantes, óleos usados e produtos químicos de manutenção das embarcações (tintas, vernizes e anti-fouling). No caso de turistas, recomenda-se que as suas visitas, sejam condicionadas a um acompanhamento permanente do pessoal do parque, que os deve servir de guia.

Considerando as pressões existentes o caso particular das concessões de terra, deve ser tratado de forma especial neste parque, isto considerando não haver propriamente uma zona de transição em que estas seriam possíveis e o facto de todas as ilhas incluírem zonas sagradas. Nessa perspectiva deve ser previsto, em geral, um processo de negociação para as tabancas concernentes, a administração local, o serviço de cadastro e a Direcção geral do Turismo, a fixar num acordo restringindo de forma exclusiva, a concessões de terras no interior deste parque.

Em geral as áreas sagradas localizadas nesta zona uma vez devidamente limitadas devem ser consideradas zonas centrais, com estatutos especiais dado ao facto de nele serem permitidas o acesso da população das ilhas proprietárias para efeitos de cerimoniais. Estas áreas devem ser devidamente limitadas com a colaboração dos demais interessados, isto é, os “garandis” das tabancas proprietárias. Os seus limites devem estar devidamente definidos no terreno e nos mapas de Zonagem e as disposições tradicionais ligadas ao seu acesso e uso, devem constar nos regulamentos do parque.

5.2.2.1. Alargamento Periódico e Temporário da Zona Tampão

Dentro dos limites deste parque não existem propriamente zonas de transição, facto a tomar em consideração na política de gestão do parque. Pelo facto há que considerar medidas complementares destinada a atenuar este facto. É por isso que se re-activa a proposta, anteriormente prevista no quadro da Zonagem da reserva da Biosfera, de se ampliar a zona tampão, nas chuvas, a área marinho aquática imediata, localizada ente o PNJVP e o PNO. A ideia desta zona do alargamento desta zona, prende-se com a necessidade de estabelecer

³⁵ Ver Artigo 29º e 31º da Lei Quadro das Áreas Protegidas.

um corredor ente estes dois parques, sobretudo para a protecção das Tartarugas Verdes, no período das Chuvas. Neste período verifica-se uma maior concentração desta espécie em torno da Ilha de Poilão e nos corredores de migração e nas suas zonas de alimentação e acasalamento no interior do arquipélago. Os ensaios efectuados com emissores, embora que em numero muito reduzido, validam parcialmente a instalação deste corredor, uma vez que as tartarugas marcada voltam a entrar no interior do Arquipélago, antes de iniciarem a sua emigração para o Norte. Nesta zona, um esforço deve ser efectuado no sentido de restringir a utilização de artes depredadoras de tartarugas marinhas, sobretudo no período das chuvas, devido a concentração de grande numero de fêmeas ao longo destes corredor, nas suas deslocações a para as aguas próximas dos seus locais de desova, situados no interior do parque.

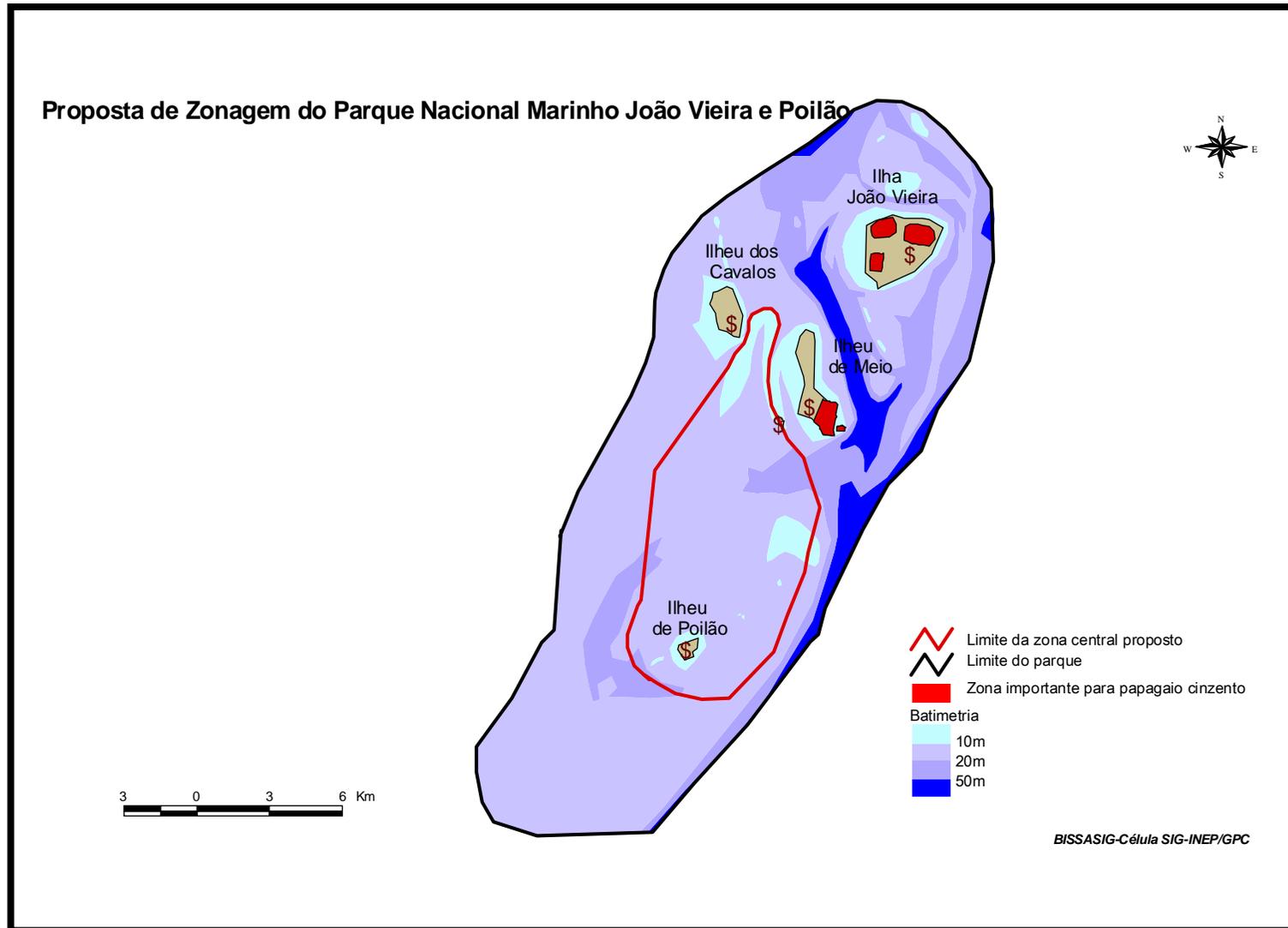
5.2.2.1. Possibilidade Temporárias de Pesca

Face a pressão actualmente existente para o acesso de pescadores as aguas do parque, recomenda-se que sejam efectuados estudos e avaliações tendentes a aberturas periódicas mais regulamentadas dos espaços de pesca no da Zona Tampão. Esta actividade poderia ser aqui essencialmente direccionada a pesca a linha, a pesca das "sareias" e das "tainhas", mas em períodos bem determinados. Um processo de licenciamento especifico, com base em cotas (numero de pescadores e de embarcações, quantidade de capturas por especie) e zonas de pesca bem definidos e uma fiscalização mais estrita poderá ser estabelecida para esse efeito. Esta poderá ser uma disposição transitória, até que as condições optimais sejam criados, para que os pescadores profissionais, sejam devidamente capacitados para pescarem fora da linha de base.

5.2.3. Zona de Recuperação

A parte Sul da Ilha de Cavalos carece de medidas de Monitoria e Seguimento especiais tendo em vista o restabelecimento da colónia de nidificação até aqui assinalada nesta ilha. Este estatuto de **zona de recuperação** - que em geral não é um estatuto definitivo, considerando o processo particular que se pretende imprimir neste espaço bem definido e os resultados que se pretende atingir com a sua criação -, se bem que temporário, poderia evoluir no sentido da inclusão desta colónia de nidificação na zona central caso a sua importância como zona critica de reprodução da avifauna aquática vier a ser confirmada pelos trabalhos de monitoria e seguimento.

Da mesma forma, algumas manchas de floresta húmida sobretudo nas Ilhas de Meio, João Vieira e Cavalos, poderiam ser incluídos de forma temporária neste estatuto, até que, uma avaliação do seu potencial ecológico possa confirmar ou infirmar a sua inclusão na sua zona central.



Mapa 16: Zonagem do PNJVP

6. PLANO DE GESTÃO - OBJECTIVOS E POLÍTICA DE GESTÃO

6.1. Programas Operativos Específicos

Os objectivos e as políticas de gestão no PNMJVP são traduzidos em programas operativos específicos, apresentados nas alíneas seguintes como subcomponentes do Plano de Gestão.

6.1.1. Subcomponente Protecção e Gestão dos Recursos Naturais

A medidas de gestão desta sub-componente deve orientar-se sobretudo na protecção dos atributos ecológicos e ambientais que estiveram na base da criação do PNMJVP. Neste quadro é privilegiado sobretudo a conservação e a protecção *in situ* dos recursos ecológicos e ambientais do PNMJVP.

6.1.1.1. *Protecção e Gestão das Zonas e Ilhas Sagradas (Florestas Sagradas)*

As áreas sagradas no interior do limite do parque são muito importantes para a reprodução sócio-religiosa das população Bijagó de Canhabaque. Estas reflectem a profundidade da relação destas populações com as ilhas do parque, o que em parte, contribui para a preservação e a manutenção dos atributos ambientais e ecológicos do perímetro do parque. O respeito destas áreas pelo parque, assim como das regras tradicionais a elas inerentes, são reconhecidas pelo Artigo 38 da lei quadro das áreas protegidas. A banalização desta relação ou o seu desrespeito, poderão por em questão os equilíbrios sociais até aqui mantidos no interior de Canhabaque e que, em consequência, terá impactos sobre os atributos acima referidos assim como sobre o relacionamento da população de Canhabaque, em especial dos seus "garandis" com a estrutura do parque. Pelo facto torna-se pertinente que o parque ó parque apoio a preservação destas áreas, reconhecendo estas praticas sócio-religiosas e inclusive, apoiando material e financeiramente, a sua realização como forma de as manter activa e fazer perdurar no espaço e no tempo.

Recomenda-se neste quadro que estas áreas e os seus entornos sejam devidamente delimitados e assinalados no terreno e nos mapas de Zonagem e que as regras tradicionais a elas inerentes sejam incluídos nas disposições regulamentares do Parque. Estas disposições devem ser considerados e implementados pela de forma efectiva pela estrutura do parque.

6.1.1.2. *Protecção e Gestão das Tartarugas Marinhas*

Para o caso de Poilão existe um sistema montado de monitoria e seguimento, mas que nem sempre é regularmente executado devido ao défice de meios logísticos. Esta consiste na permanência em Poilão de dois dias por semana, para fiscalização e inventariação e contagem das tartarugas marinhas.

Este sistema de ser mantido e a sua efectividade deve ser aumentada através da supressão dos problemas logísticos que o afectam. Este mesmo sistema deve ser progressivamente estabelecido em Cabras e Aweto, caso se confirme a importância destas como zona critica para as tartarugas marinhas. É importante estabelecer e realizar campanhas sistemáticas nestas três ilhas, a médio prazo (3 a 5 anos) de forma a ter uma ideia mais realistas sobre a população e sobretudo sobre as fêmeas em idade de reprodução. Na praia das outras ilhas do parque as acções de inventariação de praias devem ser periódicas mais rotineiras, inclusive para dissuadir a colecta de ovos e capturas nas praias. Todas estas acções de inventariação devem

ser sistematizados num banco de dados permitindo uma avaliação de médio a longo prazo da situação das tartarugas marinhas no interior do parque.

A depredação de ninhos e ovos na ilha de Poilão deve merecer no futuro uma atenção muito especial. Alternativas devem ser procuradas para diminuir os níveis de depredação dos ninhos causados entre outros pela densidade de subidas, assim como eventuais possibilidades de “colonização” futura das outras ilhas, através da transladação de ovos de uma ilha para outra e construção de “ninhos artificiais” na ilha de Poilão, para a recepção de ovos extraídos nas zonas de maior densidade de subidas.

É necessário melhorar o conhecimento das rotas de migração e da existência de campos submersos na zona. A melhoria do conhecimento sobre estes permitira aumentar a efectividade da gestão das Tartarugas Marinhas através de medidas complementares, para a protecção destes campos submersos como para a protecção das tartarugas marinhas nos períodos de migração dentro do arquipélago;

Atenção especial deve ser dada a fiscalização pesqueira nas águas do parque, em especial a utilização de redes de grande tamanho e par a pesca do tubarão nos limites do parque e nas zona de transição adjacente entre o parque e o complexo de Orango

6.1.1.3. Protecção e Gestão da População do Papagaio-cinzento

Esta espécie que é ameaçada deve merecer uma atenção especial de conservação no interior do parque. Algumas áreas de Canhabaque, João Vieira, Meio e Cabras já foram identificadas como críticas para esta espécie, pelo que devem estar sujeitas a medidas de protecção. No entanto o processo de identificação deve ser mais elaborado e sistematizado e expandido a toda a extensão das ilhas do parque.

É necessário avaliar a pressão exercida sobre os papagaios em especial em termos de captura e de destruição e fragmentação do seus habitats. A pressão poderá ser pouco visível e mensurável caso os inventários sejam feitos de forma pontual. Estes em geral devem ser efectuados em períodos suficientemente longos de forma permitir analisar as tendências existentes.

Acção de monitoria e seguimento desta espécie deve ser uma actividade de rotina dos guardas parques. Esta deve ter por base a expansão do numero de pontos de contagem existentes em Meio, Cavalos, João Vieira, Cabras e Poilão, a identificação de ninhos, períodos de desova e eclosão e a contagem propriamente dita. Esta acção deverá permitir identificar as zonas principais de nidificação, de repouso e de alimentação. Estas zonas devem ser progressivamente inseridas na zonagem agro-ecológica acima referida, ao menos para proteger as manchas florestais contra actividades susceptíveis de provocar a sua degradação, mesmo fragmentação ou o desaparecimento das espécies florísticas utilizadas pelos papagaios para alimentação ou construção de ninhos.

Esta acção em geral poderá efectuar na base dos procedimentos propostos para o PNO isto é:

1. Identificação, educação e sensibilização de Caçadores e potenciais caçadores de papagaio;
2. Constituição e formação de uma equipe de colaboradores (incluindo os caçadores interessados);
3. Actualização e estabelecimento de uma metodologia de inventariação;

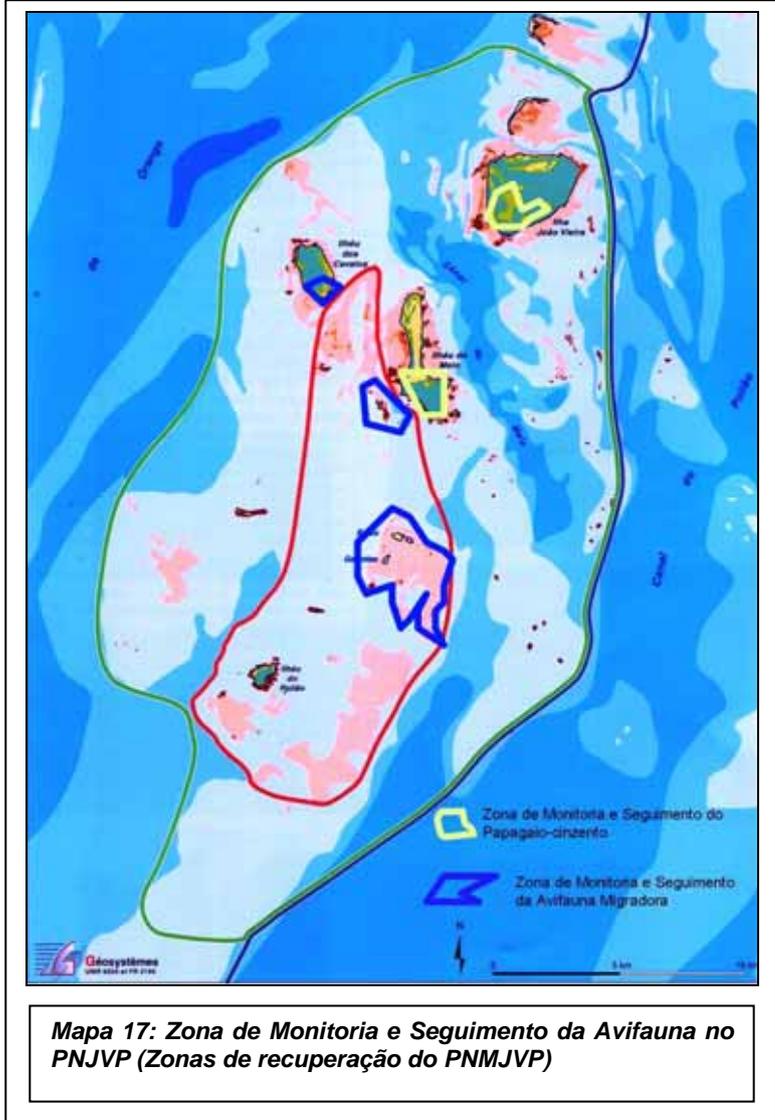
4. Continuação do inventários dos sítios de nidificação, reprodução e de alimentação;
5. Estabelecimento do Sistema de Monitoria e Seguimento;
6. Publicação dos resultados;

Os resultados deverão permitir o estabelecimento de Zonas de Protecção do Papagaio os quais deverão incluir as zonas mais importantes de nidificação, alimentação e repouso assim como corredores permitindo a ligação entre estas zonas protegidos contra a degradação e fragmentação geralmente causadas pelas queimadas e desbravamentos no quadro do ciclo do umpam-pam. Estas áreas devem ser consideradas no âmbito da zonagem agro-ecológica acima propostas. Igualmente devem merecer acções de fiscalização mais intensa nos período de permanência das populações nas ilhas do parque e nos períodos de reprodução, complementadas com acções de sensibilização e educação ambiental. As acções de fiscalização frequentes podem ter efeitos de dissuasão e devem igualmente ser efectuadas no momento de entrada e saída das pessoas no interior do parque.

6.1.1.4. Protecção e Gestão da Avifauna Migradora

Algumas acções são desenvolvidas neste domínio da gestão da avifauna, mas que deve ser mais especializada através da formação de alguns guarda-parques. Esta acção deve concentrar-se sobretudo em torno de quatro eixos principais:

1. Inventariação das espécies presentes (inclusive de espécies tropicais e/ou locais) e contagem nas zonas de alimentação ou de concentração sobretudo ao nível dos Baixos das Gaivotas e de Oliveira Musante e ao longo dos bancos no interior do parque. Resta a determinar alguns pontos suplementares para as actividade de rotineiras de contagem;
2. Monitoria e seguimento das colónias de nidificação presentes no parque em especial a do Sul da Ilha de Cabras referida mais acima;
3. Monitoria e seguimento das zonas de dormitório;



4. Fiscalização das actividades de caça de aves no interior do parque.

Estudos do impacto da população de porcos selvagens sobre a colónia de nidificação a Sul da Ilha de Cavalos é pertinente, para avaliar a necessidades de implantação de medidas de controle da sua população. Igualmente importante é a avaliação da importância da zona húmida a Nordeste da Ilha de Cavalos para a avifauna. Monitoria e seguimento adequado devem ser estabelecidos em relação as colónias de nidificação, pois que, perturbações mínimas podem causar o seu abandono pelas aves nidificadoras.

É imperativo que os guardas envolvidos estejam devidamente formados e equipados para esta actividades, sobretudo com material de Campo (Binóculos Telescópio e Guia de Campo das Aves). Igualmente o domínio de informática é pertinente para possibilitar e a manutenção e a alimentação de um banco de dados para o efeito de seguimento de longo prazo.

Armas de fogo assim como as demais disponibilidades regulamentares inerentes a protecção da avifauna devem ser efectivamente implementadas.

6.1.1.5. Protecção e Gestão da Fauna Marinha e da Ictiofauna

A área é conhecida tradicionalmente pelo seu potencial de produção em biomassa e em especial na reprodução e recrutamento de espécies haliêuticas de grande valor comercial, facto que deve ser aprofundado por estudos específicos e acções de monitoria e seguimento, cujos resultados poderão ajudar a determinas as medidas de protecção mais adequadas e apropriadas para a ictiofauna.

Estas acções de protecção não podem ser dissociadas da protecção das Tartarugas-marinhas, mas igualmente, devem destinar-se a reforças a as funções e as atribuições da área como um parque marinho, isto é, ser uma zona de recrutamento e de ponto de partida da irradiação das espécies presentes, para o povoamento das áreas imediatas e de todo o espaço marinho-aquático do arquipélago e da sub-região.

6.1.1.6. Protecção e Gestão das Demais Espécies Ameaçadas

O parque no seu todo deverá garantir a protecção das espécies presentes no seu interior e especial das espécies ameaçadas a exemplo do manatim, do crocodilo, das tartarugas-de-agua-doce, etc. As espécies presentes devem ter as condições de protecção necessária para se constituírem em populações viáveis no interior do parque. Um esforço adequado se revela necessário para conhecer melhor as populações destas espécies, os seus hábitos e em especial as suas zonas críticas, de forma a estabelecer os mecanismos mais adequados de protecção e conservação quer no interior como nos limites imediatos do parque como no interior da Reserva da Biosfera.

6.1.1.7. Protecção das Manchas de Floresta Húmidas

Uma atenção especial deve ser dado a parte terrestre deste parque e em especial as manchas de florestas húmidas, ainda nelas presentes, pela variedade de espécies floristas que apresentam e pela importância destas nos hábitos de algumas espécies animais presentes no interior do parque. A composição florísticas destas manchas são parcialmente conhecidas, pelo que um esforço suplementar deve ser efectuado para o aumento do conhecimento das espécies florísticas e faunísticas nelas presentes. Algumas destas manchas tem uma importância suplementar por fazerem partes das áreas sagradas (Matos Sagrados) das tabancas

proprietárias tradicionais da ilha do parque. Nelas o abate de árvores - sobretudo para construção de canoas -, a desmatção e as queimadas devem ser devidamente geridas. Necessidade de acções de repovoamento destas áreas com algumas espécies florísticas em desaparecimento ou mais ameaçadas devem ser avaliadas.

6.1.1.8. Desenvolvimento de Acções de Restauração Ecológica

a) - Recuperação da colónia de nidificação do Sul da Ilha de Meio

A zona Sul da Ilha de Cavalos foi até aqui considerada como uma colónia de nidificação muito importante. Visitas de terreno demonstraram que eventualmente está em curso a perda desta função como zona crítica para a avifauna. Provavelmente o aumento da população de porcos selvagens, a presença mais frequente de pessoas ou mesmo a actividade de caca poderão estar na origem desta perda de valor. Pelo facto recomenda-se a transformação da área numa zona de recuperação e que um sistema de monitoria e seguimento seja estabelecido para esta área, no sentido de avaliar as causas desta situação e se determinar o tipo de medidas destinadas a recuperar a função anterior da área em questão.

Esta acção pressupõe uma avaliação da população dos porcos na ilha e seus impactos na depredação de ninhos. Caso os níveis de depredação justificarem, medidas de regulação da população de porcos poderão ser estabelecidas em colaboração com os "garandis" da tabanca proprietária sem implicar no entanto utilização de armas de fogo. Recomenda-se que esta actividade de regulação seja estabelecida em base de concursos premiados de apanha de porcos, na qual se avaliara a destreza dos jovens, mas ao mesmo tempo, se redistribui o produtos (porcos apanhados) não só na tabanca proprietária mas também em outras tabancas de Canhabaque.

b) – Recuperação das zonas de florestas densas (sub-húmidas) de João Vieira e Meio

As zonas de floresta densa parecem ser restos das florestas originais da costa da Guiné Bissau, encontrando ainda algumas manchas bem preservada nas Ilhas de João Vieira e Meio, apesar de em geral se apresentarem degradadas e fragmentadas devido as queimadas frequentes e periódicas efectuadas no quadro do ciclo do umpam-pam. Além de valor próprio, constitui um elemento muito especial na paisagem destas duas ilhas. Iguamente são muito importantes, como zonas de nidificação e repouso do papagaio Cinzento.

Urge pois limitar algumas destas áreas e avaliar o seu potência de regeneração, tendo em vista não só a sua reconstituirão como também a sua preservação e a sua importância na conservação do papagaio cinzento e de demais espécies de aves afro-tropicais presentes no interior do parque.

6.1.2. Subcomponente Monitoria e Seguimento dos Recursos Naturais

Um sistema de Monitoria e Seguimento dos Parques deverá ser montado ao nível do IBAP, para dar seguimento as iniciativas neste quadro ao nível da Rede Nacional de Área Protegida. Tal sistema deve ser acoplado a mecanismos de alerta rápida e de reacção imediata as situações maiores de risco. Estes permitirão igualmente uniformizar metodologias assim como medidas e directrizes de gestão para o conjunto dos Parques Nacionais.

6.1.2.1. *Gestão, Monitoria e Seguimento dos Usos Agrícolas do Solo no Interior do Parque*

A actividade agrícola no interior do parque e em especial na Ilha de João Vieira atira cada vez mais um maior numero de pessoas, que cada vez mais com maior frequência e com estadias mais alongadas. Estas permanências são aproveitadas para o desenvolvimento de outras actividades como a exploração do palmar, colecta de frutas silvestres e em especial do Inhame. Mas é sobretudo o umpam-pam que está a ter efeitos maiores do sobre as manchas de florestas densas de João Vieira.

Até aqui esta actividade foi pouco monitorada, mas deve merecer uma atenção especial sobretudo considerando a tendência actual de expansão destas actividades e maior frequência e duração das populações no interior do parque. Esta acção pressupõe um melhor conhecimento da repartição de terras nas ilhas do parque, do ciclo do umpam-pam e das características das unidades familiares de exploração. Esta deve ter como finalidade estabelecer uma zonagem agro-ecológica das ilhas utilizadas para fins agrícolas e sobretudo controlar a expansão do umpam-pam e o estabelecimento eventual de plantações. A finalidade ultima é o de impossibilitar a criação de condições para uma permanência longa e definitiva isto é a sedentarização da população nas ilhas no interior do parque. Esta acção deve igualmente permitir planificar os usos de forma a que as áreas de floresta mais densas, assim como corredores possam ser preservados e sobretudo as áreas coincidentes com as zonas de nidificação, repouso e alimentação do papagaio cinzento e os dormitórios de outras espécies de aves.

Igualmente neste quadro é importante seguir e avaliar o impacto das queimadas inseridas no ciclo do umpam-pam sobre a vegetação natural. No processo de gestão dos usos agrícolas do solo a introdução de técnicas e métodos de queimadas são pertinente, sobretudo para reduzir o seu impacto sobre as floresta naturais. Igualmente pertinente é a interdição da introdução de novas espécies e inclusive o estabelecimento de plantações sobretudo do Cajú.

6.1.2.2. *Monitoria e Gestão das Actividades de Pesca no Interior do Parque*

A gestão das pescas no interior do parque só será efectiva no quadro da implementação de um conjunto de medidas complementares e integradas. Estas incluem entre outros:

- Reforço da fiscalização
- Sensibilização e divulgação sobre o regulamento do parque, as funções das áreas marinhas protegidas e de demais comportamentos para uma pesca sabia e responsável;
- Medidas de promoção da pesca artesanal fora dos limites do parque e o
- Envolvimento dos diferentes actores e interessados.

Algumas destas medidas devem ser implementadas pela estrutura do parque.

a) – Uma balizagem mínima e óptima para os limites e as zonas interiores do parque

O balizamento dos limites do parque poderia reduzir o esforço actual de fiscalização das pescas no interior do parque. A falta de balizamento dos limites do parque e das zonas é fonte de conflito permanente com pescadores e operadores turísticos. Dado a grande dificuldade implantação de estruturas de balizamento das zonas (custos elevados de aquisição e instalação), recomenda-se ao menos que estruturas mínimas de sinalização da existência do parque fossem instalados nos lugares seguintes: Ilha de Poilão, bancos de Pedra a Oeste de Cavalos, referenciando a zona central, o ultimo banco do Baixios de Oliveira Musante, os Baixios

das Gaivotas. As experiências em matéria de Balizamento do Parque de Urok poderiam ser aqui valorizadas, no sentido de a médio prazo, balizar os limites do parque e as zonas de forma mais precisa. Mais o mais importante é neste quadro a formação dos utilizadores da área sobretudo marinheiros, acompanhantes da pesca amadora, operadores turísticos sobre as zonas, os seus limites e sobre as restrições sobre cada uma delas fixadas no regulamento do parque. Em geral um trabalho de educação e sensibilização sobre o regulamento do parque e sobre estas zonas é absolutamente necessário.

b) – Reforço das acções de fiscalização no interior do Parque

Estas acções não devem incluir unicamente a fiscalização marítima mas também, a fiscalização em terra. Pois que, muitos pescadores actuam a partir de acampamentos instalados nas matas das ilhas do parque. A fiscalização em terra poderá ser mais efectiva com o estabelecimento de postos de guarda bem equipados e observatórios, localizados estrategicamente, nas ilhas mais frequentadas pela população, assim como, o condicionamento do acesso as ilhas a obtenção de licencias, processo no qual, se esclareceria aos beneficiários os direitos e deveres a considerar no interior do Parque.

c) – Gestão de actividade de colecta de moluscos no interior do parque

Não se conhece o potencial, a disponibilidade e nem tão o nível de pressão que é exercida com a actividade de colecta de moluscos no interior do parque. Estudos básicos sobre as espécies presentes, a sua biomassa e produção são as condição básicas para a implementação de acções de gestão deste recurso. Este deve completar-se com recenseamento e inventariação do numero de colectoras, zonas de colecta e produção conseguida e a avaliação progressiva dos impactos desta actividade, nas respectivas zonas de colecta. Esta avaliação deve ser de médio a longo prazo. Um programa de gestão desta actividade poderá ser estabelecido na base dos seus resultados, permitindo estabelecer zonas periódicas de exploração, cotas e períodos de exploração a respeitar por cada zona, assim como os períodos de defeso.

d) – Controle e gestão da actividade de pesca da população das tabancas proprietárias

Esta acção de gestão tem como finalidade o de manter a pesca limitadas a zona tampão (isto é de pesca controlada) nos níveis aceitáveis estabelecido pêlos regulamentos do parque. Ela terá em vista o desmantelamento de acampamentos de pesca mesmo de originários das tabancas proprietárias, o controle de artes e técnicas não permitidas. Esta acção deve ser acompanhada com um recenseamento de pescadores tradicionais e artes de pesca introduzidos no perímetro do parque. Poderá igualmente envolver a substituição das redes de artes de pesca (ex.: redes monofilamento, rede de tubarão, redes de primeira, armadilhas, etc.) inadequadas aos objectivos de conservação do parque. Implicará igualmente acções de fiscalização e controle mais efectivas no interior do perímetro do parque, isto é nas suas zonas marinho-aquáticas e nas praias das ilhas do parque, os quais devem ser actividades rotineiras dos guarda-parques. Esta é a complementar com acções de educação e sensibilização para uma pesca mais sã responsável no interior do parque.

e) – Abertura de uma zona de pesca controlada em função dos resultados de pesquisa

Caso estudos vieram a confirmar a não existência de impactos significativos da actividade de pesca e artes especificas sobre as tartarugas marinhas, recomenda-se a abertura de algumas áreas por períodos bem determinados, nas secas (período com menor concentração de tartarugas marinhas na área) para esta actividade: a área dos Baixios de Oliveira Musante, Os bancos e canais localizados a Sul de João Vieira e a

Leste do Canal de Meio até aos bancos de pedra situados a Leste dos Baixios das Gaivotas. Nestas poderiam ser autorizados de forma exclusiva a pesca a linha, as redes de tainha e sereia. O acesso seria na base de uma licença especial (de valor mais restritivo) para pescadores em geral e de cotas e licenças bonificadas para as tabancas de Canhabaque (em termos de número de pirogas licenciadas) e com potência do motor bem determinado e a conceder pelo parque, em períodos de pesca bem definidos e após uma fiscalização detalhada da embarcação, equipagem e artes embarcadas. Outros mecanismos de gestão poderão ser analisados em relação a esta possibilidade de acesso como a:



- imposição de licenças especiais muito mais onerosas que as licenças comumente concedidas para as áreas fora das AMP;
- imposição de um período de pesca que vão ao encontro dos principais objectivos de conservação do parque;
- imposição de potência bem definidas para os motores utilizados nesta actividade;
- imposição de artes de pesca mais adequados aos objectivos de conservação;
- estabelecimento de cotas, ou seja número de pescadores, de canoas, número de artes de pesca permitidos e fixação do volume a produzir em cada época de pesca;
- Cotas fixas por tabanca com licenças bonificadas.

Nestas as acção de fiscalização deve ser efectuada para cada saída e chegada a entrada e a saída do parque. A actividade

deve na sua totalidade ser monitorada e seguida, incluindo o recenseamento das capturas, da equipagem, das zonas de pesca e das capturas acidentais, dados que destinados a alimentar um banco de dados do sector no interior do parque. Estes destinam-se a avaliar o esforço de pesca e seus impactos sobre a biomassa. Os produtos poderão beneficiar de um selo especial do parque, confirmando a sua qualidade, ente outros, de produto ecológico. A zona central deverá permanecer uma zona de não pesca.

f) – Apoio e promoção da actividade de pesca

Esta acção destina-se a incitar os pescadores para a utilização de áreas de pesca fora dos limites dos parques e fora da linha de base. Para esse efeito os pescadores carecem de maior profissionalização, melhor técnicas e melhores equipamentos (artes, embarcações e equipamentos de segurança e de navegação). Tal apoio e

promoção poderá ser efectuada em base de acordos de principio de que uma vez beneficiários os pescadores prescindem de pescar nas águas interiores do Arquipélago. Tal programa poderá ser efectuada inicialmente numa base experimental e piloto com os pescadores de Canhabaque e em função dos resultados poderá ser expandido as outras ilhas do arquipélago. O objectivo desta acção seria essencialmente o de investir na capacidade dos pescadores e não no aumento da capacidade de fiscalização e nas restrições - que tem igualmente custos sociais.

g) – Monitoria e melhoria da gestão da pesca turística (pesca desportiva)

Há que organizar o processo de licenças para esta actividade. Esta acção destina-se em primeiro lugar a criar as condições para que a gestão da pesca turística seja efectuada pelas estruturas do parque. Pertinente é que as licenças para este tipo de actividades, sobretudo considerando a boa localização da sede, seja concedida directamente pelo parque sem intermediário. Estas devem ser efectuada através de cadernetas específicas, bem enumeradas e na qual seja possível, escrever o nome do beneficiário e o numero de uma peça de identidade, a identificação do bote e o acampamento em que se encontra a residir. A concessão desta deve ser efectuada, com explicação detalhada das zonas de pesca e de não pesca, assim como das disponibilidades regulamentares concernentes a esta actividade no interior do parque. Estas ultimas assim como um mapa da zonagem deverão ser facultados aos pescadores na altura da concessão da licença.

Igualmente importante é a formação dos marinheiros e acompanhantes dos pescadores. Neste particular um curso de formação deve ser estabelecido para estes antes do inicio da época de pesca, destinada a formação contendo entre outros o regulamento dos parques, as disponibilidades legais e regulamentares concernentes este tipo de actividades na reserva da Biosfera e nos Parques. Só os que absolveram esta formação e por conseguinte titulares de um cartão concedido na referida formação poderão efectuar o transporte e/ou acompanhar os pescadores no interior dos parques. Este cartão deve ser estabelecido de forma especifica para esse efeito. Esta disposição deverá constar na regulamentação sobre o exercício desta actividade no interior do parque. O parque poderá dispor neste particular de competência para apoiar os acampamentos na introdução de cartas e ou na programação destes limites nos aparelhos de navegação dos seus botes.

6.1.2.3. Melhoria das Ofertas e da Gestão do Turismo

As condições naturais são óptimas para o estabelecimento de ofertas turísticas com base no eco-turismo (observação da avifauna em especial das aves migradoras e do papagaio; visitaçao e descoberta). Mas faltam os meios materiais, humanos e financeiros para a criação das condições de base para o seu desenvolvimento. A resolução do problema de transporte e a melhoria da colaboração e cooperação com os dois operadores presentes em João Vieira poderiam igualmente contribuir para o seu desenvolvimento. Mas com estes, em geral persistem alguns conflitos que dificultam a boa coabitação. Este prende-se sobretudo com a relutância em reconhecer a autoridade do parque como estrutura de gestão, coordenação e fiscalização das actividades no interior do parque. Há igualmente uma certa dificuldade em fazer respeitar o regulamento do parque por estes operadores.

Há em geral a necessidade de estabelecimento de mecanismos mais efectivos de articulação dos trabalhos das AMP com os operadores turísticos, sobretudo em matéria de informação, ofertas eco-turísticas, etc. estes reconhecem em geral que a acção do parque, em especial a fiscalização das pescas, o selo da Reserva da Biosfera, são benéficos para as suas actividades. Outros quadros de colaboração poderão ser estabelecidos sobretudo na:

- No apoio e solução de problemas de segurança inclusive segurança de turistas;
- Solução definitiva dos compromissos negociados com a população através de estabelecimento de acordos definitivos com o apoio do parque;
- Sensibilização e educação ambiental dos turistas através de oferta de acções de interpretação ambiental, introdução sobre o parque e seus regulamentos;
- Produção e oferta de “souvenirs” do parque;
- Oferta de guias turísticos.

Há que melhorar o controle e a fiscalização das actividades destes operadores nos limites dos parques. Estas actividades carecem de normas precisas sobretudo as concernentes ao tratamento do lixo, consumo de água, tratamento de águas usadas, condicionamento e estocagem de combustível, lubrificantes e óleos usados e normas de instalação e funcionamento das unidades de produção de energia. Igualmente importante é a definição dos portos e sobretudo os locais de amarra das embarcações.

Um trabalho de recenseamento dos turistas deve ser efectuado, para se conhecer melhor, não só os mercados emissores como ainda, o numero, a origem e as características dos turistas, assim como as suas preferencias ou seja as suas demandas em matéria de produtos turísticos e conforto. Igualmente pertinente é o estabelecimento de mecanismos de controle e seguimento de turistas.

6.1.2.4. Recolha e Tratamento do Lixo nas Praias

Foram constatados problemas ligados a deposição de lixos transportados pelo mar incluindo redes, garrafas e vários outros objectos de proveniência desconhecida e que poluem as praias. Em alguns sectores destas praia, sobretudo nas proximidades de acampamentos são igualmente observados restos e carcaças de peixe, carapaças de tartarugas, etc. Acções regulares de limpeza e recolha de carapaças poderiam ser efectuados no quadro das acções de fiscalização de forma a manter as praias limpas desses objectos.

6.1.3. Subcomponente de Investigação e Cooperação Científica

6.1.3.1. Acções de Investigação

O desenvolvimento da componente de investigação pressupõe a criação de uma equipe técnico-científica mínima para o parque. Nesta um Biólogo Marinho, um Socio-economista, um Engenheiro florestal e um Ornitólogo nos parecem necessários para os trabalhos de investigação, monitoria e seguimento.

a) – Estudo socio-demográficos e socio-económicos ligados aos usos temporários dos recursos do parque

Para gerir melhor as pessoas no interior do parque há que conhecer melhor esse grupo de pessoas a sua origem, o seu numero e como estão organizados e quais as razões que o levam a imigrar periodicamente para o interior do parque, isto é qual a sua situação socio-económica na suas zonas de residência, isto é em Canhabaque. Igualmente importante é o conhecimento sobre a sua distribuição, os usos e as praticas que

desenvolvem no interior do parque e quais os impactos destes sobre os recursos e conseqüentemente sobre as medidas de conservação implementadas no parque. É pertinente conhecer a quantidade explorada e o valor destes recursos e sobretudo o valor que representam para as respectivas economias familiares. Igualmente importante é a avaliação dos impactos das práticas produtivas desta população no interior do parque, assim como de eventuais medidas mitigadoras e ou a oferta de programas alternativos.

b)- *Caracterização e dos principais elementos da paisagem e sobretudo dos ecossistemas básicos e principais do parque:*

Esta acção de pesquisa tem em vista melhorar o conhecimento básico sobre os ecossistemas terrestres e marinho-aquáticos do parque e apoiar o desenvolvimento de formas de gestão mais articuladas em torno de uma abordagem ecossistémica do que as actuais muito direccionados para as espécies. Tende a caracterizar os ecossistemas existentes, a compreender o seu funcionamento e as suas interações e como as mudanças nelas provocadas prejudicam os processos ecológicos a eles inerentes e as espécies que as utilizam como habita. Na parte terrestre é pertinente que estes estudos sejam centrados na dinâmica da paisagem, não só para se conhecer as causas, mas igualmente as tendências das mudanças da paisagem. Neste particular torna-se pertinente continuar os levantamentos botânicos para a melhoria do conhecimento das espécies vegetais presentes no interior do parque.

Na parte marinho-aquática faltam conhecimentos sobre a localização dos campos submersos e as espécies nelas presentes.

c) – *Estudos sobre o potencial de produção dos palmares naturais nas ilhas do parque*

O parque possui no seu interior extensos palmares naturais, cuja exploração é em geral efectuada em ritmo de campanha, por um ou outro grupo de exploradores originários das tabancas proprietárias, mas sem chegar a atingir o seu potencial de produção. A exploração destas não entra em contradição com os objectivos do parque e em geral não destrói e nem põem em causa a sobrevivência do palmar. É em certa medida um tipo de uso que pode ser considerada como durável. Mas em geral, não se conhece o potencial de produção destes palmares, cuja produção, e/ou valorização poderia aumentar os rendimentos do parque.

d) – *Estudo sobre os recursos biológicos marinhos (recursos haliêuticos)*

A produção em termos de biomassa assim como as espécies presentes nos ecossistemas marinhos do parque são pouco conhecidos. O seu conhecimento contribuirá para a melhorar as medidas de gestão do parque. Esta acção é por exemplo pertinente para avaliar as possibilidades de acesso as pescas, inclusive o esforço de pesca que poderá ser eventualmente admitido no interior do parque. Neste particular é necessária aumentar o conhecimento sobre as espécies de moluscos e crustáceos presentes, a biomassa que representam, a capacidade de reprodução das zonas de colecta assim como os sistemas e os esforços de produção a eles inerentes no sentido de estabelecer medidas adequadas de gestão no interior do parque.

e) – *Estudo para a melhorar a efectividade de medidas de gestão das tartarugas Marinhas*

Até aqui as medidas de gestão tem-se resumido ao controle de acesso a Poilão e as acções pontuais de fiscalização da actividade de pesca no interior do parque.

e.1) - Estudo e avaliação de alternativas para a depredação de ninhos, ovos e juvenis na ilha de Poilão

Milhares de ovos de tartaruga se perdem anualmente em consequência da descoberta de ninhos pelas próprias tartarugas marinhas na altura da construção de novos ninhos. Igualmente importante são o número de ninhos descobertos em consequência da mudança do perfil das praias de Poilão na altura das chuvas. O impacto da depredação sobre os ninhos e juvenis não é conhecido. Todos estes factores apontam para a necessidade de um conjunto de acções de pesquisa a desenvolver sobretudo nos eixos seguinte:

1. avaliação depredação e seus impactos sobre a população das tartarugas marinhas;
2. estudo sobre a população de igualas e seu impacto na depredação de tartarugas marinhas;
3. avaliação de possibilidades de transladação de ninhos e ovos em Poilão e de Poilão para outras ilhas do parque.

Caso estas possibilidades se confirmarem poderia se estar no prelúdio de um processo de recolonização de praias de outras ilhas do parque onde as tartarugas praticamente desapareceram.

e.2) – Melhoria do conhecimento sobre as zonas de alimentação e corredores de migração

Ensaio de emissores foram efectuados no passado. Estes precisam ser repetidos em maior número e frequência, abrangendo a estação seca e chuvosa. Através deste ensaio pretende-se aumentar o conhecimento sobre os corredores de migração como ainda efectuar a determinação das potenciais zonas de alimentação das tartarugas marinhas no interior do arquipélago. Relacionado com este último, uma avaliação dos perfis batimétricos assim como recolha e análise de amostras de fundo poderão em complemento, ajudar a determinar essas zonas de alimentação que em regra, deverão coincidir no espaço e tempo com as áreas de maior frequência das Tartarugas Marinhas, no interior do arquipélago.

e.3.) – Monitoria e seguimento das praias das outras ilhas do parque

Neste quadro insere-se a avaliação das praias das ilhas das Cabras e Aweto, como outras eventuais zonas críticas para as Tartarugas-Marinhas no interior do parque. Igualmente importante é o conhecimento sobre a importância e o nível de depredação (inclusive Antrópica) e das praias de Cavalos, Meio e João Vieira, ilhas muito frequentadas pela população de Canhabaque.

f) - Estudo de espécies faunísticas cujos estatutos e hábitos são pouco conhecidos

Este é o caso das "iguanas", cuja população parece ser considerável na ilha de Poilão assim como do "lagarto preto" e o crocodilo do nilo, que se supõe existir na ilha de Cavalos e em João Vieira. O tamanho das respectivas populações, o estatuto respectivo no interior do parque são pouco conhecidos. Na mesma situação encontram-se várias espécies de aves afro-tropicais, insectos e reptéis cujas presenças são confirmadas, mas que até aqui foram pouco estudados. É necessário efectuar as suas respectivas classificações, estabelecer os seus estatutos de conservação, conhecer o tamanho das suas populações e determinar eventuais indemismos.

6.1.3.2. *Cooperação Científica*

É importante que os programas de investigação do parque sejam componentes de um programa mais largo de investigação da Reserva da Biosfera por conseguinte enquadrados nos programas de actividades promovidos pelo Comité Científico da Reserva da Biosfera e cujas actividades devem ser reactivadas. Estes programas deverão procurar valorizar as instituições e as compenetradas nacionais. Através de parcerias com o INEP, o CIPA, INPA e a INITA, algumas das acções de pesquisa para este parque, poderiam ser igualmente implementada. Mais ao mesmo tempo parcerias com instituições sub-regionais e internacionais vocacionadas e de reconhecida competência poderão apoiar na elaboração do quadro metodológico e na formação e especialização das compenetradas nacionais. Este ultimo aspecto poderia ser desenvolvido no quadro de mestrados e doutoramentos de especialistas nacionais.

IBAP sendo membro do PRCM poderia valorizar as acções de pesquisa promovidos por este através da sua componente de pesquisa que é o "Bilan Prospectif" e com a UICN assegurar uma articulação mais eficiente e adequada com as suas diferentes comissões especializadas. Alguns eixos de intervenção do BP e das Comissões Especializadas da UICN, são coincidentes com algumas acções de pesquisa que são propostas para este parque.

6.1.4. Componente de Informação, Educação e Sensibilização Ambiental

6.1.4.1. *Informação, Relações Públicas e Extensão*

A circulação de informação sobretudo entre o parque e as populações ou com os operadores é ainda muito deficitária. Da mesma forma é em geral muito limitada em relação a administração local e aos diferentes intervenientes da fileira pesca. A instituição da "semana móvel do parque" nos parece interessante, o qual poderia ser uma acção cultural com componentes variadas destinadas a fazer conhecer o parque aos visitantes, políticos, operadores turísticos e outros intervenientes e a população em geral. Esta poderia ter lugar sucessivamente no parque, em Canhabaque, na Casa do Ambiente em Bubaque, em Bolama e finalmente em Bissau e na qual se combinaria: exposições fotografias, peças de museu, secções de apresentação da cultura Bijagós em toda a sua variante (canto e dança, artesanato, culinária, produtos da terra, etc.), encontro técnico e científico com apresentações e debates. Em Canhabaque, Bubaque e Bolama estas semanas poderiam ser conjugadas com encontros juvenis e nas escolas, animados sobretudo em torno de actividades culturais e desportivas várias (corrida de canoa, futebol, concursos de musica e dança e de conhecimento geral sobre o parque).

O parque deverá desenvolver a capacidade de recepção e acompanhamento de turistas na sua sede e sobretudo em relação ao mini-museu e nos acampamentos. Deve igualmente dispor de uma pequena loja de artesanato e de venda de "souvenirs" e/ou mesmo cantina para a valorização de alguns produtos da culinária local.

6.1.4.2. *Educação e Sensibilização Ambiental*

Considerando a particularidade deste parque estas acções só podem ser desenvolvidas nos acampamentos temporários de populações no interior do parque, na sede do parque, nos acampamentos turísticos ou no momento das infracções. Para as populações fora do parque esta é só possível através da Radio Djan-Djan ou através de acções pontuais em Canhabaque. Em geral os guardas devem ser formados para este tipo de actividade no interior do parque. Equipamentos e materiais devem ser disponibilizados no sentido de se

constituir uma unidade operacional móvel para o efeito e que regularmente poderá visitar os acampamentos para efectuar acções de sensibilização.

É pertinente que o parque mantenha um programa de educação ambiental na radio Djan-Djan, para poder atingir as populações de Canhabaque. Esta poderá ser produzida tanto em Canhabaque com o apoio dos animadores das acções de desenvolvimento como pelos guardas e pessoal técnico no interior do parque. A acção poderia ser reforçada nas tabancas nos períodos que antecedem a possível emigração para as ilhas do parque, e nas quais seria pertinente entre outros temas, fazer animação em torno das disponibilidades dos regulamentos internos do parque.

Igualmente importante é a produção de materiais específicos ao parque para acções de animação nas escolas de Canhabaque. Para estes uma colaboração com a ONG Palmeirinha seria deveras útil e necessária. Propõe-se que as escolas de Canhabaque sejam progressivamente transformadas em verdadeiras escolas de verificação ambiental. Igualmente importante é que o parque mantenha uma pequena "Unidade de Animação Escolar" para os jovens estudantes obrigados a acompanhar as suas famílias durante as suas estadias na Ilha de João Vieira. Esta Unidade poderia desenvolver o ensino das crianças em bases mais adaptadas a realidade do parque.

Em relação aos turistas é pertinente a produção de suportes mais adequados, como brochuras, folhetos e outros explicando os diversos aspectos da vida do parque, entre os quais a razão da sua criação, os recursos presentes os cuidados a ter os usos permitidos. Esta aproximação com os turistas deve ter por base a melhoria da cooperação com os operadores turísticos, na qual, o parque deve estar em condições a oferecer determinados serviços (gratuitos e não gratuitos), como por exemplo o estabelecimento de roteiros, disponibilização de guias, formação dos marinheiros, organização de eventos socio-culturais, etc. Igualmente nesta perspectiva recomenda-se a publicação anual, de um "Guia Turístico dos Parques da Guiné-Bissau", revista na qual os parques "abrirão as suas portas" aos turistas, mostrando os seus atributos e recursos turísticos, como igualmente as precauções a ter em conta em relação aos diferentes recursos no interior do parque.

6.1.4.3 Interpretação Ambiental

A interpretação ambiental, pode ser considerada como a componente pedagógica da educação e sensibilização ambiental, pois que tem essencialmente como objectivo descobrir e explicar as interacções e as interrelações de um recurso, espécie, acção com o seu meio e destina-se sobretudo a possibilitar uma compreensão integrada (ou sistémica) e abrangente do funcionamento do ambiente.

A base de interpretação ambiental e o nível de conhecimento que se tem sobre o meio. A acção neste domínio por parte do pessoal do parque sobretudo dos guarda pressupõem uma formação previa e adequada.

Acções neste domínio deverão basear-se no trabalhos de explicação a volta do mini-museu, trabalhos de sensibilização da população e igualmente no acompanhamento de turistas como guias turísticos. Nos primeiros um responsável para o mimi-museu deve ser formado para que possa, para cada peça exposta, explicar não só as suas origens, o porque da sua presença na colecção, a importância do que representa no meio-ambiente e sobretudo as interacções positivas e negativas que tem com este. Da mesma forma, com as populações, o mesmo tipo de procedimento poderá ser desenvolvido em relação aos recursos, espaço e meios que utiliza e sobretudo em relação as consequências de eventuais infracções que tenha cometido ou possa cometer e a pertinência das disponibilidades regulamentares.

Acções de interpretação ambiental poderão ser igualmente estabelecidos para valorizar melhor pontos de um roteiro turístico, para não só animar o turista mas sobretudo para fazer passar determinadas mensagens e efectuar a sensibilização.

É essencial envolver o conhecimento que se tem sobre o parque na transformação progressiva das escolas de Canhabaque em escolas de verificação ambiental, processo cuja efectividade seria melhorada, com o envolvimento da ONG palmeirinha, colaboração com o INDE, Editora Escolar e outras escolas de verificação ambiental, as estruturas da Reserva da Biosfera e o FIAL.

6.1.5. Subcomponente Ecoturismo e Recreação

Há que melhorar e consolidar o programa de visita da Ilha de Poilão. Estas melhorias devem consistir sobretudo nas melhorias das condições de transporte para o parque, criação de dois a três roteiros específicos aproveitando os atributos das principais ilhas do parque, e melhoria das condições de acolhimento em Poilão e de enquadramento durante o período de estadia. Nestes ultimo aspecto a actividade não deve concentrar-se unicamente nos inventários de praias, mas poderá incluir outras actividades de interpretação ambiental concentrada sobre outros objectos como o Mangal, a dinâmica das praias, os palmares naturais. Da mesma forma podem ser visitados o Baixo de Gaivotas para observação da avifauna, com descrição das espécies presentes, seus alimentos, e da função dos bancos ou efectuado a colecta e observação de moluscos e crustáceos. Há que melhorar a comida e as condições de dormida em Poilão.

Sobretudo para as Ilhas de Meio, Cavalo e João Vieira poderão igualmente ser estabelecidos alguns roteiros com base sobretudo na visita de acampamentos, observação do modo de vida da população, extracção do óleo e vinho de palma, colecta e preparação do Inhambe selvagem, observação de aves e visita de florestas e zonas de Mangal.

Uma ou outra actividade cultura poderá ser desenvolvida na sede do parque sobretudo na altura da chegada ou partida da população, durante os períodos de cerimonia. Há que ter em conta o período de maior chegada de turistas. Algumas Iniciativas para uma melhor valorização da sede poderão ser desenvolvidos:

- promoção e venda de produtos o artesanato local incluindo produção de ferreiros, mascaras, cestaria, objectos de arte, etc... e venda de objectos emblemáticos sobre o parque, incluindo postais, camisolas, chapéus, mochilas, pastas, etc... de produção local;
- melhoria do museu, sobretudo transformando-o num verdadeiro museu de historia natural, da área; organização de encontros com turistas;
- manifestações culturais no perímetro dos parque e em Canhabaque e organizações de concurso dança, canoagem, apanha de porcos na Ilha de Meio, pesca tradicional, subida palmeira, preparação e gustação da culinária local e especial de determinadas formas de aproveitamento dos recursos existentes (catôré; "nhambe de mato"; fruta do tarrafe, "mancarra budjugo", etc.) etc.
- organização de navetas semanais para turistas a partir de Bissau e/ou de Bubaque com circuitos turísticos estabelecidos inclusive inter- e intra-parques;

6.1.6. Subcomponente Administração, Protecção e Vigilância

6.1.6.1. Adequação da Estrutura de Gestão do Parque

Propõe-se a simplificação da estrutura do parque aos objectivos internos do parque. A componente acções de desenvolvimento em Canhabaque deverá ser executada por uma estrutura autónoma sob a superintendência do Director da Reserva da Biosfera em efectiva articulação e coordenação com o Director do parque. Esta estrutura que se apresentará no ponto concernente as iniciativas de desenvolvimento em Canhabaque, se bem que autónoma, passará a estar sob tutela directa da reserva da Biosfera.

Nesta nova estrutura, para além de um Conselho de Gestão renovado, um Director do Parque, propõe-se essencialmente:

- **Uma equipa técnico-científica** que sob a supervisão do Director e em colaboração com o Comité científico da Reserva da Biosfera e com o apoio dos Guardas deverá implementar o programa de investigação, monitoria e seguimento do parque. Esta deve constar essencialmente de um Biólogo marinho, um Socio-economista, um Engenheiro florestal e um Ornitólogo, para responder as necessidades de uma gestão, cada vez mais, em bases científicas, do parque e diminuir o carácter muito improvisado de algumas das acções desenvolvidas pelo parque. Um destes como "adjunto do director", o qual na ausência deste poderá assumir as responsabilidades inerentes a sua função.
- **Um secretário-administrador e logístico**³⁶ o qual sob a supervisão do director do parque se encarregará dos aspectos administrativos e logísticos do parque, salientando-se entre outros, o pagamento de salários, a organização da aquisição de equipamentos, combustíveis, peças sobressalentes e manutenção dos equipamentos. Este novo posto responde as necessidade de ter uma administração mínima para o parque e destina-se igualmente a diminuir a carga sobre o Director do parque, para que se possa concentrar nos trabalhos mais operacionais e de organização ligadas aos objectivos do parque
- **Uma equipa de guardas, animadores e marinheiros do parque**, encarregues sobretudo da fiscalização, seguimento e da aplicação dos regulamentos assim como dos trabalhos de animação e sensibilização no interior do parque³⁷. Dois marinheiros no mínimo serão necessários para tornar mais funcional as operações no interior do parque. A organização desta estrutura em moldes para-militar, com estruturas de comando específico, são susceptíveis de a tornar mais disciplinada e eficaz, no exercício das suas funções no interior do parque. Além dos seus TDR respectivos, cada guarda deverá ter, no quadro de programas semanais um roteiro de trabalho diário a implementar no seus postos respectivos. Nos regulamentos das actividades dos guardas deve constar igualmente as medidas disciplinares e penalizações inerentes as infracções que possam cometer.

As actividades desta equipa deverá ser organizada e planificada semanalmente na base dos programas operativos anuais a ser aprovado pelo Conselho de Gestão e pelas estruturas técnicas do IBAP. Para cada parque um roteiro de actividades deve ser estabelecido de forma a estabelecer-se um conjunto de acções de rotina a serem realizadas diariamente.

³⁶ De acordo com as disponibilidades financeiras estas funções poderão ser efectuadas por uma única pessoa. Mas considerar a possibilidade de no futuro as funções serem exercidas separadamente, no quadro da consolidação das estruturas do parque.

³⁷ Deve-se envolver as estruturas vocacionadas para a fiscalização no exterior do parque como a FISCAP, Guardas Florestais, Agentes da Fauna, etc.

a) O conselho de gestão

As reuniões do CG, são presididos pelo director do parque, nela tomam parte dois (2) representantes para cada tabanca do sul; um (1) representante para as restantes tabancas, ONGs intervenientes locais, representantes do Turismo e da pesca, autoridades locais, etc.

Uma certa representatividade deve ser assegurada no conselho de gestão, pois que nele se constata uma fraca participação de mulheres, jovens e determinados grupos socio-profissionais (pescadores, agricultores, apicultores, produtores de óleo de palma, etc.). Falta a legitimidade necessária a alguns dos seus membros actuais, para representarem os interesses das suas respectivas tabancas. Além do mais alguns membros fazem parte deste comité desde a sua criação. Estes constituem argumentos fundamentais para a sua renovação de forma a poder cumprir com os seus objectivos.

As suas reuniões embora que previstas duas vezes por ano, só conseguem realizar uma única reunião na qual, em geral não conseguem debater e deliberar sobre os diferentes problemas do parque.

Em geral os membros participam nas reuniões anuais do CG. Alguns ainda participam nas acções de fiscalização participativa e ou uma ou outra actividade do parque. Mas as repercussões deste facto ao nível da tabanca são muito fracas. Em geral, a informação não circula ou circula com muita deficiência o que significa que muitos membros não conseguem estabelecer o elo de ligação adequado entre o CG e as tabancas que dizem representar. Pelo que, as decisões do conselho de gestão nem sempre têm um retorno conveniente ao nível das tabancas e nem o contrario se verifica. Isso cria muitas vezes um vazio, e mesmo desproporções e assimetrias em matéria de informação muito prejudiciais para a imagem do parque.

Este facto levanta a necessidade de estabelecer alguns critérios na escolha destes membros ou de mecanismos de informação paralelos para fazer chegar os resultados das discussões ao nível das tabancas.

Em geral é pertinente estabelecer proceder a sua renovação através de processos mais democráticos e transparentes possíveis, mas também com o cuidado de ter nele verdadeiros representantes da população local, como ainda dos grupos sócio-profissionais locais. Pelo que importaria estabelecer não só limites temporais para o mandato, mas também alguns critérios de elegibilidade.

b) Adequar a Estrutura dos Guardas a Necessidade de Fiscalização do Parque

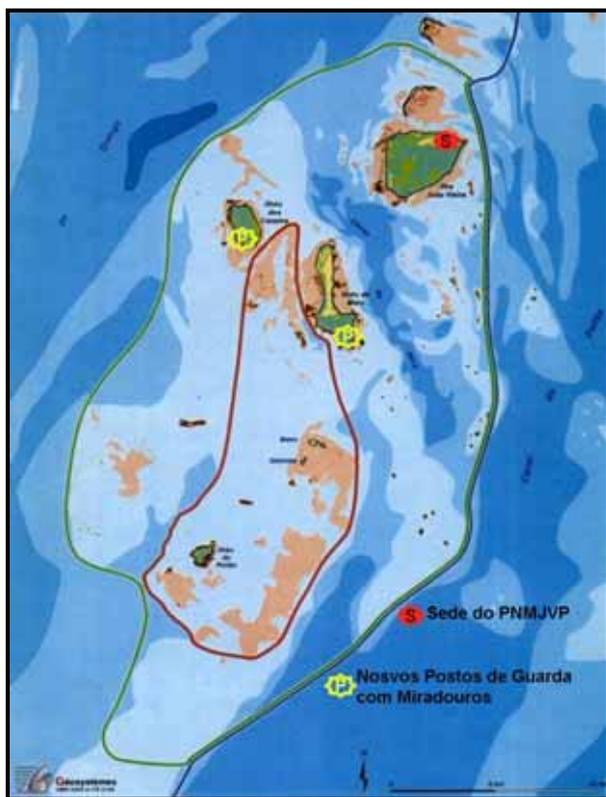
A componente protecção e vigilância é sobretudo implementada pela estrutura de guarda parque, que sobre supervisão do Director do parque, devem fazer respeitar as directivas de gestão e os regulamentos no interior do parque. Para além de serem em numero reduzido na sua acção enfrentam muitas dificuldades de ordem logística pela grande dispersão das ilhas e a falta de água em algumas delas. Estes em geral carecem de formação adequada. Para além de não se terem apropriado convenientemente das suas atribuições, os seus apegos sócio-culturais as respectivas tabancas de origem, o que influencia muito no exercício das suas funções, resultando numa falta de efectividade como ainda vícios de procedimento que afectam o funcionamento geral do parque.

Os regulamentos são aplicados por estes, com certa ligeireza. Na pratica é privilegiada a sensibilização ao invés de medidas repressivas mesmo nos casos de recidivos, o que tem levado ao aumento de praticas irresponsáveis, mesmo por parte de indivíduos pertencentes as tabancas proprietárias. Para além de descreditar retiram o poder de intervenção e diminui a capacidade dissuasiva dos guardas do parque.

O isolamento e a deslocação frequente do director do parque a Bubaque e Bissau - para a resolução de problemas administrativos e logísticos - ou a Canhabaque - para a coordenação das acções de desenvolvimento - originam uma certa desorganização - em consequência da partilha de um único bote -, e inércia na implementação das actividades rotineiras do guardas. Todos estes factores originam que:

1. Seguimento das espécies seja efectuado de forma muito limitado as tartarugas marinhas, pelo fraco conhecimento que têm por exemplo da avifauna e de outras espécies presentes no parque;
2. Seguimento e monitoria do papagaio cinzento mesmo em João Vieira não seja efectuado;
3. Problema de língua, que dificulta o contacto com os turistas, os pescadores turísticos e limita as acções de acolhimento no mini-museu do parque;
4. Acções de fiscalização, monitoria e seguimento nas outras ilha do parque seja efectuado de forma muito irregular.

Por isso se recomenda que as acções de formação sejam intensificadas, isto é, acções praticas de formação dos guardas, sobretudo considerando o seus respectivos níveis de formação. A equipe deve ser aumentada com pessoal mais classificado. A sua conversão progressiva numa estrutura para-militar deve ser iniciada.



Mapa 19: Localização da Sede e Novos Postos de Guarda no PNJVP

Para uma maior eficácia na fiscalização a equipe deve ser redistribuída no interior do parque. Nesta perspectiva três novos postos de guarda devem ser criados: um na ilha de Meio, um outro na Ilha de Cavalos, cada um composto por três efectivos e um outro menor na Ilha de João Vieira. Estas quatro equipes (João Vieira, Cavalos e Meio) deverão garantir a fiscalização permanente e diária aos acampamentos, praias e aos habitats sobretudo frequentado pela avifauna (em especial de papagaios) e o seguimento nestas ilhas de forma permanente sobretudo nas secas, período em que a população imigra para estas ilhas. Nas chuvas, as equipes de Meio e Cavalos, poderá assegurar o seguimento das tartarugas marinhas em Cabras e Aweto em regime de Campanha. Em caso de necessidade algumas destas equipes poderão ser reforçadas por guardas de outros parques ou jovens colaboradores presentes nas ilhas respectivas.

As acções de fiscalização em Poilão, dado sobretudo as dificuldades de ordem logística, continuarão a ser em ritmo de campanhas. Mas com o aumento do numero de guardas este deve ser mais regular e com permanências de maior duração.

Na reorganização da equipe de guardas, deve prever-se a liberação dos actuais da função de marinheiros. Dois marinheiros efectivos serão necessários para o funcionamento do parque.

A ideia geral é reorganizar a fiscalização de forma a torna-la mais frequente quer em terra quer no mar, mais participativa, mais efectiva e muito integrada as outras actividades do parque. A actividade de fiscalização deve ser acompanhada com acções de educação e sensibilização ambiental, monitoria e seguimento, complemento das acções de pesquisa e devem ser desenvolvidos num quadro participativo quer na parte terrestre quer na parte marinho-aquática. Cada acção de fiscalização deve estar devidamente documentada com fichas, fixando o roteiro, descrevendo as zonas fiscalizadas, assim como as constatações verificadas.

Nestas acções a colaboração com as ilha proprietárias e a informação sobretudo concernentes as infracções constatadas não devem ser descuradas. Nessa perspectiva em cada ilha do parque, deve ser escolhido entre os presentes um "garandi" e um "jovem" para acompanharem as acções de fiscalização e sobretudo, para seguirem os processos de infracções aos regulamentos do parque, sobretudo quando se tratam de originários de Canhabaque e das tabancas proprietárias das ilhas. Em situações de infracções o trabalho de informação, educação e sensibilização não se deve limitar ao infractor, como igualmente deve ser expandido ao acampamento e a tabanca proprietária respectiva.

Para além da sua formação como para-militar, o guarda deve por isso ter uma boa formação em animação, educação e sensibilização ambiental.

c) *Uma estrutura de gestão para as acções de desenvolvimento e conservação na Ilha de Canhabaque*

Propõe-se que a estrutura de desenvolvimento seja separada da estrutura do parque. Assim as acções destas mais autónomas, poderão ser mais dinâmicas e efectivas, embora que sob a supervisão das estruturas da RB e em articulação e coordenação com as estruturas do parque.

Desta estrutura devem fazer parte o AT do FIAL e o Comité FIAL de do Parque. Este ultimo, na qual fazem parte os POL's e com as prerrogativas de definir o programa de desenvolvimento, deverá ter uma papel fundamental na coordenação e articulação das iniciativas de desenvolvimento dos diferentes intervenientes em Canhabaque.



Mapa 20: Localização dos Animadores das Iniciativas Locais de Desenvolvimento na Ilha de Canhabaque

A estrutura propriamente dita deverá ser dirigida por um coordenador. Este deverá orientar o trabalho de uma equipe de quatro animadores³⁸, cada um coordenando um pacote mínimo e idêntico de projectos implementados a volta das casa multifuncionais, e de acções de coordenação, de animação e de educação e sensibilização ambiental a volta das Casas de Ambiente e Cultura. Estes deverão estar sediados em Inorei, Meneque, Indena e Ambeno, de forma a cobrir as acções a desenvolver nas tabanca próximas, cobrindo desta forma toda a Ilha de Canhabaque. Estes trabalharão em

colaboração com os respectivos comités de gestão das acções citadas e com o apoio de colaboradores locais.

³⁸ Estes animadores poderão ser contratados de outras instituições intervenientes mas que trabalharão num quadro concertado e integrado, na base de protocolos e programas específicos, para o desenvolvimento de Canhabaque.

Para completar esta equipa três novos animadores serão necessários e a recrutar a medida que se expandem as acções de desenvolvimento a outras zonas de Canhabaque.

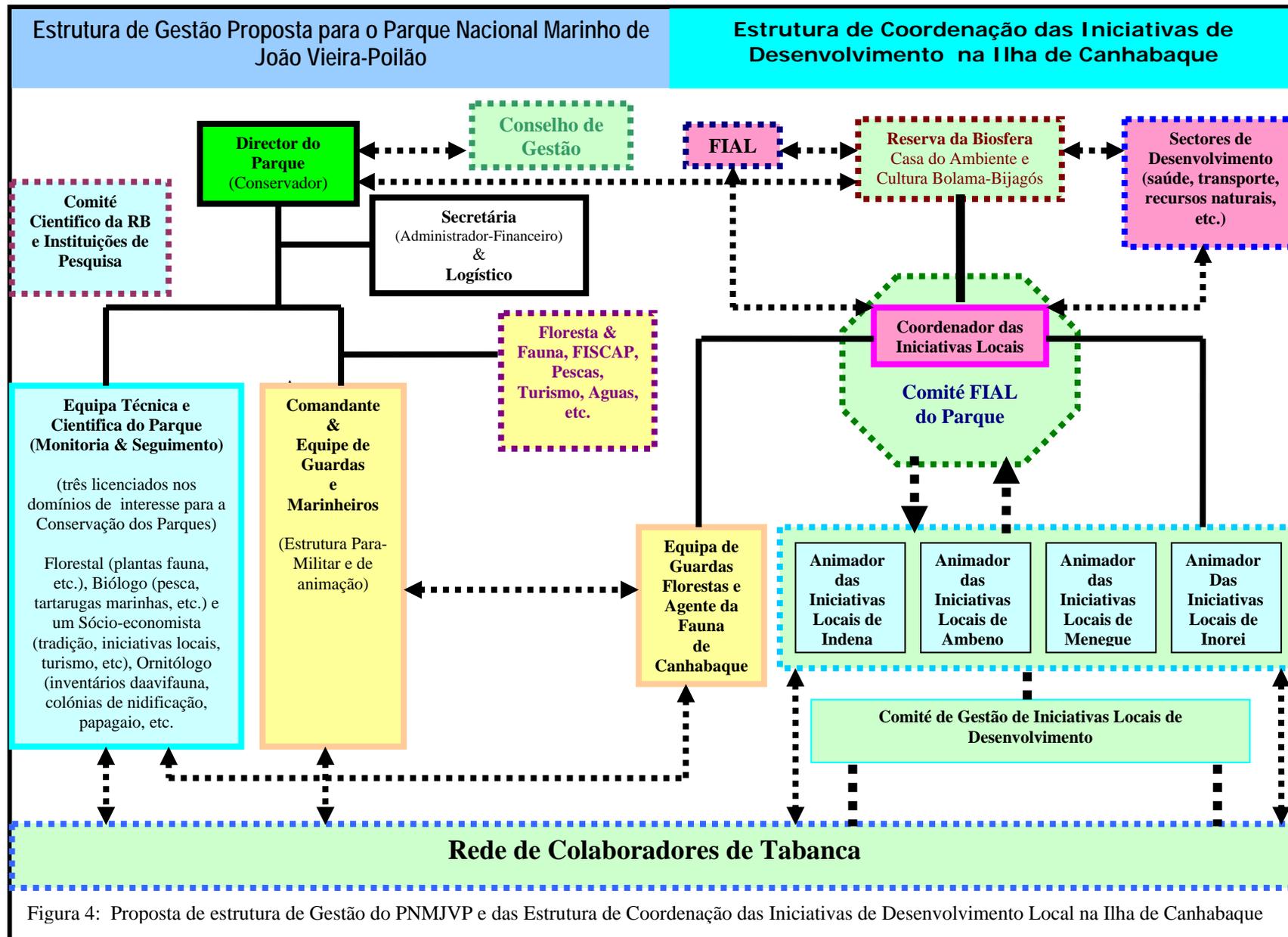
Ligados a esta estrutura e sob a mesma coordenação é pertinente colocar dois guardas florestais, os quais sob a supervisão do director do parque, e com o apoio da Equipa técnico-científica do parque iniciarão os trabalhos de gestão da fauna e das florestas em Canhabaque, na base de um programa específico de inventariação, negociação tendentes a criação de reservas florestais e reservas faunísticas sobretudo na parte Sul de Canhabaque. Estes poderão trabalhar com os "comité de gestão do mato" já criados em varias tabancas para dar cobro a caca clandestina.

d) Adequação e Melhoria das Disposições Regulamentares

Os regulamentos devem melhor expressar e reflectir as especificidade deste parque, em especial a sua a sua Zonagem, e as categorias de gestão especificadas no seu decreto de criação, isto é: o seu santuário, a sua zona de protecção integral e das suas ilhas e/ou zonas sagradas. Estas zonas devem ser distintamente tratadas no regulamento devido as suas especificidades. Igualmente importante é a falta de uma zona de transição, facto que não deve levar a permissão de usos (turísticos, usos da população, construção de infra-estruturas, etc.) normalmente característicos neste tipo de zona em outros parques, na sua zona tampão. Aqui esta zona tampão deve ser mais restritiva para poder proteger a zona central de forma efectiva, sobretudo considerando a fragilidade desta ultima e o nível de protecção que lhe é conferida por lei, isto é como zona de protecção integral e contendo um santuários ecológico.

As disponibilidades do regulamento devem considerar melhor, as regras tradicionais inerentes as zonas e ilhas sagradas, senão mesmo reproduzi-las na integra. Da mesma forma, deve considerar as ilações dos conflitos actualmente existentes assim como as ameaças. Assim sendo, não só deve considerar áreas de reserva do umpam-pam como da protecção dos papagaios, como medidas de gestão do fogo e das actuais infra-estruturas turísticas de forma mais efectiva. Na pesca deve definir os instrumentos de pesca, potência de motores e tipo de embarcação, cujos usos são permitidos no interior da zona tampão, pelas populações originarias das tabancas proprietárias.

Em geral importa avaliar e introduzir outras disponibilidades regulamentares como as da pesca artesanal, das florestas, da fiscalização desde que estas vão de encontro com os objectivos de conservação do parque. A inserção destas deve merecer clarificação e concertação com as estruturas respectivas de forma a contornar possíveis conflitos institucionais e criar um quadro adequado de colaboração em serviço dos objectivos de conservação do parque. Isto sem esquecer que se trata de uma zona definida e classificada por lei como um Parque Nacional Marinho.



6.1.7. Desenvolvimento de Iniciativas Locais na Ilha de Canhabaque – um Programa Integrado de Desenvolvimento Comunitário de Canhabaque

Os meios do parque e do IBAP são insuficientes para dar respostas às perspectivas de desenvolvimento das populações de Canhabaque. As iniciativas da FIAL, sobretudo, no quadro do desenvolvimento dos “Planos de Desenvolvimento Local” tem adoptado uma abordagem tabanca por tabanca, muito lenta, criadora de perspectivas nas “tabancas beneficiárias” deste plano e de conflitos entre as tabancas da mesma ilha.

A necessidade de uma perspectiva integrada e comunitária para o desenvolvimento da Ilha de Canhabaque justifica-se pela necessidade de mobilizar sinergias, racionalizar os meios e aumentar os impactos e a abrangência das acções a implementar. Esta perspectiva contraria a filosofia até aqui implementadas no quadro da implementação de acções de desenvolvimento em Canhabaque, dispersas, desorganizadas, o que tem contribuído para uma grande dissipação de esforços e recursos.

Esta perspectiva, se bem que mais efectiva, pressupõe no entanto elevados custos de transacção que advém sobretudo das necessidades de negociação, criação de um quadro de concertação transparente, abrangente, participativo e de co-gestão. Para a funcionalidade, o reconhecimento e a legitimidade deste quadro de concertação, critérios claros de elegibilidade, a procura de consensos nos processos decisoriais assim como a partilha de responsabilidades e a transparência tornam-se num imperativo. Para evitar duplicações, este quadro poderá ser assegurado pelo “Comité FIAL do PNMJVP”, tal como ele é definido e composto, que neste caso específico, actuará exclusivamente na Ilha de Canhabaque. Este comité além dos POL, deve ter uma articulação efectiva com a administração local e as delegacias sectoriais dos diferentes ministérios. Neste particular salienta-se a necessidade de articulação e concertação com os Conselhos Directivos Sectoriais, estrutura da administração local, destinada a programar as iniciativas de desenvolvimento nos sectores administrativo.

Este Comité FIAL, será apoiada, sobretudo em termos de implementação, animação e seguimento das actividades do seu programa por quatro coordenadores de iniciativas locais, distribuídos estrategicamente em Inorei, Indena, Ambeno e Menegue de forma a abarcar o grupo de aldeias localizadas no entorno destas. Igualmente para cada uma destas áreas um único “Comité de Gestão das Iniciativas Locais de Desenvolvimento” deverão ser criados, os quais com o apoio técnico directo dos coordenadores, deverão ser os gestores directos das iniciativas locais

Para evitar os conflitos actualmente existentes em torno das iniciativas locais, um pacote básico, mínimo e homogéneo de iniciativas deverão ser financiadas e implementadas em cada um deste grupo de tabancas. Estes deverão posteriormente ser reforçados, a médio prazo, por acções, identificadas e a ser desenvolvidas no quadro da elaboração e financiamento do programa integrado acima referido. Estes uma vez aprovado pelas tabancas, pelo comité FIAL e pelo Comité de Gestão dos Parques, deverão dispor automaticamente de financiamento através de processos práticos, simples e pouco burocráticos e passar à execução.

6.1.7.1. Um Pacote Mínimo de Acções para as Quatro Zonas de Coordenação

Para cada Zona de Actuação um esforço considerável deverá ser efectuado para a criação de uma casa de Ambiente e Cultura, equipados minimamente, para garantir um funcionamento adequado, como polo de concertação e centro de actividades culturais de cada uma das Zonas.

f) – No domínio da produção:

1. a criação de um fundo de crédito e apoio as pequenas iniciativas produtivas locais e de aumento do rendimento;
2. apoio e promoção de acções de combate a pobreza.

g) – No domínio do ambiente:

1. desenvolvimento de iniciativas de apoio a conservação dos macaco verde e do cabrito Azul (que inclui entre outros: (recenseamento de armas, recenseamento de licenças de porte, licenças de caca, definição dos períodos de caca e de mecanismos de licenciamento para a caça de subsistência dos locais e estabelecimento de reservas faunísticas, etc.)
2. estudos específicos para avaliar a pertinência da instalação de reservas florestais nas manchas bem conservadas de Canhabaque e em especial nas zona Sul da Ilha pouco frequentada pela população;
3. desenvolvimento de iniciativas de protecção dos matos sagrados;
4. desenvolvimento de iniciativas de protecção do Mangal.

Para a implementação destas iniciativas serão necessários meios financeiros muito aquém das actuais possibilidades do IBAP e do FIAL. Nesta perspectiva torna-se pertinente o desenvolvimento do programa acima referido, que com o apoio do Governo e demais parceiros nacionais e internacionais poderão conseguir o financiamento necessário para a sua implementação.

6.1.8. Subcomponente Capacitação

É pertinente que o IBAP faça uma avaliação geral das necessidades de capacitação dos seus pessoal, a qual poderá constituir a base de análise e reflexão para a elaboração de um programa de médio e longo prazo de formação do próprio IBAP e das estruturas áreas protegidas e eventualmente das instituições parceiras e intervenientes nas diferentes unidades de conservação. A implementação deste poderá ser efectuado em colaboração com as instituições parceiras nacionais e internacionais vocacionadas.

6.1.8.1. Capacitação do Director do Parque

O director do parque é biólogo de formação e com base científica considerável nos trabalhos de investigação monitoria de alguns recursos do parque como as tartarugas marinhas, avifauna e inventários faunísticos. Carece no entanto de formação em gestão de recursos humanos e de grandes equipas de trabalho e em matéria de gestão de áreas protegidas. Em relação a este ultimo em geral há um trabalho de reconversão a efectuar, que é extensivo aos Directores dos demais parques.

Ha falta de uma equipe de apoio técnico-científica e de uma estrutura mínima para a administração e logística, dificultam o seu trabalho porque é obrigado a cumular todos estes trabalhos o que reflectem de forma negativa na gestão global do parque. Neste particular ainda é de considerar a dispersão provocada pela iniciativas de desenvolvimento em Canhabaque.

6.1.8.2. Capacitação da Equipe Técnico-científica

Para os membros das equipes técnico-científicas cuja formação deve situar-se ao nível de licenciatura recomenda-se que a sua capacitação seja efectuada a nível de programas de mestrado e doutoramento em colaboração com instituições científicas nacionais e internacionais e de acordo com os objectivos de conservação e as necessidades específicas do parque. Esta colaboração poderá ajudar a elaborar os instrumentos metodológicos e a conduzir as pesquisas em causa, com um acompanhamento e uma supervisão adequados para garantir a qualidade dos resultados. Igualmente importante nesta perspectiva é a participação destes quadros em seminários, conferências e ateliers nacionais, sub-regionais e internacionais, onde em geral, uma massa crítica considerável é posta à disposição dos participantes. Estas formações devem visar como finalidade última a criação de uma capacidade nacional em matéria de ambiente, a qual deve estar na altura de apoiar o processo de desenvolvimento das instituições académicas nacionais e de se reproduzir, isto é, de formar os novos quadros nacionais com vocação, nos diferentes domínios do ambiente e ciências afins.

6.1.8.3. Capacitação dos Guarda-parques

A capacitação dos guardas deve ser uma actividade permanente ao nível de cada área protegida, sobretudo para que obtenham o conhecimento necessários, para dominar os instrumentos (regulamentos e leis das AP e sectores afins) necessários à execução dos seus trabalhos de protecção e fiscalização e ter uma capacidade para efectuar os demais trabalhos de rotina do parque. Em relação a estes são actualmente básicos as necessidades de formação para-militar, animação, educação e sensibilização ambiental e animadores e guias turísticos, biologia geral, conhecimento das espécies, métodos de inventariação e informática. Este último é pertinente para, para actividades simples de pesquisa, redacção de relatórios, alimentação de banco de dados, etc. igualmente pertinente é o domínio de alguns instrumentos de uso corrente como o GPS, Radar, sonda, rádio, etc. Aos guardas deve ser permitido efectuar especializações em determinados domínios de interesse como a botânica, inventários florísticos, da avifauna, das tartarugas marinhas. Considerando sobretudo os seus níveis de formação a formação na prática deve ser privilegiada nas quais actividades práticas, visitas de intercâmbio e seminários devem ser privilegiados. Numa perspectiva de mudança dos perfis dos guarda-parques devem ser previstos programas de formação de médio prazo e/ou mesmo de reconversão de jovens quadros nas escolas vocacionadas das sub-região. Mas acima de tudo os guardas devem ter um perfeito domínio dos regulamentos do parque e de sua interpretação de forma a não criar situação de confusão que possam favorecer práticas contrárias aos objectivos do parque.

6.1.8.4. Capacitação do Coordenador e dos Animadores das Iniciativas Locais de Canhabaque

O pessoal desta estrutura deve estar apto num momento a apoiar a gestão das iniciativas actualmente em curso em Canhabaque (casa multifuncional, loja, casa de passagem, farmácia, escolas, etc.). Para cada acção a desenvolver posteriormente estes em conjunto com os membros da comissão de gestão, devem beneficiar de formações específicas e adequadas. Da formação desta equipe deve nascer uma estrutura de animadores e de gestores tecnicamente competentes e capacitados, para implementar o Programa Integrado de Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Canhabaque.

6.1.8.5. Capacitação das Instituições Parceiras

Nesta componente deste sub-programa toma-se sobretudo em conta os POL's locais de Canhabaque e sobretudo as Associações juvenis e socio-profissionais locais. Não existe propriamente uma tradição associativismo o cooperativista em Canhabaque. Considerando a necessidade de um desenvolvimento sustentado e autónomo nesta ilha, na qual se encontram as tabancas proprietárias do parque é necessários que as suas necessidades de capacitação e formação sejam tomadas em conta, embora que implementadas por outras instituições e/ou estruturas que não sejam necessariamente as do parque. Estas em geral envolvem vários eixos como: administração, gestão do pessoal e gestão dos estoques, gestão do ciclo de projectos, animação, educação e sensibilização ambiental, gestão comunitária, etc. Uma vez que os parceiros são múltiplos e muito variados em termos de suas necessidades, recomenda-se que uma análise³⁹ dos POL's e das suas necessidades seja efectuado ao nível de Canhabaque, em colaboração com o FIAL. Esta ajudaria a orientar melhor o tipo de assistência e apoio que poderiam ser mais efectivos para cada um desses POL's considerando as suas fraquezas, as suas potencialidades e as suas vocações.

O processo de elaboração e implementação do Programa Integrado de Desenvolvimento Comunitário da Ilha de Canhabaque, um verdadeiro processo participativo, deverá constituir uma verdadeiro processo de treinamento e aprendizagem para os quadros destas organizações parceiras.

6.1.9. Componente de Construção, Manutenção e Equipamento

O desenvolvimento desta componente deve considerar as necessidades funcionais do parque, as condições de trabalho do seu pessoal e igualmente disposições necessárias para a diminuição de custos logísticos originados pelas necessidades administrativas, de manutenção e funcionamento (salários, combustível, consumáveis, peças sobressalentes, etc.).

6.1.9.1. Necessidades no Interior do Parque

a) – Manutenção e construção de infra-estruturas

Para além da necessidade de reparação da sede e respectiva casa de passagem, as construções seguintes serão necessárias para um funcionamento adequado do parque.

Um complexo de moradias para o pessoal do parque: Pelo menos um conjunto de moradias revela-se necessário construir para albergar de forma adequada o Director do Parque, três técnicos e os guarda parque e respectivas famílias. O seus respectivos locais de trabalho estão aqui localizados e torna-se necessário que tenham condições mínimas de instalação e alojamento. Estas devem ser adequadamente equipadas. Igualmente importante são os sistemas de produção de água e electricidade a instalar e o mobiliários necessário, para que lhes seja dado um mínimo de conforto.

Um centro de animação cultural: uma unidade onde acções culturais, de educação e sensibilização poderão desenrolar-se no interior do parque (sala de reuniões com equipamento mínimo de animação: projectores, TV, parabólica, equipamento de música e de som, etc.). E destina-se a atrair, sobretudo a população presente em João Vieira, para participar nestes trabalhos, assim como uma forma de facilitar e suportar as actividades

³⁹ Esta análise poderia ser estendida as outras áreas protegidas do arquipélago tendo em vista a elaboração de um programa comum de capacitação para os POL's das áreas protegidas do arquipélago.

culturais no interior do parque. Esta poderá igualmente ter o papel de uma sala de convívio para a melhorar a situação de isolamento (sala de convívio: Tv, jogos para tempos livres, etc.). Este centro deve igualmente dispor de condições e facilidades para suportar uma pequena "Unidade de Animação Escolar", que com o apoio de um professor, deve estar sobretudo orientado para os "mais pequenos" quando em permanência na Ilha de João-Vieira. Par efectivar os trabalhos de animação, equipamentos moveis, para esse efeito revela-se necessário, sobretudo para os trabalhos de educação e sensibilização nos diversos acampamentos de João Vieira.

Três novos postos de guarda: tendo em vista a cobertura efectiva do perímetro do parque, um posto de guarda em Cavalos, um outro em Meio e um outro em João Vieira tornam-se necessários. O de João Vieira deve possuir capacidade para albergar duas pessoas e deve localizar-se a Sudeste desta ilha. Os restantes de Meio e Cavalos devem possuir capacidade de albergar um mínimo de seis pessoas, isto é os três guardas efectivos e três camas suplementares para pessoal em passagem (equipa de investigadores, demais pessoal do parque, turistas, etc.). o de Cavalos localizar-se-á a Sudoeste ilha. Enquanto que a de Meio no seu extremo Sul.

Três miradouros: três miradouros a construir e localizados em pontos estratégicos que, em articulação com a localização dos postos de guarda, permitirão melhorar a qualidade e a efectividade da fiscalização. O primeiro seria a colocar na ponta N-W de João vieira, permitindo cobrir todo os Baixios de Oliveira Musante a Zona marítima até Cavalos. O de Meio, localizado a Sul, permitiria cobrir todo o Baixio das Gaivotas o entono de Poilão. O de Cavalos localizado a S-W permitiria cobrir a área restante do parque.

Uma enfermaria: uma pequena infirmaria deve ser construída numa das dependências da sede do parque e equipada com o necessário para prestar os primeiros socorros não só ao pessoal do parque e seus familiares, a turistas como ainda a população em geral. Este deve dispor de condições mínimas para procedimentos de urgência em matéria de saúde e segurança dos guardas e técnicos do parque e eventualmente da população e turistas. Para um uso adequado destes materiais, os guarda-parques devem ter uma formação adequada em primeiros socorros.

Um armazém: O posto deve possuir um armazém adequado. Não só para guardar os equipamentos do parque, mas também para guardar em segurança, os equipamentos apreendidos nas missões de fiscalização. Nestes últimos há que considerar não só os matérias de pesca mas igualmente os produtos de pesca como "escalada" e peixe seco.

Um atelier de Manutenção: O parque deve igualmente dispor de um pequeno atelier preparado e equipado para pequenos trabalhos de reparação e manutenção, em especial de motores e outros equipamentos do parque.

Depósito de combustível e lubrificantes: No parque devem existir condições para a estocagem de quantidades substanciais de combustível este facto diminuiria consideravelmente os custos logísticos.

b) – Acções de manutenção

A infra-estrutura da sede, casa de passagem e a actual casa de guardas carecem de manutenção. Os equipamentos de produção de energia eléctrica e bombagem de agua carecem de renovação. Para os primeiros é necessários que a capacidade a instalar permita o funcionamento dos equipamentos mínimos necessários aos desenvolvimento dos trabalhos do parque, isto é, quatro PC, três portáteis, uma impressora lazer, uma de tinta e a cores, um projector, duas rádios, TV, entre outros.

É necessário avaliar a actual casa dos guardas, pois que o seu estado de degradação é muito avançado. É necessário avaliar se os benefícios não seriam maiores com uma nova construção.

Importante em neste componente de sub-programa é a manutenção do barco e o seu re-equipamento com material de comunicação, sistema de navegação e equipamentos de segurança.

É necessário assegurar um estoque adequado de peças de reposição sobretudo para os motores, equipamentos essenciais para o funcionamento do parque.

c) - Equipamentos

A filosofia de aquisição de equipamentos devem ser melhorados, para evitar a aquisição de equipamentos difíceis de utilizar nas condições actuais de funcionamento do parque ou mesmo equipamentos cujas manutenção não são garantidos ou são mesmo impossíveis. Deve-se suprir as necessidades em equipamentos básicos para o funcionamento normal do parque.

As situações actuais em relação ao fornecimento de água, electricidade, sistema de rádio, etc. devem ser solucionados. Em relação ao fornecimento de água alternativas deverão ser procuradas na adopção de tecnologias de dessalga da água do mar (inclusive para as permanências em Poilão).

A sede deve ser re-equipada de forma a funcionar como uma pequena estrutura técnica, isto é bureaux para o director, técnicos e guardas sediados no parque e eventuais visitantes, isto é para um mínimo de seis pessoas. Deve dispor igualmente de um arquivo e centro de documentação (biblioteca) com mesas de leituras e uma pequena secretaria. Com as companhias telefónicas avaliar a possibilidade de ligação a telefónica e Internet ao nível do parque.

Para além dos equipamentos já acima citados é de salientar a necessidade de re-equipamento dos guardas, dos postos e das habitações a construir e dos miradouros. Uma rede de rádio funcional deve ligar a sede os postos e os barcos e postos móveis para cada funcionários do parque. Cada um dos funcionários deve ter o equipamento mínimo, constituído por pelo menos quatro jogo de fardas, três pares de botas, uma galoja, equipamento básico de campismo (portátil, mochila, faca, cantil, GPS, binóculo, saco-cama, máquina fotográfica digital, caixa de primeiros socorros...). Igualmente importante é a disponibilização de um PC fixo, para cada posto de guarda, para os trabalhos de redacção das ocorrências, relatórios e alimentação dos banco de dados. Para os Miradouros, telescópios e binóculos apropriados serão disponibilizados, assim como para os inventários da avifauna. Existe igualmente a necessidade de disporem de meios de defesa próprios a uma estrutura para-militar, pois que aumentam os problemas de segurança na altura da fiscalização.

Para atenuar os problemas logísticos de Poilão a aquisição de uma mini-unidade de dessalgar a água do mar, com base em energia solar, pode ser efectuado.

Os meios de transporte são deficitários em relação ao tamanho do parque. Este parque ainda carece de mais uma vedeta rápida⁴⁰ com equipamento respectivo assim como duas canoas de porte médio para os postos de guarda e uma canoa grande e equipamentos respectivos, não só para as missões de Poilão como ainda para

⁴⁰ Avaliar a pertinência do uso de pirogas de alumínio, que eventualmente poderia diminuir as necessidades de manutenção já observados nos botes de fiscalização actuais. Estes foram feitos de uma material muito leve, para serem rápidos, mas muito frágeis aos impactos (com outros barcos, pedra, na praia, etc.) o que eleva as frequência e os custos de manutenção, sobretudo do casco.

garantir assegurar a logística entre Bubaque e João-Vieira e entre estes e as demais ilhas do parque e assegurar o apoio das iniciativas de desenvolvimento de Canhabaque.

6.1.9.2. Necessidades na Ilha de Canhabaque

a) – Manutenção e construção de infra-estruturas

As construções destinam-se essencialmente a animar e a apoiar as acções de desenvolvimento em Canhabaque, pelo que estrategicamente deverá acompanhar as diferentes fases do desenvolvimento destes.

Casa de Ambiente e Cultura: Construção de uma **Casa de Ambiente e Cultura** ao modelo da de Bubaque e Formosa, nas tabancas sede da coordenação de cada uma das zona referidas mais acima. Estas serão o lugar de trabalho destes animadores. Estas devem dispor no mínimo, de uma secretaria com postos de trabalho para de três pessoas, uma casa de passagem (mínimo de seis pessoas), um armazém, uma sala de exposição, uma sala de rádio e uma sala de reunião e animação.

Construção de moradias para os animadores: As condições de trabalho da equipe de Canhabaque devem ser adequadas pelo que se recomenda ao menos em cada zona de intervenção a construção de uma casa para os animadores, com condições mínimas para que possam morar com as respectivas famílias.

Expansão das casas multifuncionais: A construção de casas multifuncionais para cada tabanca, sobretudo com casa de passagem, uma farmácia, uma loja comunitária e um posto de rádio.

Expansão da rede de Escolas de Verificação Ambiental de Canhabaque: Uma Unidades escolares para cada zona, a qual deve abarcar segundo as necessidades: a escola com um mínimo de quatro salas, uma biblioteca, sala de professores e gabinete do director e respectivas casas de professores. Estas devem ser posteriormente expandidas as demais tabancas em função da população de crianças em idade escolar.

b) - Manutenção

Trabalhos de manutenção das casas multifuncionais e escolas já existentes revelam-se necessários. Igualmente importante é a manutenção dos postos de radio e USB nas diferentes tabancas de Canhabaque, assim como os poços, as USB.

c) – Equipamento

As casas multifuncionais, as casas de ambiente, as escolas assim como as moradias a construir devem ser equipados de forma óptimal. Em cada casa multifuncional para além dos equipamentos necessários ao funcionamento da loja e da farmácia é necessário que tenha uma radio a funcionar, isto é um posto de radio VHF, uma posto de radio receptor e respectivo sistema solar para a produção de energia. As casas de ambiente devem dispor de equipamento adequado para cumprir as suas funções.

Para o funcionamento desta equipe, há que assegurar a sua ligação regular com Bubaque através de uma canoa, pelo que quatro canoas equipadas para o efeito serão necessárias. Igualmente importante é a disponibilização de motorizadas para que possam cobrir as tabancas sob sua supervisão, assim como de um

equipamento pessoal mínimo (portátil, radio móvel, GPS, mochila e demais equipamentos de campo, farda e botas, consumáveis, etc.).

7. PROGRAMA OPERATIVO ANUAL

7.1. Introdução

Um programa operativo devidamente budgetizado deverá ser aprovado anualmente, tendo por base o que é proposto neste Plano de Gestão. Este, assim como o seu respectivo orçamento, devem ser aprovados nas reuniões do Conselho de Gestão, assim como nas directrizes definidas para o PNJVM por este órgão deliberativo.

7.2. Plano Operativo para o Ano 2009

À Elaborar pelo IBAP

7.3. Estimativa dos Custos de Implementação do Plano de Gestão do PNMJVP

Tabela seguinte resume as actividades e a ventilação dos custos de implantação deste Plano de Gestão. A responsabilidade do seu financiamento é de exclusiva responsabilidade do IBAP e o respectivo Ministério de tutela, assim como de respectivos parceiros, como o FIAL, os POL's, ONG's nacionais e estrangeiras, o BM, entre outros.

Tabela 1 apresenta as estimações anuais e globais para a implementação deste Plano. O orçamento proposto reflectem as necessidades apresentadas, pelo que, mas não faz do que apresentar a situação ideal para um funcionamento eficiente e adequado para garantir a persecução dos objectivos do PNMJVP. O IBAP o poderá adaptar aos programas operativos anuais, assim como a sua capacidade de mobilização de financiamento.

	Ano					Total
	2009	2010	21011	2012	2013	
Total (€)	1.156.160,00	1.035.518,00	1.077.401,50	987.768,43	1.176.489,44	5.068.337,37

7.3.1. Pessoal e Funcionamento do PNMJVP

Tabela 2 apresenta o orçamento proposto para o pessoal. Este reflecte a estratégia de gestão que é proposto para o PNMJVP, que em parte assenta no reforço do pessoal técnico e no aumento e uma boa distribuição dos guardas no seu interior.

Pessoal	Valor Unit. (€/mes)	Ano					Total
		2009	2010	21011	2012	2013	
Director do PNO	692,31	13.500,00	15.525,00	17.853,75	20.531,81	23.611,58	91.714,45

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

Total		13.500,00	15.525,00	17.853,75	20.531,81	23.611,58	91.022,15
Equipa Técnica:							
<i>Ornitólogo</i>	850,00	10.200,00	11.730,00	13.489,50	15.512,93	17.839,86	69.622,29
<i>Agro-florestal</i>	850,00	10.200,00	11.730,00	13.489,50	15.512,93	17.839,86	69.622,29
<i>Socio-conomista</i>	850,00	10.200,00	11.730,00	13.489,50	15.512,93	17.839,86	69.622,29
<i>Adjunto (+60)</i>	60,00	720,00	828,00	952,20	1.095,03	1.259,28	4.914,51
Total		31.320,00	36.018,00	41.420,70	47.633,81	54.778,88	211.171,38
Guarda-Parques							
<i>Chefe de Guardas</i>	450,00	5.400,00	6.210,00	7.141,50	8.212,73	9.444,63	36.858,86
<i>Guarda 1</i>	350,00	4.200,00	4.830,00	5.554,50	6.387,68	7.345,83	28.668,00
<i>Guarda 2</i>	350,00	4.200,00	4.830,00	5.554,50	6.387,68	7.345,83	28.668,00
<i>Guarda 3</i>	350,00	4.200,00	4.830,00	5.554,50	6.387,68	7.345,83	28.668,00
<i>Guarda 4</i>	350,00	4.200,00	4.830,00	5.554,50	6.387,68	7.345,83	28.668,00
<i>Guarda 5</i>	350,00	4.200,00	4.830,00	5.554,50	6.387,68	7.345,83	28.668,00
<i>Guarda 6</i>	350,00	4.200,00	4.830,00	5.554,50	6.387,68	7.345,83	28.668,00
<i>Guarda 7</i>	350,00	4.200,00	4.830,00	5.554,50	6.387,68	7.345,83	28.668,00
Total		34.800,00	40.020,00	46.023,00	52.926,45	60.865,42	234.634,87
Marinheiros							
<i>Marinheiro-Capitão e Responsável do Equipamento náutico</i>	400,00	4.800,00	5.520,00	6.348,00	7.300,20	8.395,23	32.763,43
<i>Marinheiro</i>	300,00	3.600,00	4.140,00	4.761,00	5.475,15	6.296,42	24.572,57
Total		8.400,00	9.660,00	11.109,00	12.775,35	14.691,65	56.636,00
Pessoal-Administrativo							
<i>Administrador</i>	300,00	3.600,00	4.140,00	4.761,00	5.475,15	6.296,42	24.572,57
<i>Logístico</i>	175,00	2.100,00	2.415,00	2.777,25	3.193,84	3.672,91	14.334,00
Total		5.700,00	6.555,00	7.538,25	8.668,99	9.969,34	38.431,57
Demais pessoal							
<i>Mulher de Limpeza</i>	80,00	960,00	1.104,00	1.269,60	1.460,04	1.679,05	6.552,69
Total		960,00	1.104,00	1.269,60	1.460,04	1.679,05	6.472,69
Total Pessoal		94.680,00	108.882,00	125.214,30	143.996,45	165.595,91	638.368,66

Tabela 3 apresenta o orçamento de funcionamento o qual igualmente reflecte as propostas acima referidas e tem como objectivo principal aumentar a eficiência da estrutura de gestão do parque.

**Tabela 3: Orçamento de Funcionamento do PNMJVP
(em €)**

Funcionamento	Valor/ mês	Ano					Total
		2009	20010	21011	2012	2013	
<i>Telefone (satélite)</i>	250,00	3.000,00	3.600,00	4.320,00	5.184,00	6.220,80	22.324,80
<i>Internet</i>	240,00	2.880,00	3.456,00	4.147,20	4.976,64	5.971,97	21.431,81
<i>Transporte</i>	2.500,00	30.000,00	36.000,00	43.200,00	51.840,00	62.208,00	223.248,00
<i>Consumáveis</i>	250,00	3.000,00	3.600,00	4.320,00	5.184,00	6.220,80	22.324,80
<i>Toner e tinta de impressão</i>	150,00	1.800,00	2.160,00	2.592,00	3.110,40	3.732,48	13.394,88
<i>Reparação / Manutenção Infra-estruturas</i>	500,00	6.000,00	7.200,00	8.640,00	10.368,00	12.441,60	44.649,60
<i>Programas informáticos e licenças</i>	50,00	600,00	720,00	864,00	1.036,80	1.244,16	4.464,96
<i>Gasóleo / Gasolina e Lubrificantes</i>	7.500,00	90.000,00	95.400,00	101.124,00	107.191,44	113.622,93	507.338,37
<i>Reparação /Manutenção Equipamentos</i>	750,00	9.000,00	10.800,00	12.960,00	15.552,00	18.662,40	66.974,40
Total		146.280,00	162.936,00	182.167,20	204.443,28	230.325,13	926.151,61

7.3.2. Formação e Capacitação do Pessoal do PNMJVP

A formação e a Capacitação progressiva do pessoal é uma acção indispensável para aumentar a sua performance e eficiência no cumprimento das actividades do parque. É a pedra angular para a persecução dos objectivos do parque. Esta acção não se limita exclusivamente ao pessoal do parque, mas igualmente deverá incluir uma vasta rede de colaboradores, sobretudo jovens, envolvidos na implementação dos diferentes programas e actividades do parque.

Tabela apresenta o orçamento que é proposto no quadro deste plano para as actividades de formação e Capacitação do pessoal e colaboradores do PNMJVP.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

Tabela 4: Orçamento para Formação e Capacitação do Pessoal e Colaboradores do PNJVP (em €)

Formação	Custos/Unit.	Ano					Total
		2009	2010	21011	2012	2013	
<i>Director do Parque</i>	10.000,00	6.000,00	8.000,00	8.400,00	8.820,00	9.261,00	40.481,00
<i>Formação da Equipa técnica</i>	6.000,00	18.000,00	18.000,00	18.900,00	19.845,00	20.837,25	95.582,25
<i>Formação dos Guardas</i>	2.500,00	20.000,00	37.500,00	39.375,00	41.343,75	43.410,94	181.629,69
<i>Formação de Marinheiros</i>	3.000,00	6.000,00	10.000,00	10.500,00	11.025,00	11.576,25	49.101,25
<i>Formação de Colaboradores</i>	500,00	15.000,00	15.000,00	15.750,00	16.537,50	17.364,38	79.651,88
<i>Educação e Sensibilização Ambiental</i>		35.000,00	35.000,00	36.750,00	38.587,50	40.516,88	185.854,38
<i>Seminários/reuniões/conferencias</i>	25.000,00	25.000,00	25.000,00	26.250,00	27.562,50	28.940,63	132.753,13
Total		125.000,00	148.500,00	155.925,00	163.721,25	171.907,31	765.053,56

7.3.3. Materiais e Equipamento

Tabela 5 dá uma ideia sobre o orçamento para materiais e equipamentos destinados a execução do Plano de Gestão do PNMJVP. Este orçamento toma em consideração que carências em materiais e equipamentos afectaram de forma determinante o desenvolvimento das actividades no interior do parque. Pelo que, o que é proposto destina-se igualmente a eliminar os estrangulamentos constatados neste quadro. Este toma igualmente em consideração, a duração dos equipamentos, sobretudo considerando o ambiente onde são utilizados, isto é, próximo do mar e com efeitos nefastos consideráveis do sal e humidade.

Tabela 5: Orçamento para Materiais e Equipamento do PNMJVP (em €)

Materiais e equipamento	Ano					Total
	2009	20010	21011	2012	2013	
<i>Equipamento de oficina</i>	12.000,00		8.000,00			20.000,00
<i>Lancha rápida e equipamento respectivo</i>	40.000,00	4000	4000	5.000,00		53.000,00
<i>Canoa e respectivo equipamento</i>	20.000,00		2.500,00		2.500,00	25.000,00
<i>Motores e peças sobressalentes</i>	10.000,00		10.000,00		10.000,00	30.000,00
<i>Equipamento e Reagentes de laboratório</i>	5.000,00		2.000,00		2.000,00	9.000,00
<i>Equipamento de rádio respectivo sistema de energia</i>	8.000,00		1.500,00	1.500,00	1.500,00	12.500,00
<i>Motorizadas (4 rodas)</i>	8.000,00			6.000,00		14.000,00

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

<i>Equipamento para pesca experimental</i>		5.000,00		2.500,00		7.500,00
<i>Equipamento para colecta e tratamento de amostras biológicas</i>	8.000,00		1.000,00		1.000,00	10.000,00
<i>Anilhas e instrumentos de marcação</i>	12.000,00		12.000,00		7.000,00	31.000,00
<i>Emissores</i>	30.000,00		30.000,00		30.000,00	90.000,00
<i>Impressoras</i>	4.000,00			1.000,00		5.000,00
<i>Portáteis e Pc's e GPS</i>	8.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	6.000,00	20.000,00
<i>Maquinas fotográficas e impressores de fotografias</i>		6.000,00		200,00	1.000,00	7.200,00
<i>Equipamento de Impressão de lembranças</i>	12.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	4.000,00	28.000,00
<i>Bibliografia e Materiais didáticos</i>	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
<i>Materiais e Equipamento de Educ. Ambiental</i>	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
<i>Produção de placas e letreiros de sinalização</i>	12.000,00		12.000,00		12.000,00	36.000,00
<i>Material de limpeza</i>	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	1.200,00	6.000,00
<i>Colchões, lençóis, toalhas, e equipamento das casas de passagem</i>	8.000,00		5.000,00		5.000,00	18.000,00
<i>Mobiliário</i>	12.500,00		12.500,00		12.500,00	37.500,00
<i>Equipamento de Campismo</i>	7.500,00		12.000,00		10.000,00	29.500,00
<i>Equipamento do Pessoal e uniformes</i>	10.000,00		10.000,00		10.000,00	30.000,00
Total	248.200,00	42.200,00	149.700,00	43.400,00	135.700,00	619.200,00

7.3.4. Construções e Infra-estruturas

O orçamento de infra-estruturas toma em consideração sobretudo o que está a ser proposto neste plano nesse quadro, ou seja, sobretudo os novos postos de guarda com respectivos Miradouros, o mini-museu, o armazém e os alojamentos para o pessoal.

Tabela 6: Orçamento para Construções e Infra-estruturas (em €)

Construção-Infraestruturas	Custo/unit.	Ano					Total
	Cuso/unit.	2009	20010	2011	2012	2013	Total
<i>Recuperação das Infra-estruturas</i>		35.000,00	12.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	77.000,00
<i>Três postos de Guarda e equipamento</i>	60.000,00		120.000,00	10.000,00	10.000,00	60.000,00	200.000,00
<i>Depósitos de Combustíveis</i>	18.000,00	18.000,00	18.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	45.000,00
<i>Alojamento</i>		120.000,00		120.000,00	75.000,00	50.000,00	
<i>Miradouro</i>	18.000,00		54.000,00				54.000,00
<i>Museu de Historia Natural</i>			50.000,00		10.000,00		60.000,00
Total		173.000,00	254.000,00	143.000,00	108.000,00	123.000,00	436.000,00

7.3.5. Estudos e Acções de Gestão, Monitoria e Seguimento no Interior do PNMJVP

As acções que se propõe financiar neste quadro (ver Tabela 7) foram salientadas no diagnóstico e foram consideradas na política de gestão através dos programas operativos como pertinentes e necessários, na persecução dos objectivos do parque. A maioria destas acções serão efectuadas em colaboração com instituições parceiras de vocação, as quais devem ser motivadas e reforçadas.

Tabela 7: Orçamento para Estudos,, Acções de Gestão, Monitoria e Seguimento no Interior do PNMJVP (em €)

Estudos e acções ou actividades específicas	Ano					Total
	2009	20010	21011	2012	2013	
Fiscalização	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	90.000,00
Criação e manutenção de banco de dados e modelos para seguimento e monitoria do PNMJVP	10.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	42.000,00
Actualização da cartografia, ocupação dos solo, Zonagem	25.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	20.000,00	67.500,00
Revisão da regulamentação do parque	5.000,00		5.000,00		5.000,00	15.000,00
Gestão, Monitoria e Seguimento dos Usos Agrícolas do Solo	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	40.000,00
Gestão e estabelecimento do mecanismo de concessão de terras e ciclo do umpam-pam	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	15.000,00
<i>Protecção e gestão das zonas e ilhas Sagradas</i>	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	25.000,00
<i>Protecção e gestão das tartarugas Marinhas</i>	50.000,00	52.500,00	55.125,00	57.881,25	60.775,31	276.281,56
<i>Protecção e gestão da população do Papaia-cinzento</i>	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

Recuperação da colónia de nidificação do Sul da Ilha de Meio	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
Monitoria e Gestão das Actividades de Pesca	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
Protecção e Gestão da Avifauna Migradora	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
Estudo, Protecção e Gestão da Exploração de Moluscos	25.000,00	25.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	95.000,00
Estudo, Protecção e gestão da fauna marinha e ictiofauna - ordenamento, gestão, monitoria e seguimento da pescada pesca no PNO	45.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	105.000,00
Monitoria e seguimento das espécies (Crocodilos, Iguanas, Tubarões, etc.)	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	75.000,00
Avaliação do Potencial dos Palmares Naturais	10.000,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	7.500,00	40.000,00
Monitoria e seguimento do turismo e da pesca turística	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	25.000,00	125.000,00
Apoio Inst. As Instituições de Pesquisa	75.000,00	79.500,00	84.270,00	89.326,20	94.685,77	422.781,97
Total	369.000,00	319.000,00	321.395,00	324.207,45	349.961,08	1.683.563,53

7.4. Orçamento para a Execução das Iniciativas de Desenvolvimento na Ilha de Canhabaque

As iniciativas de desenvolvimento local terão lugar na ilha de Canhabaque no quadro de um Programa Comunitário de Desenvolvimento Integrado e Sustentado. Uma estrutura própria sob a supervisão da RB e do PNMJVP através do Comité FIAL do parque, e com o apoio dos POL,s locais, será encarregue da sua execução. Este Programa deve ser desenvolvido num quadro articulado e de concertado com os programas dos POL`s locais. Isto é, uma iniciativa comum para o desenvolvimento da ilha de Canhabaque.

Tabela seguinte dá uma ideia do custo geral destes programa, que de certeza, não conseguirá dar resposta as aspirações do desenvolvimento de Canhabaque, mas sim a criar as bases mínimas para o arranque e a dinamização de um programa de desenvolvimento auto-sustentado. Daí a pertinência da criação de espaços de concertação e do desenvolvimento de uma massa critica local sobre os problemas de desenvolvimento local como as Casas de Ambiente e Cultura.

Tabela 8: Proposta de Orçamento para a Execução das IDL na Ilha de Canhabaque (em €)

	Ano					Total
	2009	2010	2011	2012	2013	
Total	842.380,00	1.019.642,00	1.240.872,58	1.899.695,96	3.831.339,77	8.790.430,31

7.4.1. Pessoal e Funcionamento

Tal como proposto nos programas operativos as Iniciativas de Desenvolvimento Local de Canhabaque terão estruturas próprias. Esta será encarregue da implementação destas iniciativas, isto é, sobretudo daquelas articuladas as iniciativas de conservação do PNMJVP. Tabela 9 apresenta o orçamento do pessoal e do funcionamento para esta estrutura.

Tabela 9: Orçamento para o Pessoal e Funcionamento das Iniciativas de desenvolvimento Local de Canhabaque (em €)

Pessoal	Valor/Unit.	Ano					Total
		2009	2010	21011	2012	2013	
<i>Coordenador de IL</i>	600,00	7.800,00	8.736,00	9.784,32	10.958,44	12.273,45	49.552,21
<i>Animador</i>	450,00	5.850,00	6.552,00	7.338,24	8.218,83	9.205,09	37.164,16
<i>Animador</i>	450,00	5.850,00	6.552,00	7.338,24	8.218,83	9.205,09	37.164,16
<i>Animador</i>	450,00	5.850,00	6.552,00	7.338,24	8.218,83	9.205,09	37.164,16
<i>Animador</i>	450,00	5.850,00	6.552,00	7.338,24	8.218,83	9.205,09	37.164,16
Total		31.200,00	34.944,00	39.137,28	43.833,75	49.093,80	198.208,84
Funcionamento							
<i>Comunicacao/Tel efone (satelite)</i>	200,00	2.400,00	2.640,00	2.904,00	3.194,40	3.513,84	14.652,24
<i>Internet</i>	240,00	2.880,00	3.168,00	3.484,80	3.833,28	4.216,61	17.582,69
<i>Transporte</i>	1.500,00	18.000,00	19.800,00	21.780,00	23.958,00	26.353,80	109.891,80
<i>Consumáveis</i>	250,00	3.000,00	3.300,00	3.630,00	3.993,00	4.392,30	18.315,30
<i>Toner e tinta de impressão</i>	150,00	1.800,00	1.980,00	2.178,00	2.395,80	2.635,38	10.989,18
<i>Reparação / Manutenção Infra-estruturas</i>	500,00		3.500,00	3.850,00	4.235,00	4.658,50	16.243,50
<i>Programas informáticos e licenças</i>	50,00	600,00	660,00	726,00	798,60	878,46	3.663,06
<i>Reparação /Manutenção Equipamentos</i>	1.000,00		4.000,00	4.400,00	4.840,00	5.324,00	18.564,00
Total		28.680,00	39.048,00	42.952,80	47.248,08	51.972,89	209.901,77
TOTAL		59.880,00	73.992,00	82.090,08	91.081,83	101.066,69	408.110,61

7.4.2. Formação

O pessoal das Iniciativas de IDL assim como seus colaboradores dos POL's e das tabancas. Estas ultimas por exemplo devem encarregar-se da gestão quotidiana das IDL, quando membros dos seus respectivos comités de gestão.

Tabela 10: Custo de Formação para a Estrutura de Gestão das IDL e Parceiros na Ilha de Canhabaque (em €)

Formação	Custos/Unit.	Ano					Total
		2009	2010	2011	2012	2013	
<i>Formação dos Animadores</i>	2.000,00	24.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	84.000,00
<i>Formação de Colaboradores (POL's)</i>	500,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	100.000,00
<i>Educação e Sensibilização Ambiental</i>		17.500,00	17.500,00	20.000,00	25.000,00	25.000,00	105.000,00
<i>Seminários, reuniões e conferências</i>	25.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	90.000,00
Total		79.500,00	70.500,00	73.000,00	78.000,00	78.000,00	379.000,00

7.4.3 Materiais, Equipamentos, Construções e infra-estruturas

Tabela 11 apresenta o orçamento estimado para cobrir as necessidades em materiais, equipamentos, construções e infra-estruturas no quadro do IDL do PNMJVP. Estes são indispensáveis para o sucesso das acções de desenvolvimento na Ilha de Canhabaque.

Tabela 11: Orçamento para Materiais, Equipamentos, Construções e infra-estruturas no Quadro das IDL na Ilha de Canhabaque (em €)

Materiais e equipamento	Custo/unit.	Ano					Total
		2009	2010	2011	2012	2013	
<i>Gasóleo / Gasolina e Lubrificantes</i>		12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	60.000,00
<i>Canoa grande e respectivo equipamento</i>		22.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	32.500,00
<i>Motores e peças sobressalentes</i>		10.000,00	1.500,00	1.500,00	10.000,00	1.500,00	24.500,00
<i>Equipamento de rádio respectivo sistema de energia</i>		15.000,00			6.000,00		21.000,00
<i>Motorizadas</i>		12.500,00		12.500,00			25.000,00
<i>Impressoras</i>		2.000,00			2.000,00		4.000,00
<i>Portáteis e Pc's</i>		2.000,00	6.000,00	1.000,00		1.000,00	10.000,00
<i>Maquinas fotográficas e impressores de fotografias</i>			5.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	8.000,00
<i>Bibliografia e Materiais didácticos</i>		2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	12.500,00
<i>Materiais de Educ. Ambiental</i>		10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	50.000,00
<i>Material de limpeza</i>							-
<i>Colchões, lençóis, toalhas, e equipamento das casas de passagem</i>		25.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	65.000,00
<i>Mobiliário</i>			25.000,00	2.500,00			27.500,00
<i>Equipamento de</i>							

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

<i>Campismo</i>		7.500,00	7.500,00		7.500,00		22.500,00
<i>Equipamento do Pessoal e uniformes</i>		10.000,00	10.000,00	5.000,00	5.000,00		30.000,00
Total		131.000,00	92.000,00	60.500,00	68.500,00	40.500,00	392.500,00
Costrucoes e Infra-estruturas							
<i>Manutencao</i>		12.000,00	5.000,00	5.000,00	10.000,00	10.000,00	42.000,00
<i>Escolas de Verificao Ambiental</i>	45.000,00	45.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	90.000,00	405.000,00
<i>Casas de Ambiente e cultura</i>	75.000,00	5.000,00	150.000,00	15.000,00	5.000,00	5.000,00	180.000,00
Total		62.000,00	245.000,00	110.000,00	105.000,00	105.000,00	627.000,00
Total		193.000,00	337.000,00	170.500,00	173.500,00	145.500,00	1.019.500,00

7.4.5. Implementação, Monitoria e Seguimento de IDL na Ilha de Canhabaque

Tabela 12 apresenta o orçamento para a implementação das IDL na Ilha de Canhabaque, onde estão localizada as tabancas proprietárias tradicionais das Ilhas do PNMJVP. A IDL deve ser extensiva a todas as tabancas da ilha Canhabaque, não só no quadro de um desenvolvimento integrado, mas igualmente na base de uma gestão comunitária e participativa envolvendo as populações e seus representantes, os POL's, as autoridades locais, a estrutura da RB e do PNJVP.

Acooes	Custo/ unid.	Ano					Total
		2009	2010	2011	2012	2013	
Elaboração do Progr. de desen. Integrado		25.000,00	5.000,00	4.500,00	4.500,00	4.500,00	
Reforço capacidade dos POL's		65.000,00	84.500,00	109.850,00	142.805,00	185.646,50	587.801,50
Animação Casa Ambiente e Cultura	9.000,00	45.000,00	47.250,00	49.612,50	52.093,13	54.697,78	248.653,41
Animação EVA's	6.000,00	30.000,00	15.000,00	24.000,00	38.400,00	61.440,00	168.840,00
Melhoria da qualidade de agua para o consumo	3.000,00	30.000,00	21.000,00	14.700,00	10.290,00	7.203,00	83.193,00
Apoio a rede sanitária (farmácia comunitária)		8.000,00	10.400,00	13.520,00	17.576,00	22.848,80	72.344,80
Valorização da produção local (palmar, cola, pescado, etc.)		55.000,00	71.500,00	92.950,00	120.835,00	157.085,50	497.370,50
Valorização da farmacopeia local		12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	12.000,00	60.000,00

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

Apoio e promoção da actividade de pesca		75.000,00	97.500,00	126.750,00	164.775,00	214.207,50	678.232,50
Expansão das casas multifuncionais	15.000,00	30.000,00	90.000,00	270.000,00	810.000,00	2.430.000,00	3.630.000,00
Melhoria das Ofertas do Turismo (unidade de Acolhimento, transporte)	75.000,00	75.000,00		75.000,00		75.000,00	225.000,00
Criação de um sistema local de credito		40.000,00	64.000,00	102.400,00	163.840,00	262.144,00	632.384,00
Criação de um sistema local de transporte		20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	20.000,00	100.000,00
Total		510.000,00	538.150,00	915.282,50	1.557.114,13	3.506.773,08	6.983.819,71

LITERATURA

- ALTERBURG, W., WYMENGA, E. & ZUARTS, L. (EDS) 1992. Ornithological importance of the coastal Wetlands of Guinea-Bissau. WIWO report 26, Zeist.
- Ana Campos, Hamilton Monteiro e Paulo Catry (2001). Contribuição para o conhecimento do Papagaio Cinzento *Psitacus erithacus* no Parque Nacional de Orango (Guiné-Bissau).
- BOUJU, S., CATRY, P. & CORDEIRO, J. (2001). Les Aires Protégées de Guinée- Bissau.
- CECI, MDRA-DGFC & UICN, 1990. Proposition d'un réseau d'aires protégées en Guinée-Bissau; zone continental. /por/ Limonges, B.; Robillard, M.J. & Colaboradores. Bissau. 154 pp, maps.
- Clive Barlow, Tim Wacher e Tony Disley (1997). Guia das aves de Gambia e Senegal.
- Cuq et al (2001). Un Système d'Information Géographique pour l'Aide à la Gestion Integre de l'Archipel des Bijagós (Guinée-Bissau. Géosystème –CNRS.*
- INEC/INEP, (2007). Recenseamento e Estudo Socio-económico e Ambiental, 2007.*
- INEP-CEATA & UICN, (1996). Reserva da Biosfera do Arquipélago Bolama Bijagós; Documento de base para elaboração do Plano de Gestão, Bubaque.
- LEI DAS ÁREAS PROTEGIDAS, (1997). Lei-quadro das Áreas Protegidas (Decreto Lei 3/97). Boletim Oficial 21, República da Guiné-Bissau.
- LIMOGES, BENOIT, (1989). Resultats de l'inventaire faunique au niveau national et propositions de modification à la loi sur la chasse/ CECI-UICN,Bissau.
- Paulo Catry (2001), Lista sistemática das aves da Guiné Bissau. UICN Bissau.
- Propositions pour une Stratégie Nationale 2001-2005. UICN, Bissau.
- REINER, F. & SIMÕES, P., (1999). Mamíferos selvagens da Guiné-Bissau. Projecto Delfim-Centro Portug uês Estudos dos Mamíferos Marinhos, Lisboa.
- SALES, R. R., MARETTI, C. C. (1993). Planificação Costeira, Guiné-Bissau. Vol. 1. Relatório Técnico. UICN, Bissau.
- SANCHES, J. G. (1989). Catálogo dos principais peixes marinho da República da Guiné-Bissau/Publicações avulsas do Instituto Nacional de Investigações Pesqueiras (INIP). Nº - 16. Portugal.
- SCHWARZ, C., (2001). Os mangais da Guiné-Bissau. Alguns aspectos ecológicos sobre a situação actual. UICN / GPC, Bissau.
- SILVA, M. A. & ARAUJO, A., DJEDJO, F., GOMES, L. & MONTEIRO, H., (1999). Plano Nacional de Conservação do Manatim Africano (*Trichechus senegalensis*) na Guiné-Bissau. UICN & ICN, Bissau - Lisboa.
- Stéphane Bouju , Paulo Catry (2000): Proposta Plano de Gestão Parque Nacional Marinho João Viera Poilão.

ANEXOS

Anexo I

Tabela 1. : Resumo de Dados Climáticos da Estação de Bolama

Meses	Humidade relativa	Insolação	Velocidade do Vento	Evaporação	Precipitação	Temperatura (12 Anos)		
	17 Anos*	19 Anos	17 Anos	41 Anos**	66 ANOS***	Media	Máxima	Mínima
	(%)	(h)	(m/s)	(mm)	(mm)	(°C)	(°C)	(°C)
Jan	53,50	267,80	2,00	212,10	0,85	25,60	32,30	18,90
Fev	60,20	259,00	2,40	181,20	0,70	26,60	33,30	19,80
Mar	61,40	291,70	2,60	225,00	0,40	27,30	33,70	20,80
Abr	62,70	281,70	3,10	159,30	0,35	27,80	33,20	21,80
Mai	65,90	276,80	2,90	167,30	26,85	28,20	33,10	23,40
Jun	73,20	179,10	2,70	116,50	216,50	27,50	31,50	23,60
Jul	82,50	147,60	2,60	85,80	569,40	26,50	29,80	23,20
Ago	85,30	129,10	2,70	67,40	674,00	26,10	29,20	23,10
Set	83,50	159,60	2,40	71,70	430,55	26,40	30,00	22,80
Out	80,00	517,20	1,70	82,30	201,65	27,30	31,40	22,20
Nov	69,90	245,90	1,80	110,50	31,75	27,50	32,20	22,80
Dez	58,50	255,80	1,80	177,30	4,20	25,70	31,90	19,50
Total		3011,30		1656,40	2157,20			
Media	69,72		2,39			26,88	31,80	21,83

Nota: * 17 Anos: 1960-1967 e 1974 a 1982.

*** 41 Anos: 1941-1981.

*** 66 Anos: 1924-1989

Fonte: - Estação Meteorológica de Bolama

- SUCO-CRAD, 1982.

Anexo II
Característica Bióticas
Lista de Espécies Vegetais e Animais presentes no Interior do PNMJVP

Quadro 1: Lista de Espécies de Repteis Recenseadas na Reserva da Biosfera⁴¹
(Cobras, Serpentes, Tartarugas, Crocodilos, Lagartixas, etc.)

<i>Família</i>	<i>Espécie</i>	<i>Nome Vulgar</i>	<i>Observações</i>
<i>Agamidae</i>	<i>Agama agama</i>		
	<i>Agama sankaranica</i>		
	<i>Agama wedholzi</i>		
<i>Atractaspidae</i>	<i>Atractaspis aterrima</i>		
<i>Boidae</i>	<i>Python regius</i>	Jibóia, "Irân cego"	
	<i>Python sebae</i>	Jibóia, "Irân cego"	
<i>Chamaeleonidae</i>	<i>Chamaeleon gracilis</i>		
	<i>Chamaeleo senegalensis</i>		
<i>Cheloniidae</i>	<i>Caretta caretta</i>	Tartaruga-comum ou careta	Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado CITES, apêndice I
	<i>Chelonia mydas</i>	Tartaruga verde	Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado CITES, apêndice I
	<i>Lepidochelys olivacea</i>	Tartaruga verde	CITES apêndice I
	<i>Eretmochelys imbricata</i>	Tartaruga verdadeira	CITES apêndice I Lista vermelha da UICN: criticamente ameaçado
<i>Colubridae</i>	<i>Boaedon fuliginosus</i>		
	<i>Boaedon lineatus</i>		
	<i>Crotaphopeltis hotamboeia</i>		
	<i>Dispholidus typus</i>		
	<i>Dromophis lineatus</i>		
	<i>Gastropyxis smaragdina</i>		
	<i>Gonionotophis brussauxi</i>		
	<i>Gonionotophis grantii</i>		
	<i>Grayia smithii</i>	Cobra de água	
	<i>Lycophidion irrotatum</i>		
	<i>Lycophidion meleagris</i>		
	<i>Lycophidion semicinctum</i>		
	<i>Mehelya stenophthalmus</i>		
	<i>Natrix olivaceus</i>		
	<i>Philothamnus semivariatus</i>		
	<i>Philothamnus heterodermus</i>		
	<i>Philothamnus heterolepidotus</i>		
	<i>Philothamnus irregularis</i>		
	<i>Prosymna meleagris</i>		
	<i>Psammophis elegans</i>		
	<i>Psammophis phillipsii</i>		
	<i>Psammophis sibilans</i>		
	<i>Thelotornis kirtlandii</i>		
	<i>Thrasops occidentalis</i>		
	<i>Toxicodryas blandingii</i> (Boiga)		
	<i>Dasypeltis scabra</i>		
	<i>Crocodylidae</i>	<i>Crocodylus cataphractus</i>	
<i>Crocodylus niloticus</i>			Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado
<i>Osteolaemus tetraspis</i>		Crocodilo-anão	
<i>Dermochelyidae</i>	<i>Dermochelys coriacea</i>	Tartaruga-de-couro	Lista vermelha da UICN: criticamente ameaçado CITES, apêndice I
<i>Elapidae</i>	<i>Dendroaspis viridis</i>	Mamba	
	<i>Elapsoidea guentherii</i>		
	<i>Elapsoidea semiannulata moebiusi</i>		

⁴¹ Supõem-se que todas estas espécies existam no PNMJVP.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

	<i>Naja haje</i>		
	<i>Naja melanoleuca</i>		
	<i>Naja nigricollis</i>		
<u>Gekkonidae</u>	<i>Euleptes delalandii</i>		
	<i>Hemidactylus guineensis</i>		
	<i>Hemidactylus brookii</i>		
	<i>Lygodactylus gutturalis</i>		
	<i>Tarentola ephippita senegambiae</i>		
<u>Gerrhosauridae</u>	<i>Gerrhosaurus nigrolineatus</i>		
<u>Lacertidae</u>	<i>Latastia ornata</i>		
<u>Leptotyphlopidae</u>	<i>Leptotyphlops narirostris</i>		
<u>Pelomedusidae</u>	<i>Pelomedusa subrufa</i>	Tartaruga de terra	
	<i>Pelusios castaneus</i>		
	<i>Pelusios subniger</i>		
<u>Scincidae</u>	<i>Chalcides thierryi pulchellus</i>		
	<i>Lygosoma (riopa) guineense</i>		
	<i>Mabuya affinis</i>		
	<i>Mabuya perroteti</i>		
	<i>Riopa tristaoui</i>		
<u>Testudinoidea</u>	<i>Kinixys erosa</i>		
	<i>Kinixys homeana</i>		
<u>Trionychidae</u>	<i>Cyclanorbis senegalensis</i>	Tartaruga de água doce	Lista vermelha da UICN criticamente ameaçado
<u>Trionychidae</u>	<i>Trionyx triunguis</i>		
<u>Typhlopidae</u>	<i>Typhlops punctatus</i>		
<u>Varanidae</u>	<i>Varanus niloticus</i>	"Linguana"	
	<i>Bitis nasicornis</i>		
	<i>Bitis arietans</i>		
	<i>Causus maculatus</i>		
<u>Viperidae</u>	<i>Causus rhombeatus</i>		

Quadro 2: Lista de Espécie de Aves Recenseadas na Reserva da Biosfera⁴²

<i>Família</i>	Nome científico	Nome português	Origem	Estatuto	Nidif.	Observações
<i>Accipitridae</i>	<i>Accipiter badius</i>	Gaviao-chicra				
<i>Scolopacidae</i>	<i>Actitis hypoleucos</i>	Macarico-das-Rochas		Co		
<i>Jacanidae</i>	<i>Actophilornis africana</i>	Jacana	A	Co		
<i>Alcedinidae</i>	<i>Alcedo atthis</i>	Picapeixe		Co		
<i>Alcedinidae</i>	<i>Alcedo cristata</i>	Guarda-rios, Pica-Peixe-De-Poupa		co		
<i>Anatidae</i>	<i>Alopochen aegyptiaca</i>	Ganso de Egipto	A	Ra	x	
<i>Estrildidae</i> ⁴³	<i>Amandava subflava</i>	Peito dourado		Co		
<i>Rallidae</i>	<i>Amaurornis flavirostra</i>					
<i>Phalacrocoracidae</i>	<i>Anhinga rufa</i>	Mergulhão-serpente	A	Co	x	
<i>Nectariniidae</i>	<i>Anthreptes gabonicus</i>	Beij-flor				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Anthreptes metallicus</i>	Beija-flor do Nilo				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Anthreptes platurus</i>	Beija-flor-rabilongo				
<i>Motacillidae</i>	<i>Anthus leucophrys</i>	Petinha (Plain-backed Pipit)				
<i>Apodinae</i>	<i>Apus affinis</i>	Andorinhão-pequeno	Comum, nidifica			
<i>Ardeidae</i> ⁴⁴	<i>Ardea cinerea</i>	Garça real	P ; A/P	Co		
<i>Ardeidae</i>	<i>Ardea goliath</i>	Garça gigante	A	Co	x	
<i>Ardeidae</i>	<i>Ardea melanocephala</i>	Garça de pescoço negro, Garça de pescoço negro	A	Co		
<i>Ardeidae</i>	<i>Ardea purpurea</i>	Garça purpúrea, Garça -vermelha	A/P	Co		
<i>Ardeidae</i>	<i>Ardeola ibis</i>	Garça boeira	A/P	Co	x	
<i>Ardeidae</i>	<i>Ardeola ralloides</i>	Papa-ratos, Garça caranguejeira	A/P	Co	x	
<i>Charadriidae</i> ⁴⁵	<i>Arenaria interpres</i>	Rola do mar	P	Co		
<i>Guidae</i>	<i>Balearica pavonica</i>	Ganga		Co		CITES II
<i>Platysteiridae</i>	<i>Batis senegalensis</i>	Corvo?				
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Bostrychia hagedash</i>	Singanga	A	Co	x	6
<i>Ploceidae</i>	<i>Bubalornis albirostris</i>	Tecelão de bico branco				
<i>Ardeidae</i>	<i>Bubulcus ibis</i>	Carraceiro ou Garça-vaqueira				
<i>Bucerotidae</i>	<i>Bucorvus abyssinicus</i>	Grande calaus				Cl. B Conv. de Londres
<i>Procellariidae</i>	<i>Bulweria sp</i>	alma-negra				
<i>Sturnidae</i>	<i>Buphagus africanus</i>	Yellow-billed Oxpecker				
<i>Burhinidae</i>	<i>Burhinus capensis</i>	Alcaravão				
<i>Burhinidae</i>	<i>Burhinus senegalensis</i>	Alcaravão do Senegal	A	Co		
<i>Ardeidae</i>	<i>Butorides striatus</i>	Garça de cabeça negra, socozinho	A	Co	x	
<i>Bucerotidae</i>	<i>Bycanistes fistulator</i>	Calaus				
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Calidris alba</i>	Sanderligno, Pilrito-das-praias	P	Co		
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Calidris alpina</i>		P	Co		

⁴² Podem eventualmente ser encontrados no PNMJVP, local onde os inventários ainda não são muito exaustivos.

⁴³ - Este grupo é representado por dezoito espécies na Guiné-Bissau.

⁴⁴ - Quinze espécies são conhecidas na Guiné-Bissau.

⁴⁵ - Este grupo é representado na Guiné-Bissau por trinta e uma espécies, sendo a maioria migradora.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Calidris canutus</i>		P			
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Calidris canutus</i>	Seixoeira				
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Calidris ferruginae</i>	Borrelho de rabadilha branca	P			
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Calidris ferruginea</i>	Pilrito-de-bico-comprido				
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Calidris minuta</i>	Maçarico menor	P			
<i>Campephagidae</i>	<i>Campephaga phoenicea</i>					
<i>Caprimulgidae</i>	<i>Caprimulgus climacurus</i>	Notibó				
<i>Cuculidae</i>	<i>Centhmocharis aereus??</i>	Ibis, Green Coacal				
<i>Cuculidae</i>	<i>Centropus senegalensis</i>	Pássaro-governo				
<i>Bucerotidae</i>	<i>Ceratogymna elata</i>	Calaus				
<i>Cerylinae</i>	<i>Ceryle rudis</i>	Guarda-rios-malhado				
<i>Alcedinidae</i>	<i>Ceyx pictus</i>					
<i>Charadriidae</i>	<i>Charadrius alexandrinus</i>	Tarambola, Borrelho-pequeno-de-coleira, Borrelho-de-coleira-interrompida	P	Co		
<i>Charadriidae</i>	<i>Charadrius hiaticula</i>	Tuitui, Borrelho-grande-de-coleira	P			
<i>Charadriidae</i>	<i>Charadrius marginatus</i>	Tarambola marginado	A	Co	x	
<i>Laridae</i>	<i>Chlidonias niger</i>	Gaivina-preta				
<i>Cuculidae</i>	<i>Chrysococcyx caprius</i>	Cuco-bronzeado				
<i>Cuculidae</i>	<i>Chrysococcyx klaas</i>	Cuco				
<i>Ciconiidae</i> ⁴⁶	<i>Ciconia episcopus</i>	Cegonha episcopal, Cegonha	A	Co		
<i>Sturnidae</i>	<i>Cinnyricinclus leucogaster</i>	Estorninho-de-dorso-violeta		Co		
<i>Accipitridae</i>	<i>Circus aeruginosus</i>	Águia-sapeira, Tartaranhão-ruivo-dos-paus				
<i>Cisticolidae</i>	<i>Cisticola natalensis</i>	Boita-do-natal, Croaking Cisticola				
<i>Coraciidae</i> ⁴⁷	<i>Coracias abyssinicus</i>	Rolieiro da Abissínia				
<i>Coraciidae</i>	<i>Coracias cyanogaster</i>	Rolieiro, Blue-bellied Roller				
<i>Corvidae</i>	<i>Corvus albus</i>	Corvo, Gralha-de-barriga-branca				
<i>Muscicapidae</i>	<i>Cossypha niveicapilla</i>	Snowy-crowned Robin-chat				
<i>Musophaqidae</i>	<i>Crinifer piscator</i>	Touraco gris				
<i>Anatidae</i>	<i>Dendrocygna bicolor</i>	Pato	A			
<i>Anatidae</i>	<i>Dendrocygna viduata</i>	Irerê, Pato coral	A	Ra	x	
<i>Picidae</i>	<i>Dryocopus gambensis</i>	Pica-pau				
<i>Ardeidae</i>	<i>Egretta alba</i>	Garça-branca-grande	A ; A/P	Co	x	
<i>Ardeidae</i>	<i>Egretta ardesiaca</i>	Garça ardósia	A	Co	x	
<i>Ardeidae</i>	<i>Egretta ardesiaca</i>	Black Heron, Garça ardósia	Comum, nidifica	Co	x	
<i>Ardeidae</i>	<i>Egretta garzetta</i>	Garça-branca, Garçeta	A/P	Co	x	
<i>Ardeidae</i>	<i>Egretta gularis</i>	Garça-dos-recifes, Garça marinha	A	Co	x	
<i>Ardeidae</i>	<i>Egretta intermedia</i>	Garça-branca-intermédia, Garça de	A	Ra	x	

⁴⁶ - Este grupo é representado na Guiné-Bissau por cinco espécies.

⁴⁷ - Cinco espécies conhecidas na Guiné-Bissau.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

		bico curto				
<i>Ciconiidae</i>	<i>Ephippiorhynchus senegalensis</i>	Jabiru, Saddlebilled Stork	A	Ra		
<i>Sylviidae</i>	<i>Eremomela pusilla</i>	Green-backed Eremomela				
<i>Estrildidae</i>	<i>Estrilda bengala</i>	Peito celeste				
<i>Estrildidae</i>	<i>Estrilda caerulescens</i>	Lavandinha				
<i>Estrildidae</i>	<i>Estrilda melpoda</i>	Face laranja				
<i>Ploceidae</i>	<i>Euplectes afer</i>	Arcebispo, Tecelão de cabeça amarela				
<i>Ploceidae</i>	<i>Euplectes hordeaceus</i>	Cardeal				
<i>Ploceidae</i>	<i>Euplectes orix</i>	Cardeal menor				
<i>Otididae</i>	<i>Eupodotis melanogaster</i>	Abertada de barriga preta, Black-bellied Bustard	A	Ra		CITES II
<i>Falconidae</i>	<i>Falco cuvieri</i>		A	Ra		CITES II
<i>Falconidae</i>	<i>Falco peregrinus</i>		P	Ra		CITES II
<i>Muscicapidae</i>	<i>Ficedula hypoleuca</i>	Papa-moscas				
<i>Phasianidae</i>	<i>Francolinus achantensis lopkinsoni</i>	Perdiz de gunal	A	Ra		
<i>Phasianidae</i>	<i>Francolinus bicalcaratus bicalcaratus (Linné)</i>	Perdiz africana	A	Co		
<i>Rallidae</i>	<i>Gallinula chloropus</i>	Galinha de agua	A	Ra		
<i>Laridae</i>	<i>Gelochelidon nilotica</i>	Tagaz				
<i>Glareolidae</i>	<i>Glareola pratincola</i>	Perdiz-do-mar				
<i>Guidae</i>	<i>Grus carunculatus</i>	Grou de coruncula		Ra		CITES II
<i>Phasianidae</i>	<i>Guttera edourda pallasi Stone</i>	Galinha azul, Galinha do mato	A	Ra		
<i>Accipitridae</i>	<i>Gypohierax angolensis</i>	Abutre de coconote, abutre-das-palmeiras	A	Co	x	
<i>Charadriidae</i>	<i>Haematopus ostralegus</i>	Ostraceiro	P			
<i>Alcedinidae</i>	<i>Halcyon chelicuti</i>	Pica-peixe-riscado				
<i>Alcedinidae</i>	<i>Halcyon leucocephala</i>	Guarda-rios, Passarinha, Grey-headed Kingfisher				
<i>Alcedinidae</i>	<i>Halcyon malimbica</i>	Guarda-rios, Blue-breasted Kingfisher				
<i>Alcedinidae</i>	<i>Halcyon senegalensis</i>	Guarda-rios, Woodland Kingfisher				
<i>Accipitridae</i>	<i>Haliaeetus vocifer</i>	Pigargo-africano, Águia-pesqueira, Águia gritadeira				
<i>Accipitridae</i> ⁴⁸	<i>Haliaeetus vocifer</i>	Águia de gritadeira	A	Co	x	
<i>Charadriidae</i>	<i>Himantopus himantopus</i>	Perna longa, Pernilongo	A/P	Co		
<i>Sylviidae</i>	<i>Hippolais polyglotta</i>	Felosa -poliglota				
<i>Hirundinidae</i>	<i>Hirundo lucida</i>	Andorinha				
<i>Sylviidae</i>	<i>Hylia prasina</i>	Green Hylia				
<i>Indicatoridae</i>	<i>Indicator indicator</i>	Greater Honeyguide, Indicateur				
<i>Indicatoridae</i>	<i>Indicator maculatus</i>	Spotted Honeyguide				
<i>Accipitridae</i>	<i>Kaupifalco monogrammicus</i>	Lizard Buzzard				
<i>Sturnidae</i>	<i>Lamprotornis caudatus</i>	Long-tailed Glossy Starling				
<i>Sturnidae</i>	<i>Lamprotornis chalybaeus</i>	Greater Blue-eared Glossy-Starling				
<i>Sturnidae</i>	<i>Lamprotornis purpureus</i>	Purple Glossy-Starling				

⁴⁸ - Este grupo é representado por vinte e cinco espécies na Guiné-Bissau.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

<i>Sturnidae</i>	<i>Lamprotornis splendidus</i>	Splendid Glossy-starling				
<i>Estrildidae</i>	<i>Langonosticta senegala</i>	Bico de lacre, Peito-de-fogo				
<i>Laridae</i>	<i>Larus cirrocephalus</i>	Gaivota-de-cabeça-cinza				
<i>Laridae</i>	<i>Larus dominicanus</i>	Kelp Gull				
<i>Laridae</i>	<i>Larus genei</i>	Gaivota-de-bico-fino				
<i>Laridae</i>	<i>Larus sabini</i>	Gaivota de Sabine				
<i>Laridae</i>	<i>Larus cirrhocephalus</i>	Gaivota			x	
<i>Ciconiidae</i>	<i>Leptoptilos crumeniferus</i>	Marabu	A	Ra		Cl. B Con. Londres
<i>Scolopacidae (Charadriidae)</i>	<i>Limosa lapponica</i>	Grualeta, Fuselo, Macarico, Bar-tailed Godwit	P			
<i>Scolopacidae (Charadriidae)</i>	<i>Limosa limosa</i>	Hilherango	P	Co		
<i>Scolopacidae (Charadriidae)</i>	<i>Limosa limosa</i>	Milherango, Black-tailed Godwit				
<i>Estrildidae</i>	<i>Lonchura cucullata</i>	Freirinha, Merganso-capuchinho, Bronze Munia				
<i>Caprimulgidae</i> ⁴⁹	<i>Macrodipteryx longipennis</i>	Noitibós				
<i>Ploceidae</i>	<i>Malimbus nitens</i>	Gray's Malimbe				
<i>Alcedinidae</i>	<i>Megaceryle maxima</i>	Giant Kingfisher				
<i>Meropidae</i>	<i>Merops albicollis</i>	White-throated Bee-eater				
<i>Meropidae</i>	<i>Merops nubicus</i>	Northern Carmine Bee-eater				
<i>Meropidae</i>	<i>Merops persicus</i>	Blue-cheeked Bee-eater				
<i>Meropidae</i>	<i>Merops pusillus</i>	Little Bee-eater				
<i>Picidae</i>	<i>Mesopicos goertae</i>	grey woodpecker				
<i>Accipitridae</i>	<i>Micronisus gabar</i>	Gabar Goshawk				
<i>Accipitridae</i>	<i>Milvus migrans spp parasiticus</i>	Milhafre, Milhafre-preto	A/P	Co	x	
<i>Motacillidae</i>	<i>Motacilla flava</i>	Yellow Wagtail				
<i>Accipitridae</i>	<i>Necrosyrtes monachus</i>	Hooded Vulture				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Nectarinia chloropygius</i>	Olive-bellied Sunbird				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Nectarinia coccinigaster</i>	Splendid Sunbird				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Nectarinia cuprea</i>	Beija-flor-cobreado, Copper Sunbird				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Nectarinia puchella</i>	Beautiful Sunbird				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Nectarinia senegalensis</i>	Scarlet-chested Sunbird				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Nectarinia venusta</i>	Variable Sunbird				
<i>Nectariniidae</i>	<i>Nectarinia verticalis</i>	Green-headed Sunbird				
<i>Accipitridae</i>	<i>Neophron monachus</i>	Abutre	A	Co		
<i>Otididae</i>	<i>Neotis denhami</i>	Denham's Bustard				
<i>Charadriidae</i>	<i>Numenius arquata</i>		P	Co		
<i>Scolopacidae</i>	<i>Numenius arquata</i>	Maçarico-real, Curlew (Whaup)				
<i>Charadriidae</i>	<i>Numenius phaeopus</i>	Meio-maçarico	P	Ab		
<i>Scolopacidae</i>	<i>Numenius phaeopus</i>	Maçarico-de-bico-torto, Maçarico-galego				
<i>Phasianidae</i>	<i>Numida meleagris</i>	Galinha de mato				
<i>Ardeidae</i>	<i>Nycticorax leuconocus</i>	Goraz de costas brancas			x	

⁴⁹ - Cinco espécies conhecidos na Guiné-Bissau.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

<i>Ardeidae</i>	<i>Nycticorax leuconocus</i>	Goraz de costas brancas	Nidifica			
<i>Ardeidae</i>	<i>Nycticorax nycticorax</i>	Taquiri, Goraz	A/P	Co	x	
<i>Oriolidae</i>	<i>Oriolus auratus</i>	African Golden Oriole				
<i>Otididae</i>	<i>Otis arabs</i>	Grande abetarda_				CITES II
<i>Strigidae</i>	<i>Otus leucotis (Ptilopsis leucotis)</i>	Northern White-faced Owl				
<i>Accipitridae</i>	<i>Pandion haliaetus</i>	Minhote-gaivota, Águia-pescadora	P	Co		
<i>Passeridae</i>	<i>Passer griseus</i>	Grey-headed Sparrow				
<i>Pelecanida</i>	<i>Pelecanus onocrotalus</i>	Pelicano branco	A			
<i>Pelecanidae</i>	<i>Pelecanus rufescens</i>	Pelicano cinzento	A	Co	x	(Rio G. Buba)
<i>Phaethontidae</i>	<i>Phaethon aetherus aetherus</i> Linné	Junco				
<i>Phalacrocoracidae</i>	<i>Phalacrocorax africanus</i>	Corvo-marinho-africano, Cormorano africano	A ; A/P	Co	x	
<i>Phalacrocoracidae</i>	<i>Phalacrocorax carbo lucidus</i>	Corvo-marinho, Cormorant				
<i>Phalacrocoracidae</i>	<i>Phalacrocorax carbo spp lucidus</i>	Corvo marinho	A	Ra	x	
<i>Charadriidae</i>	<i>Philomachus pugnax</i>	Brigão	P	Co		
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Phoenicopterus minor</i>	Flamingo menor		Ra		CITES II
<i>Phoenicopteridae</i>	<i>Phoenicopterus ruber</i>	Flamingo				
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Phoenicopterus ruber</i>	Flamingo	P	Ra		CITES II
<i>Phoeniculidae</i>	<i>Phoeniculus purpureus</i>	Green Woodhoopoe				
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Platalea alba</i>	Colhereiro-africano, African spoonbill	A	Co	x	
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Platalea leucorodia</i>	Colhereiro, Spoonbill				
<i>Platysteiridae</i>	<i>Platysteira cyanea</i>	Brown-throated Wattle-eye				
<i>Anatidae</i>	<i>Plectropterus gambensis</i>	Ganso de Gambia	A	Co	x	
<i>Anatidae</i>	<i>Plectropterus gambensis</i>	Pato-ferrão, Ganso de Gambia	Comum, nidifica			
<i>Ploceidae</i>	<i>Ploceus cucullatus</i>	Cacho-caldeirão	A	Co		
<i>Ploceidae</i>	<i>Ploceus heuglini</i>	Heuglin's Masked Weaver				
<i>Ploceidae</i>	<i>Ploceus melanocephalus</i>	Tecelão de cabeça preta				
<i>Ploceidae</i>	<i>Ploceus nigricollis</i>	Black-necked Weaver				
<i>Ploceidae</i>	<i>Ploceus velatus</i>	Tecelão-de-máscara				
<i>Charadriidae</i>	<i>Pluvialis squatarola</i>	Tarambola-cinzenta, Grey Plover	P			
<i>Psittacidae</i>	<i>Poicephalus robustus</i>	Periquito de bico grosso		Ra		CITES II
<i>Psittacidae</i>	<i>Poicephalus senegalus</i>	Periquito massorongo		Co		CITES II
<i>Accipitridae</i>	<i>Polyboroides radiatus</i>	Serpentária pequeno	A	Ra		CITES II
<i>Accipitridae</i>	<i>Polyboroides typus</i>	Secretário-pequeno				
<i>Psittacidae</i>	<i>Psittacula krameri</i>	Periquito rabijunco				CITES II
<i>Psittacidae</i>	<i>Psittacus erithacus</i>	Papagaio cinzento		Ra		CITES II
<i>Pteroclididae</i>	<i>Pterocles quadricinctus</i>	Four-banded Sandgrouse				
<i>Ptericidae</i>	<i>Pterocles quadricinctus quadricinctus</i> Temminck	Codorniz dourada	A			
<i>Phasianidae</i>	<i>Ptilopachus petrosus petrosus</i>		A	Co		
<i>Corvidae</i>	<i>Ptilostomus afer</i>	Pega africana				
<i>Pycnonotidae</i>	<i>Pycnonotus barbatus</i>	Garden Bulbul,				

⁵⁰ - Não observada durante o inventario.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

		Common Bulbul				
<i>Estrildidae</i>	<i>Pyrenestes sanguineus</i>	Crimson Seedcracker				
<i>Estrildidae</i>	<i>Pytelia melba</i>	Melva				
<i>Ploceidae</i>	<i>Quelea quelea</i>	Tecelão de bico vermelho				
<i>Charadriidae</i>	<i>Recurvirostra avosetta</i>	Meio-maçarico				
<i>Anatidae</i> ⁵¹	<i>Sarckidiornis melanota</i>	Pato de caruncula		Ra		CITES II
<i>Helornithidae</i>	<i>Sarothura pulchra</i>	White-spotted Pygmy Crake				
<i>Rallidae</i>	<i>Sarothura pulchra</i>	Frango de agua pintado	A	Ra		
<i>Muscicapidae</i>	<i>Saxicola rubetra</i>	Cartaxo-nortenho, Whinchat				
<i>Scopidae</i>	<i>Scopus umbretta</i>	Passaro-martelo	A	Ra		
<i>Fringillidae</i>	<i>Serinus mozambicus</i>	Canários				
<i>Laridae</i>	<i>Sterna albifrons</i>	Chilreta, Little Tern				
<i>Laridae</i>	<i>Sterna bengalensis</i>	Garajau-pequeno, Lesser Crested Tern				
<i>Laridae</i>	<i>Sterna caspia</i>	Gaivina maior, Garajau-grande, Caspian Tern			x	
<i>Laridae</i>	<i>Sterna hirundo</i>	Gaivina, Andorinha-do-mar-comum, Trinta-réis-boreal, Common Tern				
<i>Laridae</i>	<i>Sterna maxima</i>	Garajau-real, Trinta-réis-real, Royal Tern				
<i>Laridae</i>	<i>Sterna sandvicensis</i>	Garajau, Sandwich Tern				
<i>Columbidae</i>	<i>Streptopelia semitorquata</i>	Rolas, Red-eyed Dove				
<i>Columbidae</i>	<i>Streptopelia vinacea</i>	Rolas, Vinaceous Dove				
<i>Silidae</i>	<i>Sula leucogaster leucogaster</i> (Boddaert)	Alcatraz	A	Ra		
<i>Podicipedidae</i>	<i>Tachybaptus ruficollis</i>	Mergulhão-pequeno				
<i>Monarchidae</i>	<i>Terpsiphone rufiventer</i>	Black-headed Paradise-Flycatcher				
<i>Monarchidae</i>	<i>Terpsiphone viridis</i>	African Paradise-Flycatcher				
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Threskiornis aethiopica</i>	Ibis sagrada	A	Co	x	
<i>Threskiornithidae</i>	<i>Threskiornis aethiopicus</i>	Ibis sagrado				
<i>Bucerotidae</i>	<i>Tockus fasciatus</i>	Bico-de-serra-preto, African Pied Hornbill				
<i>Bucerotidae</i>	<i>Tockus nasutus</i>	Bico-de-serra-cinzento, African Grey Hornbill				
<i>Columbidae</i>	<i>Treron australis</i>	Madagascar Green-Pigeon				
<i>Columbidae</i> ⁵²	<i>Treron australis</i>	Pomba verde				
<i>Columbidae</i>	<i>Treron waalia</i>	Pomba verde amarela		Co		
<i>Accipitridae</i>	<i>Trigonoceps occipitalis</i>	Jagudi real		Co		(I. Bolama)
<i>Scolopacidae</i> (Charadriidae)	<i>Tringa erythropus</i>	Cavalheiro pardo	P	Ra		
<i>Scolopacidae</i> (Charadriidae)	<i>Tringa glareola</i>	Maçarico silvestre	P	Co		
<i>Scolopacidae</i> (Charadriidae)	<i>Tringa glareola</i>	Maçarico-bastardo				

⁵¹ - Este grupo é representado por doze espécies na Guiné-Bissau, entre os quais seis migradoras palearcticas.

⁵² - Onze espécies deste grupo são presentes na Guiné-Bissau.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Tringa hypoleucos</i>	Maçarico das rochas	P	Co		
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Tringa nebularia</i>	Maçarico cinzento, perna-verde-comum, Common Greenshank	P	Co		
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Tringa nebularia</i>					
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Tringa ochropus</i>		P	Ra		
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Tringa stagnatilis</i>	Maçarico dos pântanos	P	Ra		
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Tringa stagnatilis</i>	Marsh Sandpiper				
<i>Scolopacidae</i> (<i>Charadriidae</i>)	<i>Tringa totanus</i>	Chalreta, Common Redshank	P			
<i>Columbidae</i>	<i>Turtur afer</i>	Blue spotted wood dove				
<i>Tytonidae</i>	<i>Tyto alba</i>	Coruja das Torres				
<i>Charadriidae</i>	<i>Vanellus senegallus</i>	Barbilhão amarelo, Wattled Lapwing	A	Co		
<i>Charadriidae</i>	<i>Vanellus spinosus</i>	Tuitui de ferrão, Spur- winged Plover	A	Co		
<i>Viduidae</i>	<i>Vidua chalybeata</i>	Village Indigobird				
<i>Ploceidae</i>	<i>Vidua macroura</i>	Viuvinha				
<i>Ploceidae</i>	<i>Vidua orientalis</i>	viúva				

Quadro 3: Lista de Espécies de Peixes Recenseadas no Interior do PNMJVP

Família	Espécie	Nomes Vulgares
<i>Acanthuridae</i>	<i>Acanthurus monroviae</i>	
<i>Albulidae</i>	<i>Albula vulpes</i> <i>Pterothrissus belloci</i>	
<i>Antennariidae</i>	<i>Antennarius pardalis</i>	
<i>Ariidae</i>	<i>Arius latiscutatus</i> <i>Arius parkii</i> <i>Arius heudeloti</i> <i>Arius gigas</i>	Bagres
<i>Batrachoididae</i>	<i>Batrachoides liberiensis</i> <i>Halobatrachus didactylus</i>	
<i>Belonidae</i>	<i>Strongylura senegalensis</i> <i>Tylosurus acus rafale</i> <i>Tylosurus crocodilus</i> <i>Ablennes hians</i>	Peixe-agulhas
<i>Bothidae</i>	<i>Citharichthys stampflii</i> <i>Syacium micurum</i>	
<i>Carangidae</i>	<i>Caranx crysos</i> <i>Caranx hippos</i> <i>Caranx senegallus</i> <i>Caranx latus</i> <i>Hemicaranx bicolor</i> <i>Chloroscombrus chrysurus</i> <i>Lichia amia</i> <i>Selene dorsalis</i> <i>Trachinotus teraia</i> <i>Trachinotus maxillosus</i> <i>Trachinotus ovatus</i> <i>Uraspis secunda</i> <i>Alectis alexandrinus</i> <i>Decapterus punctatus</i> <i>Decapterus rhonchus</i>	Lirios (ou sereias) ...
<i>Carcharhinidae</i>	<i>Rhizoprionodon acutus</i> <i>Carcharhinus falciforme</i> <i>Carcharhinus limbatus</i> <i>Carcharhinus signatus</i> <i>Carcharhinus brevipinna</i> <i>Carcharhinus longimanus</i> <i>Galeocerdo cuvieri</i> <i>Prionace glauca</i>	Tubarões e afins Tubarão-tigre
<i>Chaetodontidae</i>	<i>Chaetodon hoefleri</i>	
<i>Cichlidae</i>	<i>Saratherodon melanotheron</i> <i>Tilapia guineensis</i> <i>Hemichromis fasciatus</i>	Bentanas (ou tilapias) e afins
<i>Clupeidae</i>	<i>Ethmalosa fimbriata</i> <i>Ilisha africana</i> <i>Sardinella maderensis</i> <i>Sardinella aurita</i> <i>Sardinella rouxi</i> <i>Sardina pilchardus</i> <i>Pellonula leonensis</i>	Djafal Sardinha
<i>Cynoglossidae</i>	<i>Cynoglossus senegalensis</i> <i>Cynoglossus cadenati</i> <i>Cynoglossus monodi</i>	
<i>Dasyatidae</i>	<i>Dasyatis margarita</i> <i>Dasyatis margaritella</i> <i>Dasyatis centroura</i>	Raias (ou Peixe Areia)
<i>Depranidae</i>	<i>Deprane africana</i>	

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

<i>Echeneididae</i>	<i>Echeneis naucrates</i>	
<i>Elopidae</i>	<i>Elops lacerta</i>	Rebenta-conta
<i>Ehippidae</i>	<i>Chaetodipterus lippei</i> <i>Chaetodipterus goreensis</i>	
<i>Fistulariidae</i>	<i>Fistularia petimba</i>	
<i>Gerridae</i>	<i>Eucinostomus melanopterus</i> <i>Gerres nigri</i>	Peixe-prata
<i>Ginglymostomatidae</i>	<i>Ginglymostoma cirratum</i>	
<i>Gobiidae</i>	<i>Porogobius cirratum</i>	Cabozes
<i>Gymnuridae</i>	<i>Gymnura micrura</i>	
<i>Haemulidae</i> (<i>Pomadasyidae</i>)	<i>Brachydeuterus auritus</i> <i>Plectorhynchus macrolepis</i> <i>Pomadasy peroteti</i> <i>Pomadasy rogeri</i> <i>Pomadasy jubelini</i> <i>Pomadasy incisus</i>	Corre-corres
<i>Hemiramphidae</i>	<i>Hemiramphus brasiliensis</i> <i>Hyporamphus picarti</i>	
<i>Leptochariidae</i>	<i>Leptocharias smithii</i>	
<i>Lethrinidae</i>	<i>Lethrinus atlanticus</i>	
<i>Lobotidae</i>	<i>Lobotes surinamensis</i>	
<i>Lutjanidae</i>	<i>Lutjanus dentatus</i> <i>Lutjanus goreensis</i> <i>Lutjanus senegalensis</i> <i>Lutjanus agennes</i>	Bicas e afins
<i>Monacanthidae</i>	<i>Stephanolepis hispidus</i>	
<i>Mugilidae</i>	<i>Liza dumerili</i> <i>Liza falcipinnis</i> <i>Liza grandisquamis</i> <i>Mugil bananensis</i> <i>Mugil cephalus</i> <i>Mugil curema</i> <i>Mugil capurrii</i>	Tainhas e Fataças
<i>Mullidae</i>	<i>Pseudupeneus prayensis</i>	
<i>Muraenidae</i>	<i>Muraena helena</i>	Moreia
<i>Myliobatidae</i>	<i>Pteromylaeus bovinus</i> <i>Myliobatus aquila</i>	
<i>Polynemidae</i>	<i>Galeoides decadactylus</i> <i>Polydactylus quadrifilis</i> <i>Pentanemus quinquarius</i>	Barbinho
<i>Pomacentridae</i>	<i>Abudefduf marginatus</i>	Castanheta
<i>Pomatomidae</i>	<i>Pomatomus saltatrix</i>	
<i>Pristidae</i>	<i>Pristis pristis</i> <i>Pristis microdon</i>	
<i>Psettodidae</i>	<i>Psettias sebae</i> <i>Psettodes bennetti</i> <i>Psettodes balcheri</i>	Linguados??
<i>Rachycentridae</i>	<i>Rachycentron canadum</i>	
<i>Rajidae</i>	<i>Raja miraletus</i>	Raia
<i>Rhinobathidae</i>	<i>Rhinobatos cemiculus</i> <i>Rhinobatos rhinobatos</i>	
<i>Rhinopteraidae</i>	<i>Rhinoptera bonasus</i>	
<i>Scaridae</i>	<i>Scarus hoefleri</i> <i>Nicholsina usta</i>	Peixes-papagaio (?)
<i>Sciaenidae</i>	<i>Pseudotolithus senegalensis</i> <i>Pseudotolithus elongatus</i> <i>Pseudotolithus typus</i> <i>Pseudotolithus brachygnatus</i> <i>Pseudotolithus epipecus</i> <i>Pteroscion peli</i>	Corvinas

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

	<i>Argyrosomus regius</i> <i>Umbrina canariensis</i>	
<i>Scombridae</i>	<i>Scomberomorus tritor</i>	Cachureta
<i>Scorpaenidae</i>	<i>Scorpaena elongata</i> <i>Scorpaena senegalensis</i> <i>Scorpaena stephanica</i>	Rascassos
<i>Serranidae</i>	<i>Epinephelus aenus</i> <i>Epinephelus alexandrinus</i> <i>Epinephelus goreensis</i> <i>Serranus cabrilla</i> <i>Serranus atricauda</i> <i>Serranus sanctahelenae</i> <i>Cephalophalis nigri</i> <i>Micteroperca rubra</i>	Meros e Garoupas
<i>Soleidae</i>	<i>Microchirus boscanion</i> <i>Pegusa triophthalmus</i> <i>Solea senegalensis</i> <i>Synaptura cadenati</i>	Linguados e Solhas
<i>Sparidae</i>	<i>Sparus aurata</i> <i>Pagrus caeruleostictus</i> <i>Pagrus auriga</i>	Douradas e Pargos
<i>Sphyraenidae</i>	<i>Sphyraena guachancho</i> <i>Sphyraena afra</i>	Barracudas ou Bicudas
<i>Sphyrnidae</i>	<i>Sphyrna lewini</i> <i>Sphyrna mokarran</i> <i>Sphyrna zygaena</i> <i>Shpyrna tudes</i>	Tubarões-martelo
<i>Stromateidae</i>	<i>Stromateus fiatola</i>	
<i>Syngnathidae</i>	<i>Hippocampus punctatus</i>	Cavalo-marinho
<i>Synodontidae</i>	<i>Saurida brasiliensis</i>	
<i>Tetraodontidae</i>	<i>Ephippion guttiferum</i> <i>Sphoeroides spengleri</i> <i>Lagocephalus laevigatus</i> <i>Sphoeroides cutaneus</i>	
<i>Triakidae</i>	<i>Galeorhinus galeus</i>	Cação ??
<i>Trichiuridae</i>	<i>Trichiurus lepturus</i>	
<i>Uranoscopidae</i>	<i>Uranoscopus scaber</i>	

Quadro 1: Lista de Espécies Florísticas Recenseadas no Interior na RB⁵³

Família	Nome científico	Nome comum	Observações
Fabaceae	<i>Alysicarpus rugosus</i>		
Asparagaceae	<i>Asparagus fragelares</i>		
Acanthaceae	<i>Barleria compressa</i>		
Acanthaceae	<i>Barleria verticillata</i>		
Acanthaceae	<i>Barleria micrantha</i>		
Fabaceae	<i>Bryaspis lupulina</i>		
Scrophulariaceae	<i>Buchnera hispida</i>		
Fabaceae	<i>Canavalia rosea</i>		
Fabaceae	<i>Cassia mimosoides</i>		
Lauraceae	<i>Cassytha filiformes</i>	Redea de santcho	
Chrysobalanaceae	<i>Chrysobalanus icaco</i>		Frequente nas proximidades das praias
Commelinaceae	<i>Commelina migritana</i>		
Combretaceae	<i>Conocarpus erectus</i>		Espécie associada ao Mangal
Fabaceae	<i>Crotalaria goreensis</i>		
Fabaceae	<i>Crotalaria hyssopifolia</i>		
Fabaceae	<i>Crotalaria lathyroides</i>		
Poaceae	<i>Ctenium newtonii</i>		
Liliopsida	<i>Cyperus halpan</i>		
Fabaceae	<i>Dalbergia oliveri</i>		
Fabaceae	<i>Daniellia oliveri</i>	Pau do incenso	
Fabaceae	<i>Desmodium hirtum</i>		Boa forrageira e multiplica-se facilmente através das sementes.
Fabaceae	<i>Detarium senegalense</i>	Mambode	
Fabaceae	<i>Dialium guineense</i>	Pau de veludo	
Fabaceae	<i>Dichrostachys cinerea</i>	Fidida branco	Medicinal
Rubiaceae	<i>Diodia serrulata</i>		
Dioscoreaceae	<i>Dioscorea praehensilis</i>		
Cyperaceae	<i>Eleocharis geniculata</i>		
Cyperaceae	<i>Eleocharis mutata</i>		
Poaceae	<i>Eragrostis tremula</i>		
Fabaceae	<i>Eriosema glomeratum</i>		
Cyperaceae	<i>Fimbristylis ferruginea</i>		
Combretaceae	<i>Guiera senegalensis</i>	Badosdoce	Medicinal
Acanthaceae	<i>Hygrophila barbata</i>		
Phyllanthaceae	<i>Hymenocardia acida</i>		Medicinal
Fabaceae	<i>Indigofera barhautiana</i>		
Fabaceae	<i>Indigofera nummularifolia</i>		
Fabaceae	<i>Indigofera congesta</i>		
Convolvulaceae	<i>Ipomoea acanthocarpa</i>		
Convolvulaceae	<i>Ipomoea stolonifera</i>		
Acanthaceae	<i>Justicia kotschy</i>		
Apocynaceae	<i>Landolphia dulcis</i>	Mambimba/ Cibode	Medicinal
Lamiaceae	<i>Leonotis nepetifolia</i>		
Ochnaceae	<i>Lophira lanceolata</i>		
Poaceae	<i>Loudetia hordeiformis</i>		
Eriocaulaceae	<i>Mesanthemum raricans</i>		
Fabaceae	<i>Mucuna sloanei</i>		
Gentianaceae	<i>Neurotheca loeselioides</i>		
Rubiaceae	<i>Oldenlandia herbacea</i>		
Amaranthaceae	<i>Pandiaka involucrata</i>		
Poaceae	<i>Panicum fluviicola</i>		
Poaceae	<i>Panicum tenellum</i>		

⁵³ Estas espécies podem eventualmente ser observadas no PNJVP, uma vez que os inventários florísticos ainda são poucos exaustivos.

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

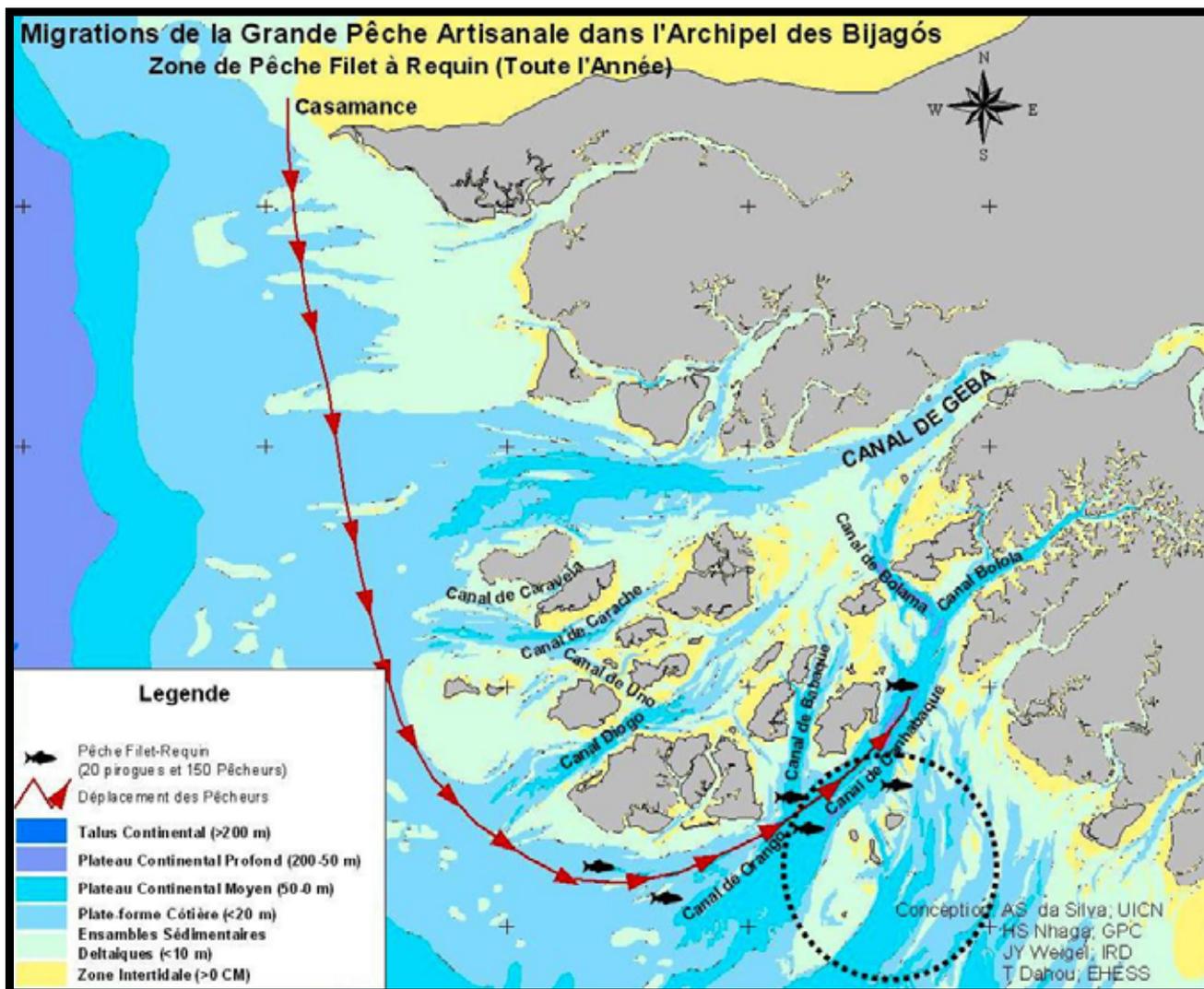
<i>Fabaceae</i>	<i>Parkia biglobosa</i>	Faroba	Fruto comestível e casca medicinal.
<i>Poaceae</i>	<i>Paspalum vaginatum</i>		
<i>Poaceae</i>	<i>Pennisetum polystachion</i>		
<i>Poaceae</i>	<i>Perotis indicata</i>		
<i>Caryophyllaceae</i>	<i>Polycarpaea eriantha</i>		
<i>Polygalaceae</i>	<i>Polygala arenarea</i>		
<i>Polygalaceae</i>	<i>Polygala lecardii</i>		
<i>Fabaceae</i>	<i>Prosopis africana</i>	Pau de carvão	Vagens utilizadas como forragens e a madeira para a produção do carvão. Medicinal.
<i>Rhizophoraceae</i>	<i>Rhizophora harrisonii</i>		
<i>Rhizophoraceae</i>	<i>Rhizophora racemosa</i>		
<i>Fabaceae</i>	<i>Rhynchosia pycnostachya</i>		
<i>Cyperaceae</i>	<i>Rhynchospora tenerrima</i>		
<i>Celastraceae</i>	<i>Salacia senegalensis</i>		
<i>Poaceae</i>	<i>Schizachyrium pulchellum</i>		
<i>Apocynaceae</i>	<i>Secamone afzelii</i>		Medicinal
<i>Rubiaceae</i>	<i>Spermacoce verticillata</i>		
<i>Scrophulariaceae</i>	<i>Striga hermonthica</i>		
<i>Apocynaceae</i>	<i>Strophanthus sarmentosus</i>		Medicinal
<i>Fabaceae</i>	<i>Stylosanthes fruticosa</i>		Forrageira.
<i>Myrtaceae</i>	<i>Syzygium guineese</i>		
<i>Loranthaceae</i>	<i>Tapinanthus bangwensis</i>		
<i>Fabaceae</i>	<i>Tephrosia lupinifolia</i>		
<i>Acaulosporaceae</i>	<i>Terminalia albida</i>		
<i>Dilleniaceae</i>	<i>Tetracera alnifolia</i>		
<i>Phyllanthaceae</i>	<i>Uapaca guineensis</i>		
<i>Loganiaceae</i>	<i>Usteria guineensis</i>		
<i>Verbenaceae</i>	<i>Vitex doniana</i>		Medicinal e utilizada na alimentação.
<i>Olacaceae</i>	<i>Ximenia americana</i>		
<i>Annonaceae</i>	<i>Xylopiya aethiopica</i>	Malagueta preta, da Guiné	Medicinal.
<i>Xyridaceae</i>	<i>Xyris anceps</i>		
<i>Euphorbiaceae</i>	<i>Alchornea cordifolia</i>	Po-di-arco, Po-di- tindji-saia, Po-de-linguana	
<i>Bombacaceae</i>	<i>Adansonia digitata L.</i>	Cabacera	
<i>Apocynaceae</i>	<i>Alstonia congensis</i>	Pe-di-tagara	
<i>Bombacaceae</i>	<i>Ceiba pentandra</i>	Poilão	
<i>Polypodiaceae</i>	<i>Platyterium stemaria</i>		
<i>Acanthaceae</i>	<i>Asystacia gangetica</i>		
<i>Apocynaceae</i>	<i>Alstonia congensis</i>		
<i>Asclepiadaceae</i>	<i>Secamone afzelii</i>		
<i>Celastraceae</i>	<i>Salacia senegalensis</i>		
<i>Combretaceae</i>	<i>Terminalia scutifera</i>		
<i>Fabaceae</i>	<i>Caesalpinia bonduc</i>		
<i>Leguminosae-Mimosoideae</i>	<i>Entada mannii</i>		
<i>Fabaceae</i>	<i>Faidherbia albida</i>		
<i>Moraceae</i>	<i>Macrophylla bentjih</i>		
<i>Moraceae</i>	<i>Ficus lutea</i>		

Plano de Gestão do Parque Nacional Marinho de João Vieira e Poilão

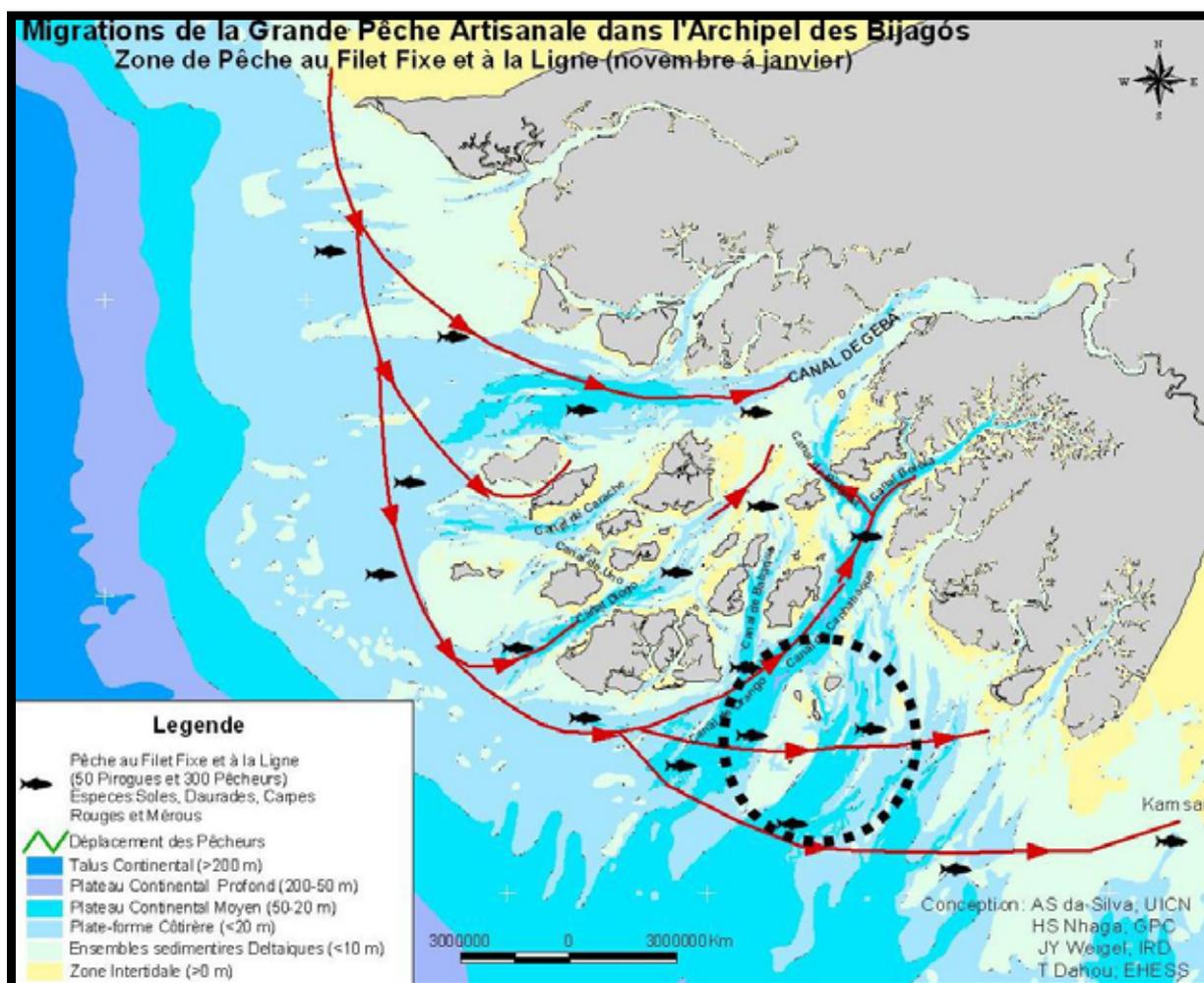
<i>Myrtaceae</i>	<i>Schrebera arborea</i>	pau (pó de) goiaba	
<i>Vitaceae</i>	<i>Cissus aralioides</i>		
<i>Orchidaceae</i>	<i>Calypstrochilum</i> <i>Christyanum</i>		
<i>Leguminosae- Papilionoideae</i>	<i>Abrus precatorius</i>		
<i>Mimosaceae</i>	<i>Pentaclethra macrophylla</i>		
<i>Caryophyllaceae</i>	<i>Polycarpaea linearifolia</i>		
<i>Arecaceae</i>	<i>Elaeis guineensis</i>		
<i>Fabaceae</i>	<i>Parkia biglobosa</i>		
<i>Moraceae</i>	<i>Ficus trichopoda</i>		
<i>Moraceae</i>	<i>Ficus ingens</i>		
<i>Fabaceae</i>	<i>Acacia nilotica</i>		
<i>Malvaceae</i>	<i>Ceiba pentandra</i>		
<i>Bombacaceae</i>	<i>Bombax costatum</i>		
<i>Leguminosae- Papilionoideae</i>	<i>Erythrina senegalensis</i>		
<i>Mimosaceae</i>	<i>Albezzia zygia</i>	Po di Raio	
<i>Annonaceae</i>	<i>Annona muricata</i>	Pinha	Fruto comestível
<i>Annonaceae</i>	<i>Annona senegalensis</i>	Mancuba, Mambimba	
<i>Potalaceae</i>	<i>Anthoccleista vogelii</i>	Caboupa-matcho	Fruto comestível
<i>Euphorbiaceae</i>	<i>Anthostema senegalense</i>	Po-di-lite	
<i>Euphorbiaceae</i>	<i>Bridelia micrantha</i>	Bissaca	
<i>Caricaceae</i>	<i>Carica papaya</i>	Pe-di-papaia	Fruto comestível
<i>Leguminosae- Caesalpiniaceae</i>	<i>Cassia occidentalis</i>	Padja-santa	
<i>Leguminosae- Caesalpiniaceae</i>	<i>Cassia podocarpa</i>	Planta-de-regulo" (Bijagó)	
<i>Leguminosae- Caesalpiniaceae</i>	<i>Cassia sieberiana</i>	Canafistra	
<i>Lauraceae</i>	<i>Cassytha filiformis</i>	Redea-de-santhu	
<i>Bombacaceae</i>	<i>Ceiba pentandra</i>	Poilão	Folhas comestíveis
<i>Menispermaceae</i>	<i>Cissampelos mucronata</i>	Oredja di Rato	
<i>Connaraceae</i>	<i>Cnestis ferruginae</i>	Udjo-di-onça	
<i>Sterculiaceae</i>	<i>Cola cordifolia</i>	Manjandjda	Fruto, polpa comestível
<i>Sterculiaceae</i>	<i>Cola nitida</i>	Cola	Fruto utilizado como estimulante

Anexo III

Espaços de Pesca No Interior do Arquipélago Bolama-Bijagós



Mapa 1: Rota de Migração de Pescadores e Zona de Pesca do Tubarão no Interior do Arquipélago Bolama-Bijagós



Mapa 2: Rota de Migração de Pescadores e Zona de Pesca com Redes Fixas e à Linha no Interior do Arquipélago Bolama-Bijagós

Agradecimentos

Abílio Rachid Said e Hamilton Monteiro Agradecem a todos que directa ou indirectamente contribuíram para a elaboração deste Plano, em especial as populações anónimas e as autoridades tradicionais de Canhabaque que participaram nas reuniões para o efeito, a administração local, na pessoa do Sr. Tenente, Administrador de Bubaque e em especial as estruturas do parque, na pessoa do seu director Sr. Castro Barbosa, que, para além da sua contribuição no ponto de vista técnico, não poupou esforços para um funcionamento ordenado e planificado da logística dos trabalhos no terreno.